

# CADERNO DO PRÊMIO CAE DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

RELATOS DE EXPERIÊNCIA PREMIADOS DE CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS  
COORDENAÇÃO-GERAL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CADERNO DO PRÊMIO CAE DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

RELATOS PREMIADOS - EDIÇÃO ESPECIAL  
**Comemoração dos 30 anos do CAE no Brasil**

Brasília, DF  
2026



## **EXPEDIENTE**

### **Organização, distribuição e informações**

Ministério da Educação  
Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação  
Diretoria de Ações Educacionais  
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar  
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, 4º andar, Edifício FNDE, CEP 70.070-929, Brasília – DF

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

### **Presidente**

Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba

### **Diretoria de Ações Educacionais**

Luís Ricardo Sousa Guterres

### **Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação**

Karine Silva dos Santos

### **Coordenação de Apoio ao Controle Social**

Renata Mainenti Gomes

### **Comissão Organizadora do Prêmio**

Renata Mainenti Gomes  
Maria de Fátima Ferreira Menezes  
Maria Júlia de Miguel Amistá  
Tainá Amélia Santana Marchewicz

### **Revisão**

Maria de Fátima Ferreira Menezes  
Daniel Henrique Bandoni

### **Capa e Diagramação**

Caroline Rodrigues Melo - WFP

### **Fotografias**

Banco de imagens dos autores dos relatos selecionados

## COMISSÃO AVALIADORA

**Fernanda Andrade Martins (Titular)**

**Alanderson Alves Ramalho (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Acre (CECANE/UFAC)

**Bruno Mendes Tavares (Titular)**

**Danielle Ribeiro Queiroz (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Amazonas (CECANE/UFAM)

**Caroline Roberta Freitas Pires (Titular)**

**Viviane Ferreira dos Santos (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Tocantins (CECANE/UFT)

**Leiko Asakura (Titular)**

**Bruna Merten Padilha (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Alagoas (CECANE/UFAL)

**Maria da Purificação Nazaré Araújo (Titular)**

**Valterlinda Alves de Oliveira Queiroz (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal da Bahia (CECANE/UFBA)

**José Arimatea Barros Bezerra (Titular)**

**Ludmir dos Santos Gomes (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Ceará (CECANE/UFC)

**Gleyson Moura dos Santos (Titular)**

**Marize Melo dos Santos (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Piauí (CECANE/UFPI)

**Daniela Rosim (Titular)**

**Raize Rayka Silva Santos (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do e Goiás (CECANE/UFMG)

**Giseli Patalo Bites (Titular)**

**Giullia Gabrielli Galiciani (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (CECANE/UFMS)

**Rogério Robs (Titular)**

**Camila Codogno (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar do Instituto Federal do Sul de Minas (CECANE/IFSul de Minas)

**Caroline Abreu Pires (Titular)**

**Roseane Moreira Sampaio Barbosa (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal Fluminense (CECANE/UFF)

**Maria do Carmo Fontes de Oliveira (Titular)**

**Ana Íris Mendes Coelho (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Viçosa (CECANE/UFV)

**Elaine Cristina de Sousa Lima (Titular)**

**Michel Carlos Mocellin (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CECANE/UniRio)

**Regina Maria Ferreira Lang (Titular)**

**Dalton Metz Muniz (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Paraná (CECANE/UFPR)

**Amanda Souza Silva Sperb (Titular)**

**Etho Robério Medeiros Nascimento (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CECANE/UFRS)

**Jussara Cardoso Damiani (Titular)**

**Cristine Garcia Gabriel (Suplente)**

Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Santa Catarina (CECANE/UFSC)



## **CARTA DA PRESIDENTE DO FNDE**

É com enorme satisfação que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apresenta a 2ª Edição do Caderno do Prêmio CAE de Participação Social. Aqui estão reunidos Relatos de Experiências do controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de todas as regiões do País, selecionados na edição comemorativa de 30 anos do Conselho de Alimentação Escolar no Brasil.

Com uma composição de atores inseridos na comunidade escolar, dentre professores e trabalhadores da educação, alunos e pais de alunos, representantes do Poder Executivo e de organizações da sociedade civil, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é o órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento responsável pelo controle social do PNAE.

O PNAE assegura o atendimento universal do direito à alimentação escolar a todos os estudantes da rede pública de educação básica no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988. A amplitude do Programa, em termos de cobertura, modo de execução e diretrizes fundamentais, faz do PNAE referência mundial de política pública de acesso à alimentação adequada e saudável e base fundamental para a promoção da educação pública de qualidade.

E nesses 30 anos de existência, o Conselho de Alimentar Escolar assegura uma das diretrizes fundamentais do Programa: a participação social. E reafirma, cotidianamente, a cidadania participativa como um dos pilares da gestão e execução de políticas públicas, na perspectiva do Estado Democrático de Direito.

O Prêmio CAE de Participação Social é, assim, um instrumento de reconhecimento e estímulo às ações afirmativas do controle social do PNAE. Busca difundir práticas exitosas de participação social e a relevância do controle social nas políticas públicas e, sobretudo, dar visibilidade às ações dos Conselheiros e fortalecer a participação social no PNAE.

Desejamos que este Caderno seja capaz de inspirar a todos àqueles que, nos caminhos da participação social, colaboram para assegurar a oferta da alimentação escolar adequada e saudável aos estudantes das escolas públicas de todo o Brasil!

Parabéns ao CAE pelos 30 anos em prol do PNAE!

***Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba***

## **CARTA DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME DO WFP**

O Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP) das Nações Unidas foi criado em 2011, fruto de uma parceria estratégica entre o WFP, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), com o objetivo de apoiar países do Sul Global na formulação, aprimoramento e implementação de programas nacionais de alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional.

Inspirado na experiência brasileira, o Centro oferece assistência técnica e promove intercâmbio de conhecimentos e práticas com países da África, Ásia e América Latina, contribuindo para o fortalecimento de programas nacionais de alimentação escolar integrados à produção local, com marcos legais sólidos, financiamento sustentável e mecanismos efetivos de governança.

Nesse contexto, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é um exemplo notável de estrutura institucional para o monitoramento participativo e o controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sua composição plural e sua atuação descentralizada inspiram governos ao redor do mundo que buscam construir modelos mais inclusivos, transparentes e eficazes de monitoramento da alimentação escolar.

É com grande satisfação que o Centro de Excelência se une à celebração dos 30 anos do CAE por meio da 2ª Edição do Caderno do Prêmio CAE de Participação Social. Esta publicação valoriza a dedicação de conselheiras e conselheiros em todo o país e reforça o papel da participação social como pilar essencial de políticas públicas que transformam realidades e garantem direitos.

Nosso reconhecimento a todos os que, por meio do CAE, contribuem diariamente para o sucesso do PNAE, uma política pública que segue inspirando o mundo.

***Daniel Balaban***

Diretor do Centro de Excelência contra a Fome do WFP

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
PARA INICIAR A CONVERSA	10
RELATOS DE EXPERIÊNCIA DA REGIÃO NORTE	11
RELATOS DE EXPERIÊNCIA DA REGIÃO NORDESTE	30
RELATOS DE EXPERIÊNCIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE	50
RELATOS DE EXPERIÊNCIA DA REGIÃO SUDESTE	67
RELATOS DE EXPERIÊNCIA DA REGIÃO SUL	91
PARA FINALIZAR A CONVERSA	110

## APRESENTAÇÃO

No intenso processo de transformação da sociedade e da forma de organização do Estado brasileiro a partir dos anos 1980, que culminou na promulgação da Constituição Cidadã de 1988, também o Programa Nacional de Alimentação Escolar passou por profundas alterações. Em 1994 foi regulamentada a descentralização da gestão do PNAE, trazendo aos municípios e estados brasileiros a responsabilidade pela gestão financeira do Programa, com vistas à melhoria da efetividade do PNAE, e o atendimento universal aos estudantes da rede pública de educação básica do País.

A descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar veio acompanhada da criação do Conselho de Alimentação Escolar, órgão de controle social responsável pelo acompanhamento do PNAE.

Presentes em todos os municípios e estados do Brasil, os Conselhos de Alimentação Escolar representam parte importante do caminho de construção no País das práticas, ferramentas e espaços de participação social na esfera das políticas públicas e de defesa de direitos. Por isso, a criação do CAE é um fato histórico que precisa ser festejado! Contribui para consolidar a democratização do país, aprimorar a execução das políticas públicas e, especialmente, estimular o espírito de cidadania e a ação cidadã que dinamiza o desenvolvimento social e econômico das sociedades.

Hoje, 30 anos depois, existem no Brasil cerca de 78 mil conselheiros de alimentação escolar cadastrados, escolhidos por meio de processos eletivos e de representação de diversos segmentos da sociedade e, em especial, da comunidade escolar. E são estes conselheiros, que, de forma voluntária, possuem a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes do PNAE e a correta aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar.

Todavia, os inúmeros desafios que permeiam o tema da participação social exigem atenção à necessidade de constante visibilidade dos

CAEs, fortalecimento das suas condições de atuação e do reconhecimento da importância dos Conselhos no desenho da execução das políticas públicas.

A Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, responsável pela definição dos procedimentos e regulamentos para a instituição dos Conselhos de Alimentação Escolar, promove várias ações para fortalecer a participação do controle social do PNAE, em reconhecimento ao papel fundamental do CAE para a promoção do direito à alimentação adequada e saudável nas escolas.

E é neste contexto que se insere o Prêmio CAE de Participação Social, uma iniciativa que tem o objetivo de reconhecer e estimular ações afirmativas do controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar. A divulgação de boas práticas serve, ainda, de modelo e inspiração para outras realidades, e pode contribuir para a multiplicação de ações efetivas de controle social.

Aberto à possibilidade de participação dos CAEs de todas as unidades da federação, o Edital do Prêmio CAE de Participação Social foi lançado em 20 de junho de 2024, e selecionou, dentre os inscritos, 25 Relatos de Experiência, sendo 5 de cada Região do Brasil.

A seleção foi realizada por uma comissão avaliadora, composta por representantes dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) de 16 Instituições Federais de Ensino Superior do País.

Esperamos que esta publicação, que celebra os 30 anos do Conselho de Alimentação Escolar, contribua para inspirar e fortalecer a atuação dos CAEs, e colabore para difundir a relevância desta potente rede de controle social que, em todo o território nacional, atua em prol do direito à alimentação escolar!

## **PARA INICIAR A CONVERSA, UM ESCLARECIMENTO**

Os Relatos de Experiências que fazem parte do Caderno Prêmio CAE de Participação Social foram escritos por diferentes autores. Portanto, apresentam estilos de texto e registros de linguagem diversos.

A equipe de organização do Caderno respeitou as características e estilos de cada CAE e seus autores, mantendo a linguagem adotada, a organização formal dos textos e a utilização de termos próprios e regionais. Em alguns momentos foi necessário fazer apenas pequenas intervenções e adaptações para facilitar a compreensão dos leitores, como, por exemplo, explicar determinadas siglas utilizadas nos textos.

Com o objetivo de facilitar a compreensão da experiência descrita, a equipe de organização do Caderno optou por introduzir cada Relato de Experiência com informações sobre o município ou estado no qual a prática foi realizada.

Os Relatos estão reunidos de acordo com a região geográfica do estado ou município.

Assim, o Caderno foi organizado com intuito de manter os textos fiéis aos seus atores e suas realidades, porque entende-se que a diversidade reproduz o belo país que, com Conselhos Gestores de Políticas Públicas, constrói anonimamente uma democracia pungente.



# REGIÃO NORTE



Rondônia é um estado da região norte com 52 municípios. Tem uma população diversificada, com muitos habitantes naturais de outras regiões do país, fruto de um intenso movimento migratório do século passado que levou à região norte a experiência e tradição do centro-sul do Brasil.

As principais atividades econômicas são a pecuária, a agricultura, a indústria alimentícia e o extrativismo. O fato é que a população diversificada permite, hoje, um coquetel de culturas que identifica aquele estado brasileiro. Portanto, na culinária local convivem os peixes e a farinha da Amazônia, a polenta do Paraná o churrasco gaúcho e o tereré, bebida gelada mato-grossense.

*A experiência do Conselho de Alimentação Escolar do estado demonstra um cuidado acentuado com a metodologia de acompanhamento e fiscalização da execução do PNAE.*



## RELATO DE EXPERIÊNCIA - CAE ESTADUAL DE RONDÔNIA

### *Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar Estadual de Rondônia*

Autores: Sidraque Marinho Pinto Monteiro/ Solange Carvalho do Nascimento/ Vandeburgo Correia de Oliveira

#### **Conselheiros de Alimentação Escolar do Estado de Rondônia – gestão 2021 a 2025:**

Alvimara da Silva Muniz; Ana Josette Aguiar Dias; Anamaria Loyola Figueira; Claudio Ferreira dos Santos; Edineuza Souza Fróes; Élide Natália Moy; Joelson Chaves de Queiroz; Nathália Lima Melo; Nelson Coelho da Silva; Radilson Reis da Silva; Rosimar Nunes de Souza; Solange Carvalho do Nascimento; Vandeburgo Correia de Oliveira; Vladimir Oliani

(Fonte: SIGPNAE/2024)

### INTRODUÇÃO

Este é o relato de experiência do Conselho de Alimentação Escolar do estado de Rondônia, o CAERO, que tem se destacado como uma referência nacional quando o assunto é a fiscalização dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ao total são 442 escolas estaduais fiscalizadas pelo CAE e pela Secretaria de Educação de Rondônia (SEDUC-RO) e por meio de estratégias inovadoras e uma gestão colaborativa, conseguiu realizar suas visitas de fiscalização em todas as escolas do estado duas vezes ao ano, além de promover capacitações anuais que buscam o aprimoramento contínuo dos profissionais envolvidos com a alimentação escolar. O objetivo principal do CAERO é garantir que os

recursos destinados ao PNAE sejam utilizados de maneira eficaz e transparente, garantindo que todos os alunos da rede estadual de ensino tenham acesso a uma alimentação saudável e de qualidade. Além disso, o CAERO busca promover a conscientização dos gestores escolares quanto à importância de uma gestão correta dos recursos.

Em 2024, o CAERO ampliou seu trabalho para atender o novo cenário das escolas estaduais de Rondônia que inclui polos de extensão recentemente integrados ao sistema de ensino. Em parceria com a SEDUC-RO, foi possível realizar duas visitas anuais a todas as escolas estaduais, incluindo os polos, com o objetivo de fiscalizar a aplicação dos recursos do PNAE.

O trabalho foi facilitado pela disponibilidade de carros oficiais com motoristas fixos e conselheiros que se dedicam integralmente às viagens durante todo o mês. A logística eficiente tem sido um dos grandes diferenciais do CAERO.

Além disso, foi implementado um Plano Plurianual (PPA) em conjunto com a SEDUC-RO que tem garantido os recursos necessários para as atividades do CAERO e possibilitando não apenas as visitas, mas também a realização de duas capacitações estaduais anuais.

As capacitações são organizadas em parceria com nutricionistas do estado e são voltadas para a atualização das normas técnicas relacionadas à manipulação de alimentos, a atuação do CAE nas escolas e à importância de uma gestão colaborativa.

São eventos que reúnem gestores, nutricionistas e membros da comunidade escolar, criando um espaço para discussão e troca de experiências.

Recentemente em parceria com o Fórum Nacional de Conselhos de Alimentação e SEDUC-RO, o CAERO realizou o II Encontro dos Conselhos de Alimentação Escolar da Região Norte que contou com a presença de quase mil inscritos de todo o País.

O II Encontro Estadual dos Conselhos de Alimentação Escolar teve como objetivo reunir conselheiros e



profissionais da área de alimentação escolar do estado e de todo o país para promover o compartilhamento de experiências, discussão de desafios em relação de estratégias para garantir a qualidade e a segurança alimentar nas escolas.



## COMO FOI FEITA A FISCALIZAÇÃO?

A fiscalização é feita de forma criteriosa e eficiente. Durante as visitas, os conselheiros do CAERO fazem uso de um sistema de comunicação em tempo real, o que possibilita que todos os relatórios de fiscalização sejam preenchidos *in loco*, ou seja, no momento exato da ação. Isso garante a precisão e a transparência dos dados obtidos, permitindo que qualquer irregularidade seja detectada e corrigida de forma imediata. Após a conclusão das visitas, os relatórios são disponibilizados ao público, reforçando

o compromisso do CAERO com a transparência e a veracidade dos fatos.

Outro diferencial importante do trabalho do CAERO é o diálogo contínuo com a comunidade escolar. Entrevistas com pais e alunos são realizadas regularmente para obter feedback sobre a qualidade da alimentação escolar, garantindo que as adequações sejam feitas de acordo com as demandas reais dos alunos.



## ONDE E QUANDO?

Todas as ações relacionadas ocorreram no estado de Rondônia, nas 442 escolas estaduais, incluindo polos de extensão. As visitas bianuais foram realizadas ao longo do ano de 2024, e as capacitações oferecidas em dois momentos diferentes, fornecendo recursos importantes para os profissionais envolvidos na alimentação escolar.

## RESULTADOS

O impacto positivo das ações do CAERO tem sido sentido diretamente nas escolas e entre a comunidade escolar. As visitas constantes, as presenças ativas dos conselheiros garantem que os gestores tenham consciência da importância de uma gestão correta dos recursos, e que os alunos recebam refeições de qualidade. As capacitações anuais desempenham um papel crucial na atualização dos profissionais sobre as normas técnicas mais recentes, contribuindo para uma melhoria significativa nos processos de manipulação e distribuição de alimentos.

As entrevistas com os pais e os alunos também geram feedbacks valiosos, que ajudam a melhorar o Programa de Alimentação Escolar em todo o estado. Além disso, uma parceria com o Ministério Público de Rondônia possibilitou uma fiscalização ainda mais rigorosa e abrangente, resultando em melhorias significativas nas condições de trabalho nas escolas e, conseqüentemente, na qualidade da alimentação fornecida.



## CONCLUSÃO

A experiência do CAERO na fiscalização dos recursos do PNAE em Rondônia demonstra que, com planejamento adequado, parcerias estratégicas e um compromisso com a transparência, é possível alcançar resultados concretos e transformar a realidade da alimentação escolar no estado.

O sistema de comunicação em tempo real, as capacitações estaduais e as visitas bianuais têm contribuído para a manutenção da qualidade do serviço prestado e para a conscientização da comunidade escolar sobre a importância de uma alimentação saudável e bem gerida.

Com essas ações, o CAERO reafirma seu papel como um órgão de referência no Brasil, fortalecendo o papel dos Conselhos de Alimentação Escolar em todo o país e garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma correta e eficiente.



### FICA A DICA

Planejamento, articulação e utilização criativa dos recursos tecnológicos são elementos-chave para o bom desenvolvimento do trabalho do conselho de controle social.

O município de Ferreira Gomes, localizado no Amapá, tem uma economia baseada no desenvolvimento de atividades agropecuárias tradicionais. Na produção agrícola destaca-se a cultura da mandioca, cuja farinha, misturada ao peixe, resulta na “farinha de piracuí”, alimento típico da região. Mais recentemente, houve o investimento no turismo por meio da instalação de infraestrutura para o aproveitamento de ambientes geográficos associados ao lazer.



A população de Ferreira Gomes em 2016 foi estimada em 7 087 habitantes para habitar uma área territorial de 5046,996 km<sup>2</sup>.

*Para divulgar o Conselho de Alimentação Escolar, e explicar sobre a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar o Relato de Experiência de Ferreira Gomes descreve a realização do “Fórum de Alimentação Escolar” que, além de dar visibilidade ao trabalho do Conselho, ajudou a fortalecer a importância de conselhos de acompanhamento de políticas públicas junto à comunidade do município.*

## RELATO DE EXPERIÊNCIA - I FÓRUM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES-AP-LEGISLAÇÃO PARA TODOS!

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Ferreira Gomes*

Autores: Sabrina Lobato de Almeida, Adriano Benjamin Andrade

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Ferreira Gomes – gestão 2021 a 2025:**

Adriano Benjamin de Andrade; Adrieli dos Santos Pantaleao; Claudeci Nogueira Campos; Debora Carvalho da Silva; Elen Priscila Patricia Rodrigues; Evinllyn Andressa da Silva de Oliveira; Gildemacio Vitorino da Silva; Gilma do Socorro Moraes de Sousa; Laysa Ainoa da Silva Carvalho; Livia Pinto Maciel; Maria Anunciada Pantoja da Silva; Robertina Tavares Rodrigues; Sabrina Lobato de Almeida; Sergio Evaldo Leal Vieira

(Fonte: SIGPNAE/2024)

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Ferreira Gomes, estado do Amapá, realizou em 26 de maio de 2023, com início às oito horas, o I Fórum Municipal de Alimentação Escolar.

A ideia da organização de um fórum municipal surgiu da necessidade de dar visibilidade às ações, atribuições e difundir a importância do controle social para o desenvolvimento do PNAE. Com tal intuito, o CAE se prontificou a planejar o fórum, estudar sua organização, buscar parcerias e efetivar o evento.

Foram necessárias várias reuniões para discutir como seria feito, uma vez que era o primeiro evento dessa

natureza que ocorria no município. Conseguimos, através de vários ofícios de solicitação, a Câmara de Vereadores como local onde aconteceria o fórum, mas tivemos que alterar a data diversas vezes para que houvesse adequação com a agenda da Câmara. A programação foi idealizada com pautas baseadas no diálogo com os participantes e convidados.

A intenção era ouvir e dar voz e vez a todos os participantes e convidados. Houve, então, um trabalho de mobilização de conselheiros, manipuladores de alimentos, nutricionista, técnicos em nutrição, diretores, professores, pais de alunos, estudantes, secretária de educação, secretário de agricultura, vereador, prefeito, agricultores, representantes da

Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas do Estado (TCE). A organização do Fórum teve que superar dificuldades em relação a recursos materiais e até mesmo humanos, e quase desistiu por falta de apoio.

Foram necessárias algumas adequações como o fato de o fórum acontecer em apenas um dia, quando o desejo era de dois dias de duração.

O evento foi iniciado com a entoação do Hino Nacional e a Canção do Amapá, e, em seguida, a presidente do conselho, Sabrina Lobato, que foi a cerimonialista, palestrante e mediadora deu início ao evento.

Infelizmente houve um esvaziamento do Fórum já que muitos convidados foram convocados em último momento para participarem de outra programação

dentro do município no mesmo dia e horário do fórum (programação esta que vale ressaltar, não estava previamente agendada).

Contudo, a programação do Fórum foi cumprida, contando com a participação do presidente da UNCME (União Nacional dos Conselhos de Municipais de Educação), senhor Jacó Vilhena, que abordou sobre o respeito e valorização ao trabalho dos conselheiros, e, em seguida, o representante da CGU, senhor Adelmo, que ressaltou o fato de o trabalho dos conselheiros de alimentação escolar ser um dos maiores exemplos de cidadania, uma vez que não há remuneração e exige tempo e estudo para realizar as atividades dentro do conselho.



A programação do Fórum percorreu também com a contribuição do representante da Câmara de Vereadores, vereador Radson Almeida, que ressaltou a importância de uma boa alimentação na escola, da nutricionista Lis Figueiredo que explanou sobre seu trabalho, desafios e êxitos em suas práticas, e da técnica em nutrição e dietética Bernadete Brito que ressaltou o trabalho desenvolvido pelo setor

de alimentação escolar. Contou, também, com o conselheiro Adriano Benjamim explanando sobre o trabalho dos conselheiros, a relação entre teoria e prática, e com o senhor Rudson Cavalcante, psicólogo e representante da Semed (Secretaria de Educação do Município), que ressaltou sobre a importância da alimentação escolar destacando o fato de, em alguns casos, ser esta a única refeição saudável de alguns alunos e contou, ainda, com a agricultora familiar Daniele Isacksson que contribuiu relatando as dificuldades dos agricultores.

A presidente do conselho, professora Sabrina Lobato, fez uma apresentação detalhada sobre o CAE, suas competências, atribuições, desafios e práticas exitosas. Iniciou com um estudo sobre o Direito à Alimentação, a insegurança alimentar no mundo e o histórico do PNAE, sua origem e como foi sua evolução do Programa no decorrer dos anos. Expressou sua opinião ao ressaltar sobre a importância e o privilégio de termos o melhor programa de alimentação escolar do mundo.

Em seguida, o CAE ouviu perguntas, comentários, dúvidas e sugestões da plateia em relação à alimentação escolar do município.

O público formado por participantes, professores,

agricultores, pais de alunos demonstrou engajamento ao prestar atenção aos detalhes de falas de cada convidado, apresentando dúvidas, contribuindo com várias sugestões, dentre elas a realização do fórum nos próximos anos.

O Fórum foi uma prática inovadora para a comunidade Ferreirense. Por meio do evento, foi possível constatar que práticas como essas esclarecem a população sobre a relevância que os conselhos de alimentação possuem e são, inclusive, estratégias para contemplar o controle social, em uma proporção maior e mais direta, ouvindo a população e esclarecendo o papel de cada um dentro das políticas públicas. Os participantes, ao reconhecerem que são peças fundamentais na engrenagem do PNAE, puderam identificar as ações que o CAE tem realizado e sugeriram a realização anual do evento.

Além de aproximar os diversos atores envolvidos na execução do PNAE, o Fórum possibilitou a todos os participantes, convidados e autoridades presentes a oportunidade de expor suas experiências, desafios, dificuldades e soluções para os problemas enfrentados, a fim de que, juntos, em um amplo diálogo compartilhar conhecimentos e experiências, e utilizar como parâmetro futuro, em uma perspectiva de evolução, estimulando para práticas cada vez melhores.



### **FICA A DICA**

Não desistir diante das dificuldades e compartilhar o conhecimento!

Na margem esquerda do rio Solimões está localizado o município de Iranduba considerado, na região, um grande produtor de hortifrutigranjeiros e de tijolos e telhas. Segundo estimativa do IBGE, em 2021 o município possuía 49.718 habitantes.

Outra atividade importante no município é o turismo. Iranduba participa da rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), um programa coordenado pelo Governo Federal, por meio dos ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário.

A cidade concentra hotéis de selva nos quais os visitantes podem se hospedar e desfrutar de atividades como canoagem, focagem de jacaré, pesca de piranha, além da observação da fauna e da flora. Alguns estabelecimentos oferecem ainda passeios pelos igarapés e visitas às comunidades indígenas.

*O Conselho de Alimentação Escolar do município relata uma experiência do CAE no mapeamento dos agricultores familiares que fornecem para o PNAE.*



## A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO DOS AGRICULTORES QUE FORNECEM A AGRICULTURA FAMILIAR E O TRABALHO RELEVANTE DO CAE – IRANDUBA PARA O DESENVOLVIMENTO DESSE PROCESSO NO MUNICÍPIO.

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Iranduba/AM*

Autores: Keila Lucia de Jesus Mendes, Cheule Melo, Mario Jorge da Silva Rocha

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Iranduba/AM – gestão 2021 a 2025:**

Ana Lucia Silva dos Santos; Aradia Marques da Silva; Cilene Santos Andre; Erimar Araujo Monteiro; Janilson Marques da Silva; Janderlea Santos da Silva; Joana Pereira Moraes de Souza; Jose Ivanildo Azevedo; Keila Lucia de Jesus Mendes; Lauriane Souza de Oliveira; Mario Jorge da Silva Rocha; Meire Jane Santos Araujo; Patryck Rhaynner da Silva Costa; Zelza Irene Rodrigues Nazario

(Fonte: SIGPNAEI/2024)

A bíblia diz que em Deus, podemos todas as coisas e que, quando nossa intenção é boa todas as coisas cooperam para o bem.

A história de contribuição do CAE-Iranduba com o projeto da agricultura familiar começa em 2022, em novembro, para ser mais exata, quando passei pela eleição do CAE e me tornei presidente do Conselho de Alimentação Escolar do município de Iranduba. Eu, professora Keila Lucia, profissional de Letras e Literatura Portuguesa, quando comecei os trabalhos no CAE, não

detinha nenhuma experiência sobre o funcionamento de um conselho de controle social. Nesse sentido, me deparei com um ambiente de trabalho completamente diferente, novo e com certeza, muito desafiador.

O CAE de Iranduba havia passado por algumas mudanças e estava, inclusive, sem secretária. Por isso, tive que aprender tudo, desde o pequeno expediente que é encaminhar um ofício, até a prestação de contas e o envio do parecer conclusivo do CAE.

Em 2023, o CAE-Iranduba conseguiu uma secretária,

a nossa querida Cheule Melo, que veio e assumiu com muita responsabilidade os trabalhos do CAE permitindo assim, que eu pudesse fazer uma reflexão sobre o meu aprendizado e sobre o trabalho que havia desenvolvido junto com os conselheiros.

O CAE-Iranduba já tinha um plano de ação em desenvolvimento e já estávamos familiarizados com o ambiente e os trabalhos. Até que o CECANE da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) chegou ao município para fiscalização e acompanhamento.

A visita do CECANE foi de muito valor para o Conselho, não somente em relação ao aprendizado, mas também, por contribuir com a valorização, credibilidade e respeito ao CAE por parte da EEx. Ao fim das visitas de monitoramento do CECANE, o CAE foi elogiado pelas agentes por causa de



sua organização, mas nos indagaram sobre o mapeamento de agricultores.

E é a partir daí que começa a história do projeto: A IMPORTANCIA DO MAPEAMENTO DOS AGRICULTORES QUE FORNECEM A AGRICULTURA FAMILIAR E O TRABALHO RELEVANTE DO CAE-IRANDUBA PARA O DESENVOLVIMENTO DESSE NO MUNICÍPIO.

A situação dos agricultores chamou a atenção dos conselheiros que receberam a orientação de que seria



possível conseguir o mapeamento dos agricultores com os órgãos competentes da agricultura.

O CAE teve a iniciativa de enviar ofícios para esses órgãos, mas, para nossa surpresa constatamos que não havia o mapeamento dos agricultores no município.

O Conselho começou, então, a refletir sobre o que fazer. Foi convocada uma reunião na qual conversamos sobre o assunto para planejarmos as ações. Muitas perguntas ocorreram e pensamos: por que não visitar e mapear esses agricultores? A princípio queríamos saber quem eram. Queríamos saber se havia um acompanhamento profissional que os orientassem. Se realmente plantavam o que forneciam. Constatamos que precisávamos buscar parcerias porque, não sabíamos por onde começar. Precisávamos de um *checklist*, de um técnico, de alimentação (pois essas visitas seriam mais demoradas), de transporte, tanto por água como por terra, de uma logística, cronogramas de viagem etc. Assim foi feito um estudo da região e planejamento das ações para o desenvolvimento do projeto.

No ano de 2023, tínhamos um carro a disposição só para os Conselhos e isso foi de extrema importância para o sucesso do projeto. Quando o Conselho de Alimentação Escolar tem transporte, todo o trabalho se torna mais fácil e exequível, conseqüentemente, todo o plano de ação será melhor executado pois o Conselho consegue atender efetivamente as escolas e demais demandas de monitoramento.

Apresentamos o projeto ao secretário de educação, professor Altemar Leão, que se tornou nosso principal parceiro, e passamos também a contar com a parceria do técnico agrícola, o senhor José Adolfo, que na ocasião trabalhava para a Agência de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e conhecia muito bem a região e assim nos acompanhou em todas as viagens do ano de 2023.

Tivemos, também, a presença da coordenadora do CDAE, a senhora Ana Alice, que nos acompanhou nas primeiras viagens. Há de se destacar a participação de um conselheiro senhor Mário Jorge, sempre disponível seja para viagens, para visitar escolas, o CDAE ou agricultores.

Nossa primeira viagem foi à comunidade de



agricultores do Novo Catalão. Uma importante característica da região é o fato de os agricultores produzirem muito com pouca terra e trabalharem em regime de colaboração familiar. Os quintais das casas torna-se as lavouras, e nelas produzem hortaliças, tais como: couve, cebolinha, alface e outros e frutas como mamão, acerola e bananas.



Outra comunidade visitada, desta vez por transporte em água, foi a comunidade do Baixio. Por se tratar de terras de várzea, todo ano as lavouras ficam submersas lavando o solo. A comunidade produz muita melancia, porém, devido à grande seca recente, o solo no qual eles plantam não submergiu completamente, causando grande prejuízo para os agricultores. O fato de o cultivo ser em terra sedentária os obriga a cultivar em curto período, porque precisam aproveitar o período da seca. Quando a água está saindo da terra, os agricultores começam o plantio, para colherem antes da cheia. Trabalham em regime de colaboração familiar e cultivam maxixe, feijão de metro, jerimum, melancia, entre outros alimentos.

Conforme análise dos relatórios do ano de 2023 e 2024 aconteceram muitas mudanças nas comunidades.

Por exemplo, em Novo Catalão, no ramal do Umirituba na comunidade do Januari, houve um desenvolvimento maior em relação a produção, a economia local, e as condições de habitação e irrigação. Alguns agricultores conseguiram comprar mais um lote para a ampliação das lavouras e para o cultivo de plantações permanentes, como o cultivo do mamão e das hortaliças.

A partir dos registros das visitas *in loco* e do *checklist* podemos verificar o que eles plantam, como vivem, como contribuem para economia do município, e, principalmente, constatar em seus sorrisos um sentimento de valorização e reconhecimento.

Cada vez que íamos até a casa de um agricultor, éramos recebidos com alegria e acolhimento. Percebemos, também, durante as visitas de monitoramento que eles têm prazer de mostrar as lavouras e, como se sentem reconhecidos, pois fazem parte do processo da educação ao fornecer alimentação saudável para as escolas.

Demonstrar interesse em conhecer o trabalho dessas pessoas é muito gratificante. É possível perceber que são felizes no seu ofício. A percepção do CAE é que a iniciativa permite que os produtores passem a ter uma identidade e sejam incluídos em um processo

maior e tão importante que é a educação.

O CAE queria fazer o melhor e estar perto dos agricultores. Decidimos fazer o mapeamento dos agricultores e passar a acompanhá-los todo ano. E hoje o plano de ação prevê o acompanhamento dos agricultores familiares que fornecem para as escolas do município.

Assim constatamos que esses agricultores realmente vivem da agricultura e tem orgulho de serem agricultores. A iniciativa do CAE é de valorização das pessoas envolvidas com a agricultura familiar e através da humanização e reconhecimento coopera na construção da identidade do agricultor de Iranduba.

Isso é ser relevante, e alguns CAEs do estado do Amazonas já estão reproduzindo o projeto. E eu como presidente do Conselho e idealizadora do projeto, me sinto muito feliz e gratificada com o resultado do nosso trabalho.

Esperamos que a atuação do CAE de Iranduba promova também o reconhecimento da importante ação e dedicação de homens e mulheres que contribuem de forma voluntária, atuando na fiscalização dos recursos públicos e que, portanto, merecem a devida solenidade, respeito e valorização.



#### FICA A DICA

A ação de valorização dos fornecedores da alimentação escolar coopera e concorre para a valorização do Conselho de Alimentação Escolar.

Moju fica situada ao norte do Brasil, no estado do Pará. A localização geográfica permite entender o contexto do nome da cidade: Moju, palavra de origem tupi, significa “Rio das Cobras”. A sede do município de Moju está situada na margem direita do rio em terrenos doados por Antonio Dorneles de Souza à Irmandade do Divino Espírito Santo, em julho de 1754.



De acordo com o Censo de 2022, o município possui uma população de 84.094 pessoas. A tradição da cidade são festas religiosas: as festividades marianas no mês de maio e a festa do Divino Espírito Santo, homenagem ao padroeiro.

São festividades que obedecem ao rito similar: iniciam com o Círio Fluvial, em direção à sede do Município onde os festejos têm continuidade com arraial, leilão e ladainha na igreja.

*O Conselho de Alimentação Escolar do município tem uma história consolidada e bem-sucedida. No relato atual o CAE descreve os esforços empreendidos para o envolvimento de todos os conselheiros, independentemente de sua condição de titular ou suplente, nas atividades do CAE. Relata a importância de estabelecer parcerias e da força da atuação em equipe.*

## RELATO DE EXPERIÊNCIA - CAE DO MUNICÍPIO DE MOJU/PA

### *Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Moju/PA*

Autores: Paulo da Silva e Souza, Mariely Barbosa Valadares, Raimundo Orelia V. de Moraes, Hilda Socorro Siqueira

#### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Moju/PA – gestão 2021 a 2025:**

Alcemir Vieira de Oliveira; Gilma da Costa Sarraf; Hilda Socorro Siqueira; Hileia de Souza Costa e Costa; Josiane Barbosa Paixao; Josiane Costa Caldas; Laura Helena Vaz da Silva; Manoel Evaristo da Silva Cardoso; Mario Jorge Rocha de Souza; Mariely Barbosa Valadares; Paulo da Silva e Souza; Raely Oliveira da Silva; Raimundo Orelia Viana de Moraes; Waldenise Maria Moraes Souza

(Fonte: SIGPNAE/2024)

O Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Moju/PA é composto pelos segmentos definidos em lei: Poder Executivo, pais de alunos, sociedade civil com participação de quilombolas e profissionais da educação com mandato do conselho vigente de 06/2021 a 06/2025.

Uma prática adotada é o incentivo para a participação de todos os conselheiros nas atividades do CAE, independentemente de sua condição de titular ou suplente. A participação de todos é fundamental para o cumprimento das atribuições do CAE, de monitorar, fiscalizar e acompanhar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O CAE é o principal ator nesse processo, pois é

composto por várias representatividades dos segmentos da sociedade com a função de mobilizar e envolver os outros atores e com objetivo de melhorar o atendimento da merenda escolar tanto em qualidade e em quantidade suficiente para atender às necessidades nutricionais diárias dos alunos de acordo com a Resolução do FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020.

E esse envolvimento com outros atores através das parcerias é fundamental para dinamizar a atuação do conselho em um município com uma área territorial muito extensa com 9.094,139 km<sup>2</sup> com uma diversidade de escolas: Escolas Quilombolas,



Escola Indígena, Escolas Ribeirinhas, Escolas Rurais e Escolas na sede do município. São 160 escolas para atendimento aos 23.931 alunos matriculados na Rede de Ensino.

A Lei do PNAE é uma das referências de orientação para o acompanhar do Programa Nacional de Alimentação Escolar - a Lei 11.974 de 16 de junho de 2009 - que direciona a ação dos atores envolvidos na execução do PNAE.

O Conselho vem buscando alternativas para dinamizar o acompanhamento da execução do programa, com visitas as escolas, orientação aos atores como a Secretaria Municipal de Educação e gestores escolares, serventes e merendeiras.

A construção de parcerias, especialmente com órgãos e setores ligados à alimentação escolar, tem ajudado bastante na dinâmica de levar as orientações em todas as escolas e possibilitado o movimento de trazer serventes, merendeiras e gestores escolares para participarem de formação com temas relacionados à execução do PNAE.

Construímos parcerias com o Setor Municipal de Alimentação Escolar – SEMAE, com a Vigilância Sanitária, com o Corpo de Bombeiros, com o Setor de Comissão Permanente de Licitação – CPL, com a Secretaria Municipal de Agricultura. Todos têm contribuído significativamente nas ações do conselho. Temos uma parceria com o Setor Municipal de Alimentação Escolar onde construímos juntos a formação para serventes e merendeiras e para gestores escolares.

Todo início do ano, em meados de janeiro e fevereiro, acontece a formação para serventes e merendeiras em dois dias atingindo um público de 200 pessoas. Uma grade de temas é organizada considerando a afinidade de cada parceiro naquela iniciativa. Aproveitando ao máximo a *expertise* de cada um.

No caso do Corpo de Bombeiros, por exemplo, destacam-se temas com orientação sobre os primeiros socorros em relação ao procedimento em caso de engasgamento de alunos, orientação sobre os perigos na copa com alimentos quentes, sobre o



gás de cozinha ou GLP e orientação de como usar o extintor de incêndio.

Em relação a participação da Vigilância Sanitária os temas tratados giram em torno da questão higiênica: a limpeza do ambiente e os cuidados com a manipulação dos alimentos.

As nutricionistas do SEMAE contribuem com temas como a manipulação e contaminação dos alimentos.

Cabe ao CAE mobilizar para a importância estratégica da alimentação escolar com orientações sobre a importância do PNAE na vida escolar dos alunos e informação técnica como o recurso per capita por modalidade de ensino por dia para a compra da merenda escolar.

Após a formação das serventes e merendeiras, em outro momento, os gestores escolares são convidados a participarem de uma conversa com o CAE e o Setor Municipal de Alimentação Escolar, atingindo um público de 100 pessoas. Nesse momento os relatos das serventes e merendeiras são levados para discussão com o objetivo de buscar um

alinhamento em ações e decisões de forma a ter o resultado na ponta com os alunos satisfeitos com alimentação escolar.

A formação com as serventes e merendeiras e com os gestores escolares nos possibilita atingir um público bem maior que as visitas às unidades escolares. Embora as visitas sejam muito importantes, a reunião entre serventes, merendeiros e gestores amplia o público e dinamiza as visitas, que passam a ser visitas de verificação se as escolas estão seguindo as orientações dadas nas formações.

Outra ação do conselho em 2023 foi a aplicação de



pesquisa com os gestores escolares com objetivo de traçar o perfil da alimentação no município de Moju. O questionário, instrumento da pesquisa, foi composto com 13 perguntas subjetivas e através das respostas foi possível obter dados reais e atuais das escolas.

Das 160 escolas do município conseguimos aplicar o questionário em 127 escolas por meio de parceria com os técnicos da Secretaria Municipal de Educação. Cada técnico é responsável pelo monitoramento de determinado número de escolas, e na visita para o monitoramento aplicavam o questionário aos gestores.

Com a tabulação dos dados, fomos traçando a real situação das escolas e o CAE passou a ter informação importantes sobre o que precisa melhorar e quais escolas devem ser acompanhadas mais de perto.



Com a pesquisa obtivemos uma variedade de demandas e uma lista com as dificuldades a serem superadas por escolas. Todas as demandas foram passadas para a Secretaria Municipal de Educação para serem gradativamente sanadas.

As duas ações foram possíveis de serem realizadas com o apoio e a participação dos parceiros, que dão ao Conselho os meios para executar as ações. É importante ressaltar que a parceria não isenta o CAE de sua função primordial que é ser um agente fiscalizador, participativo e que deve tomar decisões para o bom andamento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.



### **FICA A DICA**

Utilizar metodologias de pesquisa ajuda a identificar com mais exatidão as fragilidades do PNAE e a construção de parcerias ajuda na condução das ações necessárias por parte do CAE.

O município de Mâncio Lima, no Acre, tem algumas curiosidades! A primeira é o fato de ser a cidade mais ocidental do país, o ponto extremo oeste do território brasileiro, na nascente do rio Moa, e que faz fronteira com a cidade de Pucalpa no Peru. É a cidade brasileira mais distante em linha reta da capital do país. São, aproximadamente, 2870 km entre elas!



Outra curiosidade diz respeito ao seu fundador: um cearense que trouxe consigo um grupo de nordestinos que deram início ao povoado de “Japiim” que em 1976 passou a ser um município.

Sua população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 17910 habitantes em 2017. O principal atrativo turístico em Mâncio Lima é o Parque Nacional da Serra do Divisor.

*O Conselho de Alimentação Escolar de Mâncio Lima relata a importância de um trabalho integrado dos conselheiros com os demais atores e instituições. Mostra, ainda, que objetividade e capacidade de avaliar as dificuldades locais, o trabalho integrado e a participação efetiva nas atividades cotidianas podem cooperar de forma sustentável para superação das dificuldades territoriais do município e, conseqüentemente, possibilitar o alcance dos objetivos do PNAE.*

## O COTIDIANO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS, PARCERIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CAE DO MUNICÍPIO DE MÂNCIO LIMA, ACRE

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Mâncio Lima, Acre*

Autores: Mônica Maria Matias da Silva, Luiz Edmir do Nascimento, Valmiro Gomes Muniz, Suelen da Silva Vinhorte

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Mâncio Lima/AC – gestão 2021 a 2025:**

Aliniana Rocha da Silva; Angeleide Silva Leite; Geandson Dias de Souza; Julieta Araujo de Oliveira; Luiz Edmir do Nascimento; Maria Celiane Cordeiro Fuques; Maria Lecilda Gomes da Silva; Maria Zulenizia Leite de Souza; Monica Maria Matias da Silva; Odilene Mendonca de Sena Souza; Raelson da Silva Rodrigues; Rivelino Silva Cavalcante; Suelen da Silva Vinhor; Valmiro Gomes Muniz

(Fonte: SIGPNAE/2024)

Mâncio Lima está situado no estado do Acre, na região Norte do Brasil, próximo à fronteira com o Peru, e compreende um dos municípios da mesorregião do Vale do Juruá.

A população é predominantemente rural, com uma diversidade étnica que inclui comunidades indígenas e ribeirinhas. A economia local é baseada na agricultura familiar, extrativismo e serviços. Os cultivos da mandioca, banana e frutas tropicais além de atividades de pesca, são comuns em Mâncio Lima.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município trabalha para assegurar que a alimentação escolar seja saudável e diversificada, promovendo a alimentação adequada, com utilização e valorização dos produtos locais.

No decorrer das atividades realizadas pelo CAE contamos com o apoio e orientações de grande importância do Ministério Público do Acre (MPAC) e do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Acre (Cecane-



UFAC), órgãos que têm auxiliado nas atividades a serem desenvolvidas pelo CAE tais como: identificar e fiscalizar o uso do recurso federal destinados à Alimentação Escolar do município, observar e registrar possíveis irregularidades, vistoriar e analisar o ambiente físico das escolas, onde são elaboradas as refeições.

O município enfrenta desafios relacionados ao acesso à alimentação de qualidade devido a algumas escolas serem de difícil acesso, como as escolas que são acessadas somente por rios e aquelas onde as estradas rurais não estão em boas condições, especialmente no período chuvoso na região.

Um das principais experiências que tivemos foi a motivação do Ministério Público (MP) no processo de desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na zona ribeirinha do município.

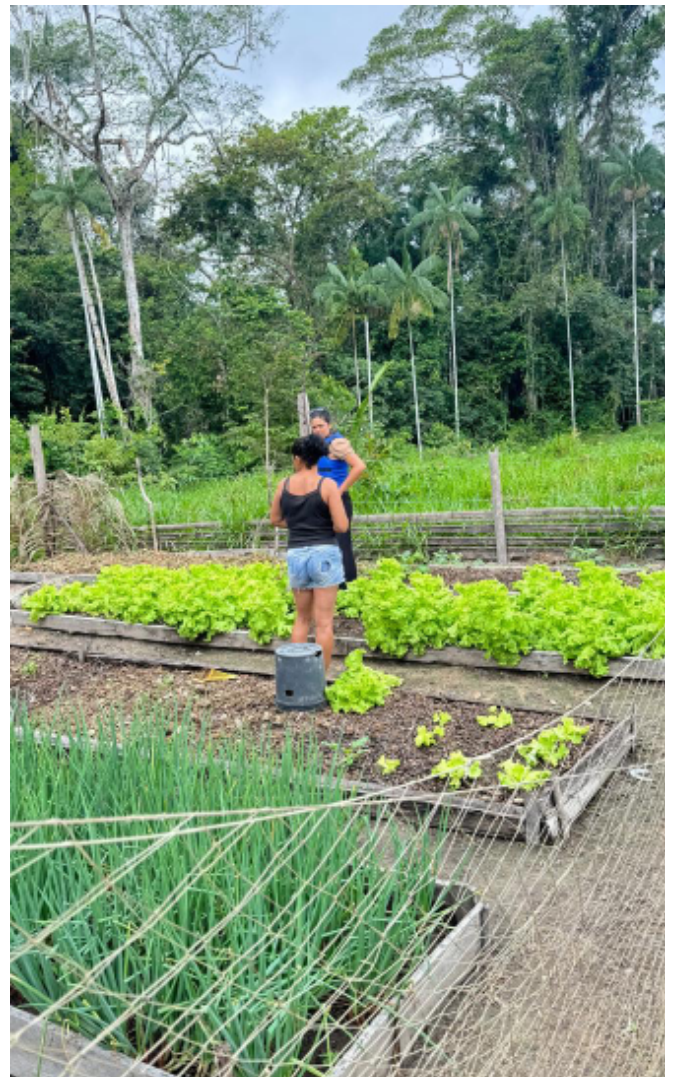
No início do ano de 2023, com o incentivo do Promotor de Justiça da Comarca de Cruzeiro do Sul (MPAC), Sr. Leonardo Honorato Santos, foi realizada uma reunião juntamente com o apoio do Cecane-UFAC para alinhamento de atividades a serem desenvolvidas nas áreas ribeirinhas de Mâncio Lima,

com o objetivo de avançar a execução do PNAE nestas localidades. Na ocasião, foi constatada a baixa participação da Agricultura Familiar na alimentação escolar do município.

A partir disso, foi realizada uma triagem dos produtos disponíveis da agricultura familiar até as escolas mais distantes e realizadas conversas com os membros de cada comunidade, incentivando os produtores a participarem das Chamadas Públicas do município.

O trabalho de assessoramento do CAE em parceria com órgão de Controle Social (MP) e com apoio técnico do Cecane, foi a base de orientação para o fornecimento de informações sobre o Programa e para impulsionar a participação de agricultores familiares no PNAE.

Houve a orientação para que as entregas dos





produtos alimentícios pelos produtores fossem realizadas nas escolas mais próximas das suas residências, facilitando o trabalho. Para o CAE, a proximidade do local da entrega aumenta a motivação dos agricultores para desenvolver o PNAE nessas regiões ribeirinhas.

Depois, a nutricionista e alguns membros do CAE além de uma funcionária da Secretaria de Produção e um representante do Sindicato Rural foram pessoalmente aos locais nos quais foi constatado o interesse de agricultores em produzir e vender para o PNAE. E os órgãos responsáveis organizaram todas as documentações necessárias, facilitando assim, a participação desses produtores na chamada pública.

Para o Promotor de Justiça, Leonardo Honorato, é preciso ter mais empatia com quem não sabe e nem gosta de burocracia, como é o caso da maioria dos trabalhadores rurais. Neste sentido, facilitar o acesso e desenvolver orientações, permite uma efetiva participação da Agricultura Familiar no PNAE.

Hoje os agricultores entregam produtos como: macaxeira, inhame, cebolinha, chicória, goma de tapioca, coco ralado, pimenta de cheiro, gerimum e ovos caipira. E a alimentação das crianças ribeirinhas ficou com uma melhor qualidade, com mais nutrientes, contribuindo para o desenvolvimento infantil.

No estado do Acre, somente o nosso município participa dessa ação do MP e do Cecane UFAC, que surtiu um grande efeito.

Com o objetivo de fortalecer as ações dos conselheiros e para refletir sobre fatores que implicam na qualidade da Alimentação Escolar, o Conselho de Alimentação Escolar do Estado do Acre – CAEAC vem realizando Encontros de CAE's e Audiências Públicas e, com isso, promovendo momentos de formação e trocas de experiências entre os atores envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Com a parcerias de outros órgãos e todo suporte do CAEAC, conseguimos atuar como uma ferramenta importante na execução de uma adequada alimentação



escolar, garantindo o aporte nutricional necessário durante o ano letivo, podendo constituir-se como fonte de diversos conhecimentos e saberes a respeito do campo da alimentação humana e no desenvolvimento da agricultura familiar.

### FICA A DICA

Organização, disposição dos conselheiros, apoio técnico e parcerias conseguem superar as dificuldades geográficas e a burocracia.



# REGIÃO NORDESTE



Areia é um município perto de Campina Grande na Paraíba. É a terra natal do pintor Pedro Américo famoso por sua obra “O Grito do Ipiranga”. Tem por lá a casa museu de Pedro Américo que não é um único destaque que por lá nasceu. José Americo de Almeida, escritor brasileiro, regionalista, deve ter buscado na sua cidade natal inspiração para seu romance A Bagaceira.

A cidade é conhecida pela cultura, pela paisagem agradável com rios e vales e um clima temperado. Uma cidade pacata, situada em região alta, que desde 2006 tem um conjunto urbanístico e histórico tombado.

*O Relato de Experiência de Areia descreve a atividade de apoio do CAE ao projeto de qualificação de merendeiras especialmente com alimentos.*



## O APROVEITAMENTO NUTRICIONAL DA BANANA

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Areia, Paraíba*

Autores: Lindalva Gouveia Nascimento, Luis Carlos Trajano da Silva

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Areia/PB – gestão 2022 a 2026:**

Ana Cristina dos Santos; Darlene Barboza Pereira de Albuquerque; Elysson de Souza Cruz; Germano Soares dos Santos; Lindalva Gouveia Nascimento; Luis Carlos Trajano da Silva; Mariene Silva da Costa Maria Anunciada da Silva Costa; Maria Aparecida dos Santos Gomes; Maria Jose Souza dos Santos Nizelma Pinto Pereira; Renata Simone dos Santos Silva; Silvana da Cunha Silva Firmino; Tatiane de Lima Santos

(Fonte: SIGPNAE/2024)

Proporcionar uma prática inovadora e exitosa na merenda escolar, a fim de replicar para outras instituições de ensino, moveu o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, da rede municipal de Areia - Paraíba, ao solicitar da Secretaria de Educação, uma formação para as merendeiras e auxiliares de serviços. Em atendimento, esta proporcionou um curso de capacitação intitulado Gastronomia e Desenvolvimento: Melhoramento da Alimentação Escolar, ministrado pelo chefe de cozinha Aurélio Silva e organizado pela nutricionista Sara Hellen Dias Pereira (responsável técnica), contemplando a participação de 45 pessoas, que exercem suas funções em 12 (doze) escolas e 6 (seis) creches. A capacitação foi realizada no período de 01 a 05 de julho de 2024, com carga horária de 40 horas/aula. As atividades iniciaram com um momento de acolhimento e troca de experiências entre as cozinheiras, a nutricionista e o chefe de cozinha,



seguido da ministração da aula teórica, onde foram abordados os seguintes temas: alimentação e nutrição, aceitabilidade dos alimentos, preparação dos cardápios, técnicas de pré-preparo, preparo e cocção e as receitas mais usadas na alimentação escolar.

O curso teve como principal objetivo qualificar os profissionais que atuam no preparo da alimentação escolar, promovendo a troca de experiências, o incentivo e a oferta de alimentos saudáveis, principalmente, os provenientes da agricultura familiar, bem como, o controle de alimentos industrializados para despertar a criatividade dos profissionais no momento do preparo e elaboração de novas preparações. Além da inserção de novos alimentos, como a carne suína, que até então não era servida na merenda escolar.

Contemplou-se, no curso, a utilização de alimentos

típicos da região nordeste precisamente dos encontrados no brejo paraibano, onde o município está inserido, e adquiridos através de fornecedores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, como a macaxeira e a banana.

A inovação incluiu o uso do palmito da bananeira e umbigo do mangará como recurso nutricional. Além de receitas com farofa de banana; bobó de frango; um brownie com a massa feita de macaxeira e chocolate, adicionado de uma camada de banana caramelizada com rapadura; risoto; rubacão, feito com arroz, feijão macassar, carne de charque e a macaxeira, no formato de creme. Também foi preparado um *smoothie* de banana, feito com a banana com casca congelada batida ao leite. Elaborou-se um bolo feito com a casca da banana - devidamente higienizada, seguindo as orientações do chefe de cozinha- promovendo o aproveitamento de suas propriedades nutricionais, visto que estas também possuem nutrientes importantes e normalmente acabam sendo descartadas. Vale salientar que a banana é o produto mais comercializado e de mais fácil acesso na região.

É preciso ressaltar que também foram ensinadas formas de pré-preparo e preparo de diversos alimentos, uso de temperos naturais e conservação de vegetais processados, incentivo ao aproveitamento integral dos alimentos, higienização e a utilização das cascas dos alimentos provenientes da agricultura familiar, e a otimização do tempo durante a preparação dos alimentos.

Na última reunião do CAE, estiveram em pauta, os resultados do Curso de Capacitação, relatados pela nutricionista Sara Hellen Dias Pereira sobre o caráter inovador e criativo no uso de determinados ingredientes, como a banana, com total aproveitamento de nutrientes. A experiência foi avaliada de forma favorável à prática de qualidade na alimentação escolar e os fatos evidenciam que é possível replicar as receitas em todas as unidades de ensino da rede, como também, fortalecer a autonomia do CAE.

O CAE decidiu divulgar o relato de experiência com a receita do bolo de banana, destacando-se pelo aproveitamento de todos os nutrientes da





diferencial a inserção da casca de banana. Observou-se a aceitação por unanimidade e foi constatado a possibilidade de replicação em outras instituições devido ao fato de ser uma receita simples, rápida e de poder fazer parte do café da manhã oferecido pela rede de ensino no início da manhã, antes do início das atividades escolares.

Existe a necessidade de continuidade da ação, pois a banana é um produto típico da região, ofertado nas escolas através do PRONAF, e destaca-se pela quantidade de nutrientes e aproveitamento de todas as propriedades da banana. Da mesma forma, avalia-se que podem ser inseridas outras receitas com este produto que foram ensinadas na capacitação.

Com esta ação, nós, conselheiros, sentimo-nos honrados e acolhidos pela rede ao permitir o estímulo à autonomia do CAE e à participação social, uma vez que solicitamos uma formação e tivemos um pedido

banana, por considerar uma alimentação capaz de ser replicada em toda a rede de ensino e pelo valor nutricional no café da manhã. Todo o processo de produção pode ser visualizado clicando em [https://youtu.be/usEx5jYufbg?si=-sk\\_cYzJPq6KhW4H](https://youtu.be/usEx5jYufbg?si=-sk_cYzJPq6KhW4H).

O caráter inovador e criativo dessa experiência reside no valor nutricional da banana, uma vez que a receita é preparada com todo o aproveitamento do produto. A preparação precede um momento de higienização do produto para que haja a preparação do alimento, seguido pelo processo de cozimento.

A experiência se deu na Escola Municipal de Ensino Fundamental “José Lins Sobrinho”, com os alunos da Educação de Jovens e Adultos, que foram os primeiros a participarem do teste de aceitação da receita do bolo de banana, trazendo como



de formação profissional para que a receita fosse testada, conforme as determinações para a oferta de alimentação escolar.

Ao final desse processo, ficamos satisfeitos em saber que estamos cumprindo a nossa responsabilidade social atentando aos preceitos das Diretrizes do PNAE, e tornando público a efetividade do controle social.

Sendo assim, apontamos como resultado da ação, a oferta de uma receita com qualidade nutricional e a inserção no cardápio da merenda escolar, atendendo a uma alimentação saudável e contribuindo para a qualidade social da educação.

### **FICA A DICA**

O apoio do Conselho de Alimentação Escolar às iniciativas da gestão no sentido de valorizar a alimentação local tem como consequência o apoio e fortalecimento do próprio conselho de controle social.

Lá perto de Petrolina, em Pernambuco, fica o município de Dormentes. A palavra dormente em seu sentido mais comum significa “que dorme ou o que está adormecido”. Diz-se que o nome do município surgiu de uma lenda sobre um cavalo que vivia no atual distrito de Santa Cruz, mas que vivia fugindo para a beira da lagoa e que lá permanecia deitado. O cavalo passou a ser chamado de Dormente e emprestou seu nome para a lagoa e para o município.

É curioso pensar que uma das atrações da cidade é uma vinícola. A cidade está localizada em região do semiárido. Que interessante é saber e aprender que uma condição climática tida como hostil é propícia à produção de vinhos, essa bebida milenar!

A cidade possui uma bela orla do Rio São Francisco que permite momentos de lazer e contemplação. Quem sabe um bom programa na cidade seja observar o rio?!

*O CAE de Dormentes relata uma experiência sobre a influência da consulta aos alunos sobre a alimentação escolar ofertada e da qualidade na execução do Programa.*



## ENQUETE DE OPINIÃO PARA ESTUDANTES SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Dormentes/Pernambuco*

Autores: Adjane da Luz Lopes

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Dormentes/PE – gestão 2021 a 2025:**

Adjane da Luz Lopes; Ane Celia Rodrigues; Fabio de Castro Rodrigues; Francisco Auricelio Damasceno Geisse Karine Santos Coelho; Geomara de Souza Brito; Januario Mendes Reges; Marciana Santos Gomes Rodrigues; Maria de Fatima de Macedo Reis; Merivaldo da Silva Santana; Nathalia Gardner Rodrigues Mendes; Ronaldo Granja Coelho; Rosilene de Souza Rodrigues; Terezinha Francisca de Macedo Coelho

(Fonte: SIGPNAE/2024)

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Dormentes, em Pernambuco, tem a honra de participar desse evento que vem enaltecendo o papel deste Conselho como órgão deliberativo de acompanhamento e controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por meio da apresentação desse relato, a atual gestão do CAE pretende ressaltar a relevância do Conselho no processo de melhoria na execução do programa de merenda escolar e mostrar que as ações afirmativas conduzidas pelo CAE vão muito além do processo de inspeção e são perceptíveis na melhoria e na valorização da alimentação escolar.



Uma ação que desenvolvemos foi a aplicação de uma pesquisa para aferir a opinião dos alunos e verificar os aspectos positivos e negativos da merenda escolar. Tomamos por norte o estabelecimento de ensino Escola Municipal Mauricio José Rolim Cavalcanti. O CAE elaborou uma enquete para recolher os dados. Os questionários sobre a merenda escolar contemplam perguntas sobre os gostos dos alunos, tais como: o que eles acham da alimentação? Quais os lanches que eles mais gostam? O que eles sugerem?



O que eles não gostam? Essas pesquisas ocorreram no decorrer do ano letivo de 2023 e continuam até o presente momento em 2024. Ressaltamos que são pesquisas que acontecem por turmas no momento do conselho de classe, sendo aplicadas pelos professores.

Após o levantamento dos dados, discutimos o resultado em nossas reuniões. Com isso, o Conselho de Alimentação Escolar passou a ter embasamento para a condução de roda de conversa com a



nutricionista da merenda escolar.

Apresentamos o resultado das nossas enquetes e ela passou a trabalhar considerando as informações obtidas com o objetivo de atender da melhor forma possível os estudantes. Sabemos que não é fácil adequar as solicitações, por inúmeros motivos: valores financeiros, valores nutricionais, uma demanda grande de necessidades especiais. Porém, é uma forma dinâmica de ouvir nossos estudantes, de estar mais atentos às necessidades de cada um, de modo coletivo, e buscar alinhar os pontos. Ressaltamos que há um esforço enorme da nutricionista no processo e que as conversas são prazerosas e de bom entendimento. O trabalho de pesquisa ocorreu no decorrer dos



anos letivos de 2023 e 2024. Ressaltamos que são pesquisas que acontecem por turmas no momento do conselho de classe, sendo aplicadas pelos professores.

Podemos concluir que o CAE vem contribuindo diariamente com as melhorias da alimentação escolar de nossa cidade e é gratificante chegar na escola e ver os alunos agradecerem ou ainda afirmarem que “ a merenda tá melhorando”, e que o conselho faz parte do processo, pois, ao ouví-los, reivindica pela causa deles. É com esse compromisso que visamos manter a nossa relação de conselheiros parceiros dos nossos estudantes, que se preocupam em buscar

melhorias e ser ponto de apoio. E principalmente ver as nossas ações se tornarem realidades positivas.

#### FICA A DICA

Desenvolver estratégias para ouvir o público-alvo do PNAE e dialogar com agentes responsáveis pela execução do Programa.



O desenvolvimento do município de Jequié no fim do século XIX está associado ao crescimento do comércio gerado por uma feira que atraía comerciantes de outras regiões da Bahia.

A pecuária e a agricultura são, hoje, atividades base da economia local. Entretanto há de se destacar o importante papel de empresas do setor de petróleo e álcool.

Desenvolvendo-se ao longo das margens do Rio de Contas e cercado por extensa mata, a cidade compreende em seu território biomas da caatinga e mata Atlântica. Com clima semiárido, tem uma população estimada em quase 159 mil habitantes, ou seja, quase caracterizado como um município de médio porte.

Possui 113 escolas, com quase 21 mil alunos do ensino fundamental e 6 mil de ensino médio. Jequié está inserida na região intermediária de Vitória da Conquista.

A palavra Jequié deriva do Tupi, JEQUI: cesto afunilado, usado como armadilha para peixes, tendo como variações cacuri, Jequiá, jiqui, jiquiá, juquiá, jequié.

*O CAE de Jequié resolveu relatar a experiência do envolvimento na aplicação com o teste de aceitabilidade, procedimento recomendado para verificar a aceitação dos cardápios.*



## APLICAÇÃO DE TESTE DE ACEITABILIDADE COMO VETOR DE MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Jequié/Bahia*

Autores: Manoel Gonçalves dos Santos

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Jequié/BA – gestão 2022 a 2026:**

Adriana Oliveira de Jesus, Adriana Souza Macedo, Alexsandro Reis Silva, Claudia Pereira da Silva Santos, Edjacyra Matos Lopes dos Santos, Gabriela da Silva Santos, Jussara Santana Torres Silva, Karina Silva Caricchio Tourinho, Luzinete Maria dos Santos, Manoel Goncalves dos Santos, Maria Amelia Jesus Santos, Mirele Serafia da Rocha Silva, Moises Silva de Aguiar, Valdemir dos Anjos Santos

(Fonte: SIGPNAE/2024)

A garantia da participação da sociedade nos processos de elaboração e controle de políticas públicas pela Constituição Federal de 1988 tem se mostrado uma medida acertada ao longo do tempo. Foi com base neste esteio que a Lei Federal n.º 11.947/2009 assegurou aos entes federados instituírem Conselhos Municipais de Alimentação Escolar em suas respectivas jurisdições administrativas.

No Município de Jequié, na Bahia, este importante

órgão de controle social do campo educacional possui 27 anos de existência, período no qual vem atuando, de forma comprometida e pautada nas diretrizes pertinentes, em favor da melhoria da educação pública ofertada aos estudantes atendidos, por meio da fiscalização e assessoramento relacionados à operacionalização do serviço de oferta da alimentação escolar que faz. Referenciados nesta perspectiva de atuação, os seus conselheiros do atual mandato realizaram, no exercício de 2023, cinquenta



visitas às unidades escolares que compõem a rede municipal de ensino da cidade.

Por meio das observâncias e conversas com estudantes, professores, merendeiras e gestores escolares realizadas nos momentos de visitas, o colegiado percebeu que determinadas preparações contidas no cardápio da rede não eram bem aceitas pelo público estudantil.

Trata-se de duas que eram frequentes no cardápio e levavam Proteína Texturizada de Soja (PTS) entre os seus ingredientes, denominadas de “risoto de arroz com PTS e cenoura” e “macarronada com PTS”. Eram comuns as queixas sobre elas; relatos de que os estudantes não gostavam; de que muitos não se alimentavam quando elas eram servidas; de que ocorria notável desperdício nesses dias, entre outros apontamentos negativos.

Considerando tais reclamações e tendo conhecimento de que o FNDE, por meio da Resolução n.º 6/2020,



estabelece como um dos procedimentos necessários ao controle de qualidade da alimentação servida aos escolares a aplicação de testes de aceitabilidade por parte das entidades executoras, para, entre outros objetivos, avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente, o CAE provocou a Coordenação de Alimentação Escolar do Município neste sentido, e, juntamente com ela, realizou aplicação de teste de aceitabilidade em duas unidades de ensino.

Conforme definição adotada pelo FNDE, teste de aceitabilidade é o conjunto de procedimentos metodológicos, cientificamente reconhecidos, destinados a medir o índice de aceitabilidade da alimentação oferecida aos estudantes. Ele faz parte da análise sensorial de alimentos, que evoca, mede, analisa e interpreta reações das características de alimentos e materiais como são, percebidas pelos órgãos da visão, olfato, paladar, tato e audição. Consigna-se que a aceitação de um alimento pelos estudantes é um importante fator revelador do nível da qualidade do serviço prestados pelas escolas em relação ao fornecimento da alimentação escolar. Além disso, evita desperdício de recursos públicos na compra de gêneros alimentícios rejeitados.

O tipo de teste aplicado na rede municipal de ensino de Jequié, por membros do CAE e duas nutricionistas da rede, insere-se no que se denomina de métodos sensoriais, de escala hedônica, com finalidade de

**TESTE DE ACEITAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**  
Escola Municipal Doutor Joaquim Marques Monteiro Data: 21/07/2023  
Nome do(a) Aluno(a): \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_  
Marque a carinha que mais represente o que você achou do **Risoto de arroz com PTS**.

1 Detestei 2 Não gostei 3 Indiferente 4 Gostei 5 Adorei

Diga o que você mais gostou na preparação: \_\_\_\_\_  
Diga o que você menos gostou na preparação: \_\_\_\_\_

**TESTE DE ACEITAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**  
Escola Municipal Doutor Celi de Freitas Data: 26/07/2023  
Nome do(a) Aluno(a): \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_  
Marque a carinha que mais represente o que você achou da **Macarronada com PTS**.

1 Detestei 2 Não gostei 3 Indiferente 4 Gostei 5 Adorei

verificar aceitação/preferência. Nesse tipo de teste, o estudante preenche uma ficha em que ele escolhe entre cinco expressões faciais a que representa a sua opinião sobre a preparação servida no dia da aplicação. Cada “carinha” é acompanhada de uma das seguintes palavras: detestei, não gostei, indiferente, gostei e adorei. Também respondem, na ficha, as seguintes perguntas:

- Diga o que você mais gostou na preparação; e
- Diga o que você menos gostou na preparação.

O primeiro teste foi aplicado em 21/07/2023, no turno matutino, na E.M. Dr. Joaquim Marques Monteiro, envolvendo estudantes dos anos finais do ensino fundamental, com a presença do Presidente do CAE, professor Manoel Gonçalves dos Santos, das nutricionistas Ana Maria Bulhões e Joiciane Costa, além de estagiárias de nutrição Emanuela Santana e Tainá Santos.

A preparação testada foi “risoto de arroz com PTS e cenoura”.

No momento da aplicação, a escola contava com a



presença de 73 estudantes. Desses, 46 consumiram a refeição servida, sendo que 28 assinalaram, na ficha de teste que receberam, as expressões faciais “detestei” ou “não gostei”, correspondendo a 60,86% de reprovação, 12 assinalaram “gostei” ou “adorei”, correspondendo a 26,09% de aprovação, e 6 assinalaram a expressão “indiferente” (13,05%).

Também foi verificado o índice de adesão dos

estudantes à preparação. Ou seja, a porcentagem que se serviu em relação ao número de estudantes presentes na escola no dia/turno, que foi de 63,01%. Dessa forma, 36,99% dos presentes não tiveram interesse em “pegar” a merenda.

O segundo teste foi aplicado no dia 26/07/2023, no turno vespertino, na E.M. Dr. Celi de Freitas, com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. Estiveram presentes o Presidente do CAE, professor Manoel Gonçalves dos Santos, as conselheiras Cláudia Pereira e Adriana Oliveira, e a nutricionista Ana Maria Bulhões. A refeição testada foi “macarronada com PTS”. No momento da aplicação, 163 estudantes estavam presentes na escola, sendo que, destes, 73 se serviram da refeição, e 90 não se serviram, se verificando um índice de adesão de 44,78%, apenas.

Quanto ao índice de aceitabilidade, o resultado foi o seguinte: dos 73 estudantes que merendaram, 41 assinalaram as expressões faciais “detestei” ou “não gostei”, ou seja, 56,2% dos respondentes reprovaram a preparação; 20 assinalaram as expressões faciais “gostei” ou “adorei”, correspondendo a 27,3% de aprovação; e 12 assinalaram a expressão facial “indiferente”, o equivalente a 16,5% dos respondentes.

No dia da aplicação do teste, observou-se que muitos estudantes que se dirigiam para a fila da merenda retornavam do meio do caminho, ao identificarem a refeição que estava sendo servida. Além disso, percebeu-se que, dos estudantes que aderiram à preparação, um número significativo jogava fora quando começava a se alimentar.

Registra-se, ainda, que, no que se refere à pergunta “Diga o que você menos gostou na preparação”, que constou do formulário preenchido pelos estudantes que participaram dos dois testes, constatou-se que, dos que reprovaram, respectivamente, 85,4% e 91,6% mencionaram que o que menos gostaram na preparação foi da PTS.

Considerando os índices de aprovação dos estudantes que lançaram quanto às duas preparações testadas, de, respectivamente, 26,86% e 27%; considerando que, dos discentes presentes no momento da aplicação dos dois testes, 27 e 90 (36,99% e 55,22%), respectivamente, deixaram de

lançar - por não aprovarem a preparação, como evidencia o comportamento testemunhado nas escolas, quando eles se dirigiam para a fila da merenda - pode se inferir que, nos dias em que eram servidas tais preparações, cerca de metade (1º teste) ou a maioria (2º teste) dos estudantes passavam o turno de aula sem se alimentar, o que significa que o custo financeiro do PNAE e do Município de Jequié com tais preparações não estava tendo efetividade, se constituindo em desperdício de recursos públicos, razão pela qual, somada ao fato de que, conforme orientação do FNDE, para permanecer no cardápio, a preparação precisa ser aprovada por, no mínimo, 85% dos respondentes, o que não aconteceu nos dois testes, o Conselho de Alimentação Escolar de Jequié recomendou ao executivo municipal que substituísse ou modificasse, no cardápio da alimentação escolar, as duas preparações citadas por outras que pudessem concorrer para que o PNAE cumprisse, efetiva e integralmente, sua finalidade na rede municipal de ensino da cidade.

O órgão administrativo da educação municipal acatou a recomendação e substituiu a PTS, que era um dos ingredientes das preparações em questão, por carne moída, medida que fez com que diminuísse significativamente as reclamações mencionadas, conforme verificado pelos conselheiros do CAE em visitas às unidades de ensino da rede posteriores à aplicação dos testes de aceitabilidade descritos.

A experiência relatada evidencia a importância do trabalho do CAE no acompanhamento da execução do PNAE no contexto das unidades de ensino, uma vez que, visitando-as, de forma regular, os conselheiros podem, entre outras coisas, captar o nível de satisfação dos estudantes em relação ao que lhe é servido enquanto alimentação escolar e, em se verificando, por meio da aplicação de testes de aceitabilidade, que tal satisfação não tem sido a contento, provocar o setor administrativo responsável a adotar as medidas cabíveis para melhorá-la, de modo que a alimentação ofertada cumpra, efetivamente, a finalidade de garantir aos discentes o estado nutricional de que eles necessitam para permanecerem no ambiente de ensino com sucesso escolar.



#### FICA A DICA

A observação sensível do conselheiro de alimentação escolar durante o momento da alimentação dos alunos e a consulta de opinião de forma sistemática e mesmo que informal fornecem informações fundamentais sobre a qualidade de execução do PNAE.

Salvador é a capital da Bahia, mas foi a primeira capital do Brasil colonial. Foi fundada por Tomé de Souza em 1549. O nome da cidade revela a forte influência do cristianismo da época da fundação. E, portanto, não é por acaso que a baía que cerca a cidade tenha recebido o nome de Todos os Santos.

Salvador é o centro econômico e administrativo do estado da Bahia e um grande polo turístico do país. Como diz a canção popular “você já foi a Bahia? Não? Então, vá”. É um centro de cultura afro-brasileira com uma população majoritariamente negra ou parda, muito reconhecida também pelo seu sincretismo religioso.

*O Relato do CAE de Salvador descreve uma experiência de articulação com o objetivo de valorizar as aquisições de produtos da agricultura familiar.*



## ARTICULAÇÕES QUE TRANSFORMAM A AGRICULTURA FAMILIAR NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Salvador/Bahia*

Autores: Amanda Ornelas Trindade Mello, Rosemary Lima Barreto, Edmilson de Almeida Santos, Floriceia das Neves

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Salvador/BA – gestão 2023 a 2027:**

Amanda Ornelas Trindade Mello, Arielma Galvão dos Santos, Beatriz Mendes Loiola De Oliveira, Debora Raquel Barouh Nunes, Edimilson de Almeida Santos, Eva Silva Santos, Floriceia Carvalho Das Neves, Geusa Fabrine Rios Pinheiro Saraiva, Joyce Silva de Oliveira, Jurimar Sá da Silva, Rita Soares Moraes, Rose Assis, Rosemary Lima Barreto

(Fonte: SIGPNAE/2024)

Nosso relato se inicia na conferência da prestação de contas do mês de julho de 2023. Foi observado que havia um montante elevado na conta da Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED), e constatou-se que o percentual de compras da Agricultura Familiar (AF) estava abaixo do previsto por lei.

O Conselho (CAE) questionou a Responsável Técnica sobre o motivo dessa discrepância e fomos informados de que as chamadas públicas estavam resultando “desertas”. E quando não ocorriam desertas, havia dificuldades na finalização da contratação devido à falta de documentos necessários pelos agricultores e cooperativas.

O Conselho, então, começou a pensar em possibilidades para apoiar a Secretaria de Educação

do Município e sanar as dificuldades por eles encontradas.

A primeira ideia foi a de convidar diversas instituições públicas interessadas na pauta da agricultura familiar nas escolas para uma primeira reunião de escuta com o objetivo de identificar problemas e soluções relacionados ao tema.

O objetivo nesse momento foi o de possibilitar a aproximação dos atores e de possíveis parceiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Salvador, além de reunir cooperativas e agricultores familiares que pudessem fornecer e participar das chamadas públicas do município.

A primeira reunião, ocorrida em 18 de outubro de 2023, na sede do COMAE (Conselho de Alimentação Escolar de Salvador), foi estratégica para ouvir

as perspectivas e ideias das instituições que desempenham papéis importantes para o setor alimentício e que promovam a agricultura familiar em Salvador. Na ocasião foi criado um grupo de WhatsApp com o objetivo de ser um espaço de continuidade das discussões e também como um canal para o agendamento de novos encontros.

Além do COMAE, participaram desta primeira reunião as seguintes instituições: CAE (Conselho de Alimentação Escolar do Estado da Bahia), CECANE UFBA (Centro Colaborador da Alimentação e Nutrição do Escolar – UFBA), SMED (Secretaria Municipal de Educação de Salvador), CAR/SDR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional / Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia), CRN5 (Conselho regional de Nutricionistas da 5ª região), SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, SUAF (Superintendência de Agricultura Familiar), SEBRAE-BA (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Na reunião inicial, foram levantadas diversas demandas e, também, discutidas soluções para as dificuldades e necessidades apresentadas naquele momento. Surgiu a ideia de envolver outras instituições e tornar presente o CAE em espaços públicos que tivessem o tema como pauta.

Uma segunda reunião ocorreu na sede da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional de Salvador, no dia 22 de novembro de 2023, e os representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que trouxeram informações valiosas, passaram fazer parte do grupo.

Na ocasião decidimos participar de um espaço temático na Feira Baiana da Agricultura Familiar realizada em Salvador no qual o CAE teve a oportunidade de moderar um bate-papo sobre Agricultura Familiar e PNAE com o público-alvo de nutricionistas.

Além dos nutricionistas, participaram do evento outros atores, como secretários de agricultura de municípios vizinhos, representantes de cooperativas e agricultores familiares. A discussão revelou o

desconhecimento de informações básicas sobre o tema, como por exemplo: quais itens podem ser fornecidos para o PNAE, qual era a documentação necessária e as dificuldades para participar das chamadas públicas e as datas de abertura e procedimentos para apresentação de propostas.

Ao final do bate-papo, houve uma visita guiada com os expositores (cooperativa e agricultores familiares) participantes da feira que foi documentada por meio de imagens. Esta atividade que ocorreu no dia 15 de dezembro de 2023 e foi caracterizada como a terceira reunião. E a conclusão do grupo neste dia foi sobre a necessidade da criação de estratégias para ampliar as informações relativas ao tema. Foi, então, planejada uma agenda para dar prosseguimento às pautas.

A quarta reunião ocorreu no dia 19 de dezembro de 2023 na sede da CONAB. Vale lembrar que a CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento, é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar que está presente em todas as regiões brasileiras. Possui importância estratégica ao oferecer ao Governo Federal informações técnicas para embasar a tomada de decisão quanto à elaboração de políticas voltadas à agricultura. Na ocasião, foram apresentados projetos e programas desenvolvidos pela instituição e deliberamos em apresentar um conteúdo programático de atividades a serem executadas em 2024.

Em 20 de fevereiro de 2024, o grupo reuniu-se mais uma vez para organizar o planejamento das ações para o corrente ano e foi montada uma lista de atividades educativas e de materiais didáticos para divulgar informações relacionadas ao tema.

No dia 27 de março de 2024, na sede do Colabore (parceria entre o Sebrae e a Prefeitura de Salvador) foi realizada uma reunião para a definição da primeira atividade do CAE em 2024. Planejamos, então, o primeiro projeto piloto em parceria com a Cooperativa de Mariscadeiras de Salinas da Margarida-BA.

É importante lembrar que o Colabore é um espaço

de trabalho compartilhado, favorável à criação e à interação entre a comunidade empreendedora. Os usuários do espaço têm acesso a escritórios compartilhados, auditório e salas de reunião. A Prefeitura Municipal de Salvador, através da Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis), opera, em parceria com o SEBRAE e o Parque Social, o espaço, que é o primeiro *coworking* público para microempresas, microempreendedores individuais (MEIs), *startups* ou pessoas que possuam soluções de impacto social para a cidade, mas que também contribuam para atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A oficina ocorreu no dia 02 de abril de 2024 e contou com a participação do SEBRAE BA, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) estadual, do COMAE, do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE - UFBa), da BahiaTer (Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural e do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário).

O conteúdo programático abordou temas como o cardápio do PNAE, compras institucionais e a documentação necessária para participação das chamadas públicas. Como resultado da atividade tivemos a participação de 52 mariscadeiras, que atualizaram suas CAFs (Cadastro de Agricultores Familiares) e passaram estar aptas a participar das chamadas públicas.

Pensando em ampliar o alcance de agricultores e cooperativas, o grupo passou a ser nomeado de Grupo de Alimentação Sustentável na Escola (GASE) e firmou uma parceria com o Sebrae BA, visando participar das atividades programadas pela instituição que têm como público-alvo agricultores familiares. A proposta de parceria foi aceita por todos os envolvidos.

Para concretizar a articulação das atividades com o Sebrae, foi realizada uma oitava reunião com um número menor de instituições para a elaboração do planejamento que viabilizasse a participação do grupo nas atividades do SEBRAE.

A primeira atividade da parceria foi o envolvimento do GASE no evento AgroReal abordando os seguintes temas: alimentos permitidos no cardápio do PNAE, compras institucionais e gastronomia sustentável, com previsão de receber 1500 pessoas. A perspectiva é que o GASE participe de outros eventos do Sebrae como E-Agro\* além de criar circuitos regionais para aquelas cidades que não alcançaram a meta de 30% de compras de alimentos da agricultura familiar.

O Conselho de Alimentação Escolar do município de Salvador iniciou suas atividades com o objetivo de cooperar para o aumento significativo da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE nas escolas da cidade. E os dados atuais revelam que estamos sendo bem sucedidos. Atualmente a Secretaria Municipal de Educação (SMED) aumentou de duas (2) cooperativas fornecedoras para o PNAE para cinco (5). Além disso, as/os nutricionistas da rede têm sido procurados reiteradamente por cooperativas com o objetivo de apresentar os catálogos de seus produtos e convidá-los para realizar degustação dos produtos. O que não acontecia antes da criação do GASE.

Além disso, a SMED relata que atualmente foram adquiridos produtos da agricultura familiar em torno de 30% em 2022 e mais de 40% em 2023, demonstrando um resultado importante com a articulação do COMAE com as instituições e a formação do GASE.

Além disso, nas visitas semanais que o COMAE realiza nas escolas temos observado um aumento dos alimentos da agricultura familiar presentes nas refeições e nos estoques das mesmas.

Hoje já é possível perceber que a iniciativa deste Conselho reverberou em todo o estado baiano e que pode ser uma metodologia a ser replicada em todo o país, como, por exemplo, a parceria entre os Sebrae estaduais e os Cecanes, assim como os conselhos municipais e estaduais e instituições que tenham interesse pela pauta.

É do entendimento do COMAE que o processo de articulação e envolvimento que gerou essas atividades não apenas fortalecem a agricultura familiar nas escolas, mas também impulsionam a economia local, promovem a sustentabilidade e criam uma rede colaborativa com objetivos maiores. E que tudo isso está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, uma pauta essencial para construir um futuro mais justo e sustentável para todos.

Todas as atividades do GASE, que completou um (1) ano em outubro de 2024, foram organizadas e coordenadas pelo COMAE com o objetivo de alcançar o maior número possível de cooperativas da região ampliando assim as opções de fornecimento de

alimentos da Agricultura Familiar para o PNAE. Estamos comprometidos em continuar fazendo parte do GASE, com a expectativa de ampliar cada vez mais o alcance e a divulgação de informações sobre a alimentação escolar e a importância vital da agricultura familiar nesse contexto.

\*O relato de Experiência foi produzido em data anterior ao evento citado.

### **FICA A DICA**

Operar no sentido de fazer diagnósticos, identificar parceiros estratégicos, ter organização interna e liderar na articulação com agentes governamentais e não governamentais com o objetivo de superar as fragilidades na execução eficiente do PNAE.

O rio Parnaíba divide os estados de Piauí e Maranhão. Na margem do rio, do lado do Maranhão, fica Timon, uma cidade de clima quente, com poucas variações de temperatura. A mínima raramente é inferior a 22°C.

O nome do município é uma homenagem ao intelectual maranhense João Francisco Lisboa que em sua obra faz referência ao filósofo da Antiguidade Tímon. Tem uma população com mais de 150 mil habitantes e as fitas coloridas do boi bumbá enfeitam sua gente que faz história.

A natureza é generosa em Timon com suas palmeiras e sua cultura tradicional. O turismo é o ponto forte na cidade que possui muitos balneários e tem uma culinária famosa e de personalidade.

*O Relato de Experiência do CAE de Timon inspira-se no conceito fundamental da alimentação como direito humano.*



## RELATO DE EXPERIÊNCIA: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL É DIREITO DE TODOS

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Timon/Maranhão*

Autores: Marlúcia Lima de Sousa Meneses, Francisco das chagas Abreu dos Santos, Conceição de Maria da Silva Sousa, Maria Eleide Freitas Silva Sousa

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Timon/MA – gestão 2021 a 2025:**

Ana Maria de Araujo Nascimento, Antonio Honorio de Sousa, Conceicao de Maria da Silva e Sousa, Denis Carvalho de Lima, Francisco das Chagas Abreu dos Santos, Geldo Carneiro Junior, Maria Edina Ferreira, Maria Eleide de Freitas Silva Sousa, Maria Marluce de Sousa, Marinaria Gomes dos Santos, MarluCIA Lima de Sousa Meneses, Naiane da Conceicao Machado dos Santos, Raimundo Emilia da Silva, Silvana Ferreira Silva

(Fonte: SIGPNAE/2024)



### RESUMO

O presente texto teve como objetivo relatar as atividades organizadas em alusão ao Dia Mundial da Alimentação, que é organizado pelo Conselho de Alimentação Escolar do município de Timon-MA. Justifica-se pelo fato de haver necessidade de

manter hábitos saudáveis para promoção da saúde. Constatou-se que é necessário conscientização dos estudantes, independentemente da idade ou do nível de escolaridade. Palavras-chave: alimentação saudável; conscientização; escolas.

## INTRODUÇÃO

Em 2021, quando assumimos a função de conselheiros, iniciamos nosso plano de ação, registrando as atividades que seriam desenvolvidas, visitando as escolas, nas quais percebemos a necessidade de abordar o tema da alimentação saudável, pois percebemos que havia consumo frequente de petiscos, bombons e outras guloseimas.

Desta forma, aproveitando O Dia Mundial da Alimentação, que é comemorado anualmente em 16 de outubro, realizamos programação alusiva à data. A comemoração foi organizada pelo Conselho pela primeira vez em 2021, apenas em uma escola da rede municipal. No ano seguinte, ampliamos para 5 escolas.

Diante do quadro de obesidade infantil e outras doenças, percebemos a necessidade de realização de atividades com o intuito de melhorar a saúde dos alunos e aproximar o Conselho de outros atores envolvidos com o tema.

## METODOLOGIA

A abordagem deste estudo é descritiva cuja característica é adotar “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (Gil, 2002, p. 46). A Semana Mundial de Alimentação em Timon, em sua 3ª edição organizada pelo Conselho de Alimentação Escolar do município, aconteceu de 11 a 20 de outubro de 2023 e teve como novos parceiros a Secretaria Municipal de Desenvolvimento - SEMDES, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Sedes-MA).

As reuniões preparatórias aconteceram em 3 momentos entre organização e parceiros, definindo a divulgação dos eventos, lanche e cronograma de atividades nas escolas, que receberam previamente o tema que deveriam trabalhar para apresentar no dia da nossa visita.



A abertura do evento ocorreu no auditório do Centro de Treinamento Wall Ferraz com a participação de um representante do Secretário de Educação do município, o Conselho de Alimentação Escolar, um representante da empresa “Águas e Esgotos de Timon” e funcionário da Secretaria de Meio Ambiente e a Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Infelizmente, o público-alvo que seriam os gestores, professores, manipuladoras de alimentos e estudantes foram poucos.

Durante a programação, foram realizadas visitas às escolas selecionadas, que deveriam apresentar alguma atividade sobre o tema, e nós seríamos o público. Fomos às escolas: EMEF Zelina Assunção, EMEF Firmo Pedreira, EMEF Pedro Falcão, EMEF Nazaré Rodrigues, EMEF Francisco Alves Cavalcante e Emei Jackson Lago.



Desta forma, pudemos ver a mobilização das escolas e as lindas apresentações dos estudantes. Duas escolas foram atendidas com aplicação de flúor e palestra com dentistas. Os alunos receberam escova e creme dental. As demais não estavam no roteiro do Programa Saúde na Escola, por isso não receberam. Conseguimos atender os três turnos, com atividades da Educação Infantil à EJA.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebemos que o envolvimento dos estudantes na atividade foi bom, deixamos de realizar somente a palestra, mas pudemos, através de uma fala curta, parabenizá-los e reforçar a importância do tema.

Na abertura no Centro de Treinamento, no primeiro dia do evento, 11 de outubro, tivemos os temas relacionados à alimentação escolar de qualidade, o que envolveu toda a engrenagem para que acontecesse de forma correta. As escolas que realizaram as atividades foram: Emei Jackson Lago (Ed. Infantil), EMEF Zelina Assunção (zona rural), EMEF Francisco Alves Cavalcante (zona rural), EMEF Firmo Pedreira, EMEF Pedro Falcão, EMEF Nazaré Rodrigues (estudantes da EJA).

As crianças da Educação Infantil, com as coreografias encantadoras, deram o recado sobre o tema. Sabemos que também temos que ser vigilantes e fazer a comunicação com a família, pois os alunos não devem levar para a escola alguns alimentos não saudáveis. Elas estavam atentas ao que mostravam como saudável nos cartazes.



As duas escolas, EMEF Zelina Assunção (zona rural) e EMEF Francisco Alves Cavalcante (zona rural) se engajaram com apresentações de dança e teatro e reforçando com as falas. Nesse momento, foi contextualizada a questão das queimadas, a necessidade de cuidar da terra e produzir nela os alimentos necessários. Sabemos que o sentimento muitas vezes é de vir para a zona urbana.

Na EMEF Pedro Falcão, um pai também participou, através de um poema, muito interessante. Os estudantes do 7º ano fizeram uma belíssima apresentação teatral. Houve também a participação

das convidadas do Consea-MA, que falaram sobre a alimentação escolar e a questão do financiamento. As perguntas dos alunos foram respondidas.

Na EMEF Nazaré Rodrigues, no turno da noite, a atividade foi um momento de alongamento, em seguida, uma conversa com a nutricionista Camila e a comunidade escolar. Percebemos o quanto aguardavam ansiosos o lanche, que naquele dia era refeição. Conforme orientações da Cartilha do TCU (Brasil,2017), ressalta o compromisso assumido pelo Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), entre eles: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. O PNAE mostra-se de grande importância para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Precisamos de conhecimento de vários atores para desenvolvermos nossa função. A aproximação e envolvimento tem o objetivo de acompanhar a execução do PNAE.



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as atividades, observamos que possibilitaram aos estudantes exercerem o protagonismo, o que tem um significado prático. Conhecer a realidade de escolas, entender as diversidades é sempre muito interessante para promover a qualidade de vida. Ressaltamos que, na avaliação feita pelo grupo, buscamos pontos que não foram bons e anotamos para reformular e modificar, entendendo o que precisa melhorar no ano seguinte.

Além disso, poder contribuir de forma ativa e fazer a interação com outros setores, onde cada um contribua para atingir os objetivos, proporciona a todos os integrantes do programa grande satisfação.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) / Tribunal de Contas da União, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho de Alimentação Escolar; Apresentação Raimundo Carreiro, Sílvio de Sousa Pinheiro. 1. ed. Brasília: TCU, 2017.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.





# REGIÃO CENTRO-OESTE



Alta Floresta é um município localizado no norte do estado de Mato Grosso. O nome tem origem na natureza da região com mata alta e densa já que se encontra na região Amazônica mato-grossense. Foi fundada por Ariosto da Riva apelidado de “o último bandeirante” em 1976.

Os dados sobre a população são divergentes. Por um lado estima-se em cerca de 80 mil habitantes visto ser uma área em franco desenvolvimento. Mas o Censo de 2022 revelou uma população de 58.613 habitantes residentes.

*A experiência relatada pelo Conselho de Alimentação Escolar revela o envolvimento dos conselheiros no fortalecimento da agricultura familiar da região.*



## AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM ALTA FLORESTA/MT

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Alta Floresta/Mato Grosso*

Autores: Eriberto Oliveira Muller, Monica Gonzaga Marques Benetti, Jouse Maria Conrado, Odair de Souza Fagundes, Márcia Adriana Batista.

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Alta Floresta/MT – gestão 2021 a 2025:**

Amanda Perez da Cruz dos Santos, Bruna Jaqueline Santos Francino, Edileusa Pereira da Silva Castilho, Edna dos Santos Ferreira, Elizabeth Ramires Klock, Eriberto Oliveira Muller, Francieli Fernanda Korbes, Joana Roseli Moura, Marcia Adriana Batista, Mariza da Silva Lucas Rodrigues, Odair de Souza Fagundes, Selma Regina Soares de Souza, Sidinei Pereira, Vinicius Teixeira Arantes

(Fonte: SIGPNAE/2024)

A Lei Federal nº 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar no Brasil, define que o objetivo do PNAE é “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo”.

A mesma lei tem como uma das diretrizes o “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos”.

Com o olhar voltado para propiciar uma alimentação saudável aos alunos e apoiar o desenvolvimento sustentável local, é determinado que, no mínimo, 30% dos recursos repassados do FNDE ao PNAE devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, o que garante a oferta de alimentos mais frescos na alimentação escolar e, ainda, tem impacto direto na economia municipal, aquecendo inclusive outros ramos do comércio local.

Em 2022, buscando compreender o que levou a baixa aquisição, o CAE fez um diagnóstico da situação. Identificou alguns fatores dentro do processo de aquisição que aconteciam de forma isolada ou em cadeias e os prováveis atores-chaves envolvidos. A análise resultou no seguinte quadro:

DESAFIOS	ATORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Falta de regularização documental de agricultores familiares e suas organizações sociais para participar das chamadas, principalmente emissão de CAF e regularização fiscal de associações.	Secretaria Municipal de Agricultura EMPAER/MT
Ausência de plano municipal de agricultura familiar, com foco em mercados institucionais	Secretaria Municipal de Agricultura
Ausência de banco de dados de produção da agricultura familiar local, para subsidiar a lista de produtos.	Secretaria Municipal de Agricultura
Cardápios com pouca inserção de produtos locais/regionais.	Secretaria Municipal de Educação
Não havia interação com o CAE na elaboração das Chamadas Públicas	Secretaria Municipal de Educação
Forma de divulgação da Chamada Pública em canais que a agricultura familiar não costuma acessar.	Sector de licitação/ Secretaria Municipal de Fazenda
Processo de licitação acontecendo anterior as Chamadas Públicas	Sector de licitação/ Secretaria Municipal de Fazenda
Produtos constantes nos editais de licitação com quantidades e valores acima do previsto nas Chamadas Públicas.	Sector de licitação/ Secretaria Municipal de Fazenda
Falta de apoio para a agricultura familiar participar dos certames.	Secretaria Municipal de Educação\ Secretaria Municipal de Agricultura EMPAER/MT
Falta de política de apoio a logística de entrega (distâncias longas do local de entrega e pouca quantidade de produtos pedidos torna inviável a entrega dos produtos)	Secretaria Municipal de Educação
Não há um cronograma prévio de entrega definido no ato dos contratos, fazendo com que pedidos de entrega pelas escolas acontecem em curto espaço para entrega (geralmente menos de uma semana).	Secretaria Municipal de Educação
Falta de assistência técnica para escalonamento e padronização da produção	Secretaria Municipal de Educação
Falta de um cronograma anual das entregas dos produtos.	Secretaria Municipal de Educação
Demora no repasse de pagamento aos fornecedores	Secretaria Municipal de Fazenda



Diante dos gargalos, o CAE decidiu realizar o *workshop* “Construindo Caminhos para a agricultura familiar na Alimentação Escolar” que aconteceu em 8 de dezembro de 2022 na sede do Sindicato de Trabalhadores de Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP) de Alta Floresta e contou com a presença de gestores e agentes públicos, conselheiros de alimentação escolar, agricultores familiares, representantes da sociedade civil, totalizando 52 pessoas.

O evento buscou subsidiar a interação entre instituições envolvidas no processo de aquisição para alimentação escolar para entender como cada uma trabalha com o tema e construir estratégias para fomentar o aumento da compra de alimentos.



O *Workshop* foi constituído com as seguintes mesas-redondas:

#### **Organizar para participar dos processos**

- Contextualização do PNAE (Presidência do CAE local);
- DAP/CAF (EMPAER);
- Chamada Pública e Processo Licitatório da alimentação escolar (Setor de Licitação/Secretaria Municipal de Fazenda).

#### **Conhecer a produção para melhorar a alimentação escolar**

- Produção regional, sazonalidade e escalonamento (Secretaria Municipal de Agricultura e Instituto Centro de Vida);
- Formulação do cardápio de alimentação saudável (Secretaria Municipal de Educação de Alta Floresta e Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso).

#### **Panorama dos Mercados Institucionais**

- Diagnósticos dos Mercados Institucionais em municípios de Mato Grosso (Instituto Centro de Vida);
- Mapeamento da alimentação escolar nas escolas municipais em Alta Floresta.

#### **Olhar coletivo e construção de logística para o PNAE**

- Participação via Associação/Cooperativa (Coopervila Paranaíta/MT);
- Estruturação de logística e Central de distribuição em Alta Floresta (Instituto Centro de Vida e Secretaria Municipal de Educação).

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE DE ITENS</b>	<b>RECURSO PREVISTO NA CHAMADA</b>
2021	17 produtos	R\$ 353.861,94
2022	24 produtos	R\$ 899.134,32
2023	58 produtos	R\$ 3.316.574,02
2024	38 produtos	R\$ 3.843.459,58

Com as articulações e reuniões durante o ano de 2022 com o Departamento de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação e, também, com os encaminhamentos propostos durante o *Workshop*, já é perceptível um avanço considerado nas oportunidades e participação da agricultura familiar no PNAE em Alta Floresta. Pode-se destacar:

- 34,23% dos recursos do PNAE para compra direta da agricultura familiar já em 2022 e provável aumento desse valor no ano de 2023 (a ser verificado após a

divulgação do lançamento no BB Gestão Ágil);

- Aumento na diversidade de itens da agricultura familiar e valores previstos para a aquisição constantes nas Chamada Públicas, onde houve um aumento considerável nas oportunidades a agricultura familiar nos editais que aconteceram após o *Workshop*;

- A Secretaria Municipal de Educação de Alta Floresta está centralizando o recebimento dos produtos da agricultura familiar e se responsabilizando pela logística de entrega nas escolas a partir do entreposto.



A atuação do CAE de Alta Floresta na aproximação de instituições chaves do PNAE, principalmente da Secretaria Municipal de Educação, tem, cada vez mais, depurado o diálogo e entendimentos para a construção conjunta de caminhos para a superação de alguns gargalos do PNAE no território, colaborando com a oferta de alimentos mais frescos e regionais aos alunos do município. O que pode ser uma experiência a ser replicada, contribuindo com a melhoria da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar

### FICA A DICA

Conhecimento compartilhado por meio de uma estratégia eficiente fortalece o Conselho de Alimentação Escolar e principalmente o PNAE.





Jataí tem uma característica peculiar: é o maior produtor de milho do país! Produz, também, leite e grãos.

O nome do município vem do tupi e designa um tipo de abelha. Tem uma população diversa, mas como uma comunidade de origem árabe bem numerosa.

A história de Jataí começa em 1836 quando o mineiro Francisco Joaquim Vilela e seu filho criaram na região dos rios Claro e Ariranha, uma fazenda para a produção de gado.

*O Conselho de Alimentação Escolar relata uma experiência de consulta de opinião, uma pesquisa de satisfação sobre a alimentação escolar realizada junto aos alunos do sistema municipal de educação.*

## RELATO DE EXPERIÊNCIA - CAE JATAÍ/GO

### *Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Jataí/Goiás*

Autores: Léia Soares do Prado Gomes, Divino José do Prado Filho, Suelma Dias Sousa, Helen Patrícia Alves Silva, Gisele Assis Ribeiro

#### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Jataí/GO – gestão 2021 a 2025:**

Cintia Lorraine Silva Goncalves Cruz, Deborah Ferreira de Castro, Divino Jose do Prado Filho, Franciele Assis Manica do Nascimento, Gisele Assis Ribeiro, Helen Patricia Alves Silva, Lanna Rylari Rodrigues de Assis, Leia Soares do Prado Gomes, Maria Regina Terra dos Santos, Roberta Barros Dias Pena, Seila Lima e Silva, Sonia Maria Nogueira de Souza, Suelma Dias Sousa, Valeria Alves Ribeiro de Lima

(Fonte: SIGPNAE/2024)

O Conselho de Alimentação Escolar do município de Jataí acompanha todas as ações da Diretoria de Higiene e Alimentação Escolar, ou seja, participa do ambiente escolar e monitora a execução do Programa de Alimentação Escolar em suas atividades, projetos, compras, visitas aos agricultores familiares e nas formações realizadas pelo CECANE da Universidade Federal de Goiás.

Uma das atividades da equipe de Nutrição responsável pelo PNAE no município é a realização periódica do teste para avaliar a aceitabilidade das preparações planejadas nos cardápios escolares.

Inspirado nesta iniciativa, o CAE de Jataí, por meio de sua presidente, levou à Diretoria de Higiene e Alimentação Escolar o desejo de realizar, uma vez ao ano, com os alunos beneficiários do Programa, uma pesquisa de opinião sobre a alimentação escolar.





Assim sendo, com a nutricionista do município, o Conselho de Alimentação Escolar realizou uma pesquisa de satisfação sobre merenda escolar com os alunos com objetivo de avaliar a satisfação dos alunos com relação aos cardápios ofertados.

Depois da articulação com a diretoria das escolas e a permissão para a realização da pesquisa, os conselheiros compareciam no horário da refeição para a aplicação do questionário no qual o aluno escrevia nome da escola, nome do aluno, a série e a preparação a ser avaliada. O aluno era convidado a manifestar sua opinião em relação à preparação servida naquele dia ao escolher uma entre 5 carinhas com expressões como:

1. Detestei
2. Não gostei
3. Indiferente
4. Gostei
5. Adorei

Após a coleta, os dados foram quantificados. E os resultados revelaram que nas escolas localizadas na periferia, 90% das crianças marcaram as opções



ADOREI e GOSTEI. Nas localizadas nas áreas mais centrais, 77% marcaram as opções ADOREI e GOSTEI. Já nas escolas de zona rural, 98% marcaram as opções ADOREI e GOSTEI. E na escola filantrópica de crianças especiais, 90 marcaram as opções ADOREI e GOSTEI.

Os resultados foram apresentados para a equipe da Alimentação Escolar para propor estratégias de melhoria, principalmente, nas escolas que tiveram resultados inferiores a 80%. Dentre as melhorias, temos que observar qualidade da merenda e conscientização de uma alimentação cada vez mais saudável.

É importante observar que a metodologia utilizada considerou que (1) foram visitadas escolas diferentes, com realidades diferentes, como Entidade filantrópica, escola urbana, escola rural e que (2) houve uma variedade na faixa etária: alunos maiores e menores.

A pesquisa de satisfação alimentar realizada pelo CAE (Conselho de Alimentação Escolar), foi bastante positiva, tanto para nós conselheiros, quanto para o DHAE, pois foi possível observar que estamos realizando um trabalho importante e necessário junto à comunidade escolar de Jataí-GO. E estamos felizes em saber que os alunos têm sido privilegiados com uma alimentação saudável e saborosa.

### FICA A DICA

A utilização de metodologias para aferir o grau de satisfação dos alunos em relação à alimentação ofertada é um mecanismo que ajuda o Conselho de Alimentação Escolar no acompanhamento do PNAE.



O nome do município, Morrinhos, foi escolhido por causa de uma condição peculiar em sua geografia: a existência de três morros onde se localiza a cidade.

Tudo começou no século XIX, quando Antônio Corrêa Bueno e seus irmãos, Inácio e Pedro, naturais de Patrocínio em Minas Gerais, chegaram às terras do atual município.

Antônio Corrêa, encantado com a região, permaneceu no local investindo em agricultura e pecuária. Ou seja, já se anunciava a vocação da localidade: a vida econômica de Morrinhos está centrada nas atividades rurais destacando-se o rebanho bovino destinado ao corte e leite e seleção de reprodutores.

*O CAE de Morrinhos apresenta um relato no qual descreve uma metodologia para a observação e coleta de informações que facilitem a execução do PNAE nas visitas de monitoramento do CAE.*

## A VISITA DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO Nº 06 DE MAIO DE 2020

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Morrinhos/Goiás*

Autores: Nadirce Martins Barbosa Silva

### Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Morrinhos/GO – gestão 2023 a 2027:

Ana Maria de Oliveira Silva, Blenda Carolina Leal da Silva, Clidenor Dias Cruvinel, Divino Goulart da Silva, Evellyn Dinarcy Karoline Nogueira Cintra Matos, Fernando Jose de Melo, Francisca Rivalda Machado Santos, Joana Darc de Sousa, Leticia Divina Estevam Cunha Ribeiro, Letticia Marques, Milena Antunes Alves, Nadirce Martins Barbosa Silva, Valdimar Marins Rosa, Weudislaine Cristina de Sá

(Fonte: SIGPNAE/2024)

No dia 23 de setembro de 2024, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) realizou uma visita à Escola Municipal Kleyton Peres, situada no centro urbano de Morrinhos, com o objetivo de monitorar a implementação das novas diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 06 de 8 de maio de 2020, que reformula o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A resolução trouxe avanços significativos em relação à qualidade nutricional das refeições oferecidas aos alunos e ao incentivo à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Este relato detalha essa visita e evidencia os impactos positivos da implementação das novas normas.

	SEXTA-FEIRA	PRODUÇÃO TEXTUAL	MEIO AMBIENTE	MATEMÁTICA	PROJETO INTERDISCIPLINAR
	<b>Cardápio Semanal</b>				
	Segunda 02/12	Terça 03/12	Quarta 04/12	Quinta 05/12	
Café	Leite com cacau. Pão francês com manteiga de leite.	Batida de leite, cacau, banana e pão de melha com manteiga de leite.	Leite com cacau e pão francês com manteiga de leite.	Batida de leite, banana, cacau. Pão francês com manteiga de leite.	
Almôscar	Corvãz branca encamiadilha de frango com batata, salada de beterraba e alface e feijão de calda.	Corvãz branca, empedada de lombo, carneiro, abobrinha, feijão de calda, salada de repolho e tomate.	Galinhada Cebolinha batida, salada de alface e tomate, lula de feijão.	Corvãz com brócolis, Carne moída, cubata cozida, salada de tomate.	
Lanche	Macarrão com carne moída.	Jarafa de feijão	Branque de banana com cacau e leite com cacau gelado.	Pão de melha com carne moída.	

## CONTEXTO E PREPARAÇÃO

A Escola Municipal Kleyton Peres é uma unidade educacional que atende 300 alunos do ensino fundamental em período integral. A maioria desses alunos provém de famílias em situação de vulnerabilidade social, o que torna o Programa de Alimentação Escolar uma ferramenta vital não apenas para a nutrição, mas também para a inclusão social e a segurança alimentar. A chegada da nova resolução (Resolução nº6) representou um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para a gestão da alimentação escolar em adequar o cardápio e os processos às novas exigências do PNAE.

Os membros do CAE, compostos por representantes da comunidade e autoridades locais, estavam ansiosos para avaliar como a escola havia adaptado sua rotina alimentar. Essa visita foi planejada com o intuito de promover um olhar crítico e ao mesmo tempo construtivo, buscando entender as dificuldades enfrentadas e valorizar as soluções inovadoras adotadas pela escola.



## CHEGADA E PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Logo ao chegar à escola, a equipe do CAE foi recebida pela diretora Carla e pela nutricionista responsável pela escola, Karine, que prontamente começaram a apresentar os processos implementados desde a mudança da resolução.

A primeira parada foi na cozinha da escola, onde a equipe de merendeiras estava em plena atividade. O cheiro fresco da preparação e o cuidado na manipulação dos alimentos sinalizavam o compromisso da equipe com a qualidade das refeições.

O CAE foi convidado a observar o preparo do lanche, que incluía frutas da estação como sobremesa.

A nutricionista destacou que a inclusão de alimentos *in natura* e minimamente processados, uma das diretrizes da nova resolução, tem sido priorizada nos cardápios diários. Além disso, a redução do uso de ultraprocessados e o controle rigoroso do teor de sal, açúcar e gorduras foram desafios superados através de capacitações constantes da equipe.

## O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Um dos pontos mais inovadores observados durante a visita foi o estreitamento da parceria entre a escola e produtores da agricultura familiar local.

Desde a implementação da nova resolução, a prefeitura passou a adquirir para as escolas ainda mais alimentos de pequenos agricultores da região, respeitando as orientações do PNAE de incentivo à produção local.

## A ROTINA ALIMENTAR DOS ALUNOS

Após a observação da cozinha, o Conselho se dirigiu ao refeitório para acompanhar o momento do almoço dos alunos. A interação com as crianças foi uma das etapas mais reveladoras da visita.

O CAE percebeu uma aceitação surpreendentemente alta dos alimentos oferecidos, mesmo aqueles que historicamente enfrentam resistência, como verduras e frutas.



Durante a visita, o CAE teve a oportunidade de conversar com seu Divino Goulart um dos agricultores que fornece hortaliças e legumes frescos para a escola através da Cooperativa dos Agricultores do Município. O Senhor, Divino Goulart, comentou como essa parceria foi importante para a comunidade rural. “Antes a gente tinha dificuldade de vender nossos produtos, agora a prefeitura compra direto da gente, e isso ajuda todo mundo”, relatou com orgulho.

Durante uma roda de conversa, os conselheiros ouviram depoimentos espontâneos dos alunos. Mariana, uma aluna do 5º ano, comentou: “Eu adoro o sanduíche natural que tem aqui. Antes eu não gostava de verduras, mas agora como até no lanche”. A fala de Mariana reflete uma mudança importante nos hábitos alimentares dos alunos, que estão se acostumando gradualmente a uma alimentação mais saudável e equilibrada, conforme o esperado pela nova resolução.

A nutricionista Viviane explicou que, inicialmente, a escola enfrentou desafios para introduzir as mudanças, especialmente na aceitação das novas opções alimentares. Porém, com a criação de atividades educativas, como palestras e oficinas de culinária, os alunos passaram a se envolver diretamente no processo de produção e escolha dos alimentos, aumentando sua adesão às refeições saudáveis. Essa estratégia inovadora foi elogiada pelos conselheiros, que viram nela uma excelente forma de consolidar os princípios da educação alimentar.

## DESAFIOS E SOLUÇÕES

Apesar dos avanços significativos observados na escola, a diretora Carla compartilhou que ainda existem desafios a serem enfrentados como a redução de alimentos ultraprocessados, mas destacou que, com o tempo, a aceitação aumentou. “Foi um processo gradual, mas hoje as crianças já se acostumaram e até pedem mais frutas no lanche”, afirmou.

Outro ponto de dificuldade destacado pelas nutricionistas foi o controle dos níveis de sódio e açúcar nas receitas. Para superar esse desafio, a equipe de merendeiras passou por treinamentos intensivos sobre o uso de temperos naturais e formas

de substituir ingredientes com alto teor de sódio por opções mais saudáveis. “Foi um aprendizado para todos nós. Hoje usamos muito mais temperos naturais, como alho, cebola, e ervas, que dão sabor sem precisar de tanto sal”, explicou a merendeira Cristina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E AVALIAÇÃO DO CAE

Ao final da visita, o Conselho de Alimentação Escolar se reuniu para avaliar os pontos observados e redigir um relatório preliminar. A avaliação foi extremamente positiva. A presidente do CAE, Nadirce, elogiou a escola pelo exemplo e comprometimento com as diretrizes do PNAE. “Esta escola é um modelo de como as mudanças da Resolução nº 06 podem ser aplicadas com criatividade, superando obstáculos e trazendo benefícios reais para a saúde das crianças”, afirmou Nadirce.

Ela destacou, ainda, que a integração da comunidade

escolar com os produtores locais e as atividades educativas desenvolvidas com os alunos são práticas que merecem ser replicadas em outras unidades escolares. Além disso, o cuidado com o preparo das refeições e a adaptação às novas exigências nutricionais foram apontados como pontos fortes do trabalho realizado pela equipe da escola.

## CONCLUSÃO

A visita do Conselho de Alimentação Escolar à Escola Municipal evidenciou o impacto positivo da implementação das diretrizes da Resolução nº 06 de maio de 2020. Com criatividade, esforço coletivo e parcerias locais, a escola conseguiu transformar a alimentação escolar em uma ferramenta de educação nutricional e promoção da saúde.

Esse relato, além de destacar as conquistas e inovações implementadas, também reforça a importância da fiscalização e apoio às escolas no cumprimento das normas do PNAE.

A experiência na Escola demonstra que, mesmo em contextos desafiadores, é possível garantir uma alimentação saudável e adequada para os alunos, contribuindo para seu desenvolvimento físico, social e cognitivo.

Essa iniciativa, mais do que garantir a nutrição adequada, fortalece a cidadania, a sustentabilidade e a integração da escola com a comunidade, promovendo um futuro mais saudável e consciente para nossas crianças.

### FICA A DICA

Antes de visitar uma escola é importante que o CAE “treine” seu olhar, defina um roteiro e estabeleça uma metodologia que favoreça o observar e a coleta de dados.

Nova Santa Helena é uma cidade situada na região norte do Estado de Mato Grosso. O nome original era Santa Helena que foi alterado para Nova Santa Helena em função de haver município homônimo no Estado do Paraná.

A principal atividade econômica do município é a pecuária seguida da agricultura que vem crescendo significativamente nos últimos anos. O município é um ponto de referência na região norte do estado de Mato Grosso, pois é passagem obrigatória para várias cidades da região.

*O Conselho de Alimentação Escolar do município relata uma experiência criativa que visa a consolidação de hábitos saudáveis a partir da execução do PNAE.*



## CLUBE DE SAÚDE: UMA INICIATIVA INOVADORA PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA COMUNIDADE ESCOLAR

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Nova Santa Helena/MT*

Autores: Terezinha Gaio, Cláudia Pereira da Mota, Eunice Cabral Rubio Campos, Meire Aparecida Ferreira Silva

Sede do Clube (local da iniciativa): Escola Municipal Monteiro Lobato

Início: 16/04/2024

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Nova Santa Helena/MT – gestão 2022 a 2026:**

Agemiro Antonio dos Santos, Claudia Pereira da Mota, Eunice Cabral Rubio Campos, Jose Carlos dos Santos, Marcelo Vitor da Silva, Marines Bortolini, Meire Aparecida Ferreira Silva, Sandra Aparecida Juliao, Simone Cordova, Silvana Carrara, Solange Marcelino Silveira, Terezinha Gaio, Valdirene Silva Santos Marcondes, Valmir Almeida Vieira

(Fonte: SIGPNAE/2024)

Em Nova Santa Helena, em Mato Grosso, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em parceria com o Nutricionista RT do PNAE Jackson Dias deu início a uma ação transformadora para a comunidade escolar: a criação do Clube de Saúde.

É uma iniciativa que ocorre de forma quinzenal na Escola Municipal Monteiro Lobato e tem como

objetivo principal capacitar a comunidade local — composta por professores, funcionários da educação, conselheiros, pais de alunos e outros interessados — a cuidar melhor de sua saúde e atuar como multiplicadores de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) tanto em casa quanto na escola.

### FORMATO DO CLUBE DE SAÚDE

O clube foi pensado para integrar teoria e prática proporcionando aos participantes uma experiência completa de aprendizado. Em cada encontro são

realizadas atividades diversificadas tais como aulas de culinária saudável, palestras sobre saúde e nutrição e exames de bioimpedância. Este último, em especial,

permite aos participantes acompanharem de forma contínua e comparativa o processo de evolução de sua saúde ao longo do tempo e incentivando a adesão a hábitos saudáveis.

As aulas de culinária saudável são momentos de grande envolvimento. Os participantes aprendem técnicas de preparo de alimentos que aliam sabor

e nutrição. As palestras abordam temas relevantes como a importância de uma alimentação balanceada e a prevenção de doenças crônicas. Além disso, há dinâmicas de grupo que são realizadas para fortalecer o espírito de comunidade e o apoio mútuo entre os participantes.



### INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO E RECONHECIMENTO

Um dos pontos altos do Clube de Saúde foi o reconhecimento das merendeiras que participam ativamente das atividades. Elas foram premiadas com uma anuidade de assinatura de telemedicina

oferecida por uma empresa parceira como forma de incentivar seu compromisso com a promoção da saúde na escola.

### ATENÇÃO ÀS DIRETRIZES DO PNAE

O Clube de Saúde segue rigorosamente as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) buscando sempre alinhar as práticas educativas às políticas públicas de alimentação e

nutrição. A participação ativa do CAE e a articulação com profissionais de nutrição garantem que as ações realizadas estejam em consonância com as metas e objetivos do PNAE.



## RESULTADOS E IMPACTOS

Os resultados desta iniciativa são notáveis. O Clube de Saúde não só promoveu melhorias significativas na saúde dos participantes como também fortaleceu a autonomia do CAE e do controle social uma vez que os participantes passaram a atuar como educadores de alimentação e nutrição em suas próprias famílias e na comunidade escolar.

A inovação e criatividade da ação aliadas à possibilidade de replicação em outras escolas e municípios fazem do Clube de Saúde uma iniciativa exemplar que demonstra o poder transformador de parcerias bem articuladas e do engajamento comunitário.

O Clube de Saúde não é uma ação pontual, mas uma iniciativa de caráter continuado que visa promover a saúde e o bem-estar de forma sustentável ao longo do tempo. Com encontros quinzenais, a ação se mantém viva e relevante, estimulando a constante evolução dos participantes e da comunidade.

## CONCLUSÃO

O sucesso do Clube de Saúde em Nova Santa Helena é um exemplo de como a união de esforços entre o CAE, profissionais de saúde e a comunidade pode resultar em melhorias concretas na qualidade de vida e na educação alimentar e nutricional. A continuidade, inovação e possibilidade de replicação tornam esta iniciativa uma referência para outras localidades que desejam investir em ações similares.

### FICA A DICA

União de esforços e criatividade ressignificam e ampliam a atuação Conselho de Alimentação Escolar





Paranaíba é um município do Mato Grosso do Sul fundado em 1838. Entretanto dados obtidos na Wikipédia revelam que sua história começa bem antes. Há indícios da presença humana no local há 10 milênios! Foram encontrados fragmentos de ossos de animais e instrumentos feitos em pedra e grafismos rupestres em cavernas da região.

Conta a história que a cidade teve um papel muito importante na Guerra do Paraguai pois era rota de apoio logístico e de fuga dos civis envolvidos no conflito. Os registros indicam que muitos combatentes que lutaram na guerra se instalaram na região. E há um evento reconhecido historicamente que passa pela região conhecido como a Retirada de Laguna.

Quem andou por aqueles lados foi o romancista de Alfredo d'Escragolle Taunay que observou o modo de viver dos habitantes e as características da região que foi cenário para o desenrolar da trama do romance Inocência, publicado em 1872. Inocência é um romance regionalista que conta a história de amor entre Cirino, um jovem médico recém-chegado à região, e Inocência, uma bela e ingênua cabocla, filha de um fazendeiro.

*A experiência relatada pelo Conselho de Alimentação Escolar de Paranaíba demonstra compromisso com o trabalho de mudança de hábitos alimentares e, conseqüentemente, coopera para a educação alimentar e nutricional.*

## CAE EM AÇÃO: INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS PARA MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Paranaíba/MS*

Autores: Juscelaine Martins de Freitas, Rita de Cássia Souza, Daniela Aparecida da Silva Sales, Raffaella de Aquino Raddi

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Paranaíba/MS– gestão 2021 a 2025:**

Ana Maria Ferreira da Silva, Daniela Aparecida da Silva Sales, Deise Silveira da Silva Andrade, Diule dos Santos, Elmarlene Marques Andrade da Silva, Fabiana Pedrosa de Camargo, Juscelaine Martins de Freitas, Katia Matias Alves, Marilene Willan, Maria Claudete da Silva Alves, Raffaella de Aquino Raddi, Rita de Cassia Souza, Simone Almeida da Silva, Vanessa Cristina Lopes da Cruz

(Fonte: SIGPNAE/2024)

Em meio a um ambiente escolar complexo, no qual a diversidade de hábitos alimentares e estilos de vida se faz presente, implementar um novo costume alimentar é desafiador. Em nosso município, Paranaíba/MS, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) tem sido fortemente atuante no intuito de

proporcionar mudanças significativas na rede escolar.

Sabemos que a cultura escolar se refere ao conjunto de valores, práticas, normas, tradições e crenças que permeiam uma instituição de ensino e influenciam as interações entre alunos, professores, funcionários

e a comunidade. Em nossas escolas há muito tempo criou-se a cultura de realizar na semana do dia das crianças atividades que proporcionavam aos alunos contato com uma diversidade de guloseimas, partindo do pressuposto de que muitas não têm acesso a doces, bolos, refrigerante, entre outros, em seus lares. Dessa forma, a semana da criança é um momento muito aguardado não só pelos alunos como também pelos docentes e toda comunidade escolar. Momento esse em que eram realizados piqueniques e entregue lembrancinhas, geralmente, com doces.

Quando esta gestão tomou posse no CAE iniciou-se o processo de conscientização nas unidades escolares aproveitando os momentos de visitas e reuniões com os gestores, servidores e docentes. Percebeu-se o incômodo por parte dos nossos colegas sobre a fiscalização e proibição de doces e demais alimentos que não são permitidos no ambiente escolar, contudo, por meio dos esclarecimentos houve uma mobilização de todas as partes para que se cumprisse o determinado pela legislação vigente.

Inicialmente, era um tanto constrangedor chegar à escola como conselheiros do CAE, parecia que



éramos estranhos e que estávamos ali na intenção de punir ou até mesmo denunciar o servidor. Alguns alegavam que estávamos tirando o prazer das crianças em ter um momento único na semana delas, outros diziam que não tínhamos sentimentos pois muitas crianças carentes não tinham a chance de comer guloseimas e doces sempre e que aquele momento elas poderiam ter todas essas comidas que tanto gostam.

Por meio do diálogo e nos respaldando na legislação buscamos a conscientização de todos sobre a necessidade da mudança de hábitos alimentares com urgência. Uma realidade presente e preocupante nas escolas do nosso município é o número de crianças com diabetes, que tem crescido de forma considerável. Nos momentos de compartilhar as guloseimas na semana das crianças esse público não era contemplado, perdendo o momento de socialização entre seus pares, o que é fundamental para o bom desenvolvimento no ambiente escolar.

Partindo da resistência de não oferecer doces nas instituições, como forma de oficializar as recomendações do conselho foi entregue a todas as unidades escolares um ofício contendo as normas e sugestões de alimentos permitidos dentro do espaço escolar, inclusive na semana das crianças.

Esse trabalho de conscientização ocorreu no período que antecede a semana da criança, no ano de 2023, em que foi proposto como sugestões de alimentação saudável a oferta de frutas (espetinho, salada), gelinhos de polpas, salgados assados, sanduíche



natural, entre outros, mostrando dessa maneira a diversidade de cores, sabores, possibilidades e mudanças de hábitos alimentares.

Assim, a semana das crianças ocorreu como de costume em todas as instituições, porém, dessa vez muito mais colorida, saudável e diferente, o que pôde ser constatado por meio das publicações nas redes sociais das instituições. Todos os conselheiros ficaram orgulhosos com essa mudança, algo inédito em nosso município. Os resultados dessas mudanças foram notados nos lares de nossos alunos, o que pode ser confirmado por meio do áudio que uma mãe enviou à diretora, agradecendo por toda semana saudável, pois seu filho com diabetes sofria muito nesse período e ele se sentiu incluído dessa vez.

Mudanças geram desconforto, porém, são necessárias para que tenhamos uma alimentação saudável e de qualidade. No lugar do refrigerante oferta-se suco de polpas, ao invés dos docinhos, espetos de frutas. Essas

e outras mudanças tão necessárias têm acontecido por meio das intervenções deste conselho e toda a gestão escolar.

É de responsabilidade deste conselho zelar pela alimentação das crianças da rede, acompanhando e fiscalizando os recursos destinados a elas. Verificar que as mudanças estão acontecendo comprovam que este trabalho sério é do de extrema importância para a comunidade.

### **FICA A DICA**

Para uma atuação efetiva do CAE é sempre bom seguir algumas etapas. Em primeiro lugar analisar a situação. Em seguida, identificar as dificuldades. E, por último, estabelecer estratégias simples, mas criativas.





# REGIÃO SUDESTE



No interior de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro, fica localizada a centenária cidade de São Gotardo, nome de um santo alemão. Em 2022 a população era de 40.910 habitantes.

O nome do município foi inspirado em Joaquim Gotardo que chegou à região em 1836 e se estabeleceu em uma fazenda de gado que mais tarde se desenvolveu em um pequeno assentamento ao redor de uma capela. Cabe notar que o nome GOTARDO no Dicionário de nomes próprios significa “forte para Deus”.

As atividades econômicas mais importantes são a pecuária, o comércio e a agricultura. São Gotardo é um grande produtor de café e milho.

*O Conselho de Alimentação Escolar compartilha uma experiência de formação de conselheiros mirins com o objetivo de potencializar o alcance dos objetivos do PNAE.*



## CONSELHEIROS MIRINS: PRÁTICAS COLETIVAS, AÇÕES POSITIVAS E HÁBITOS SAUDÁVEIS

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de São Gotardo - MG*

Autores: Maria José Caetano Coelho, Sílvia Helena Lopes, Monica Camargos Pinto, Luiz Eugenio Resende

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de São Gotardo/MG– gestão 2021 a 2025:**

Alciane Bezerra de Moraes da Silva Alves, Catia Bueno Soares Urbano, Cristina Veloso de Mello Bueno Franco, Franciele da Silva Nunes, Leandro de Moura Barroso, Luiz Donizete da Silva, Luiz Eugenio Resende, Marcos Vinicius Santos Araujo, Maria Jose Caetano Coelho, Monica Camargos Pinto, Raiany Bruna Silva, Rosangela Ferreira de Araujo Paiva, Silvia Helena Lopes, Sueli Pereira da Purificação Rabelo

(Fonte: SIGPNAE/2024)

### RESUMO

Este relato de experiência descreve a implementação e resultados exitosos do Projeto Conselheiros Mirins em Escolas da rede municipal de ensino de São Gotardo/MG.

### PALAVRAS-CHAVE

PNAE. EAN. Participação social. Formação. Hábitos Alimentares Saudáveis.



## INTRODUÇÃO:

Por iniciativa do CAE do município de São Gotardo em Minas Gerais, foi elaborada proposta do Projeto Conselheiros Mirins com a temática da EAN - Educação Alimentar e Nutricional.

O Projeto inovador no município resultou da observação do CAE considerando a importância de incentivar no ambiente escolar e cotidiano dos alunos a participação social e ampliação dos saberes e práticas de EAN com atividades dinâmicas, atrativas e agregadoras e que envolvessem a comunidade escolar e atores sociais do PNAE.

As motivações para a criação do Projeto foram múltiplas e consideraram a importância da EAN destacada pelas legislações recentes, dentre as quais o Decreto Federal nº 11.821, de 12/12/2023; o potencial significativo do trabalho com a temática em trazer resultados a curto e médio prazo para a melhor qualidade dos alimentos utilizados na merenda escolar; a contribuição para o desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudáveis dos estudantes por meio da aquisição de conhecimentos que possibilitam uma postura consciente das escolhas; o desejo de promover estímulo e desenvolvimento da participação infantil e da aprendizagem colaborando para a vivência da democracia e do fazer coletivo; o apoio às instituições escolares no processo de recebimento, organização e condicionamento dos gêneros alimentícios utilizados na preparação da merenda escolar; a identificação da percepção dos



estudantes sobre a execução do PNAE no âmbito escolar e o incentivo às ações que despertem sentimento de pertencimento e de importância coletiva, por meio da participação e da parceria, dentre outras.



## METODOLOGIA:

Entre fevereiro e março de 2024, o Projeto foi apresentado aos gestores escolares e para a comunidade escolar e houve adesão de todas as nove escolas ofertantes do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino. Para a organização da implementação, foram indicadas coordenadoras do projeto para desenvolverem em cada ambiente escolar ações junto ao grupo de Conselheiros Mirins que, por sua vez, foram selecionados dentre alunos matriculados nos 5º anos do Ensino Fundamental. Foram oficializados como Conselheiros Mirins os

alunos que demonstraram iniciativa e interesse em participar e contribuir com a realização do projeto.

Os estudantes são incentivados e conduzidos pelas coordenadoras do projeto a buscarem o autoconhecimento e novas aprendizagens através da realização de ações dinâmicas, atrativas e agregadoras com intuito de destacar a importância de cuidar do corpo e de sua alimentação, além do espírito de coletividade, incentivando-as à formação e disseminação de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar e no seu cotidiano.

As primeiras ações advindas da implementação do Projeto ocorreram em abril e vem envolvendo toda comunidade escolar, atores sociais do PNAE (CAE, SEMED, Nutricionista do PNAE no município) e algumas empresas parceiras que contribuem com as instituições de ensino com orientações técnicas e materiais para composteiras e criação e manutenção de hortas escolares. Durante a execução do projeto nas escolas, as coordenadoras seguem um cronograma anual que dispõe que em cada mês sejam executadas ao menos duas ações sugeridas no projeto ou à escolha do coordenador.



Ao final de cada mês, a descrição e o registro das ações são encaminhados para a SEMED e para o CAE que, juntos, acompanham toda a execução, orientam e sugerem novas abordagens.

Fazem parte de ações/atividades já realizadas:

- (a) palestras para alunos sobre alimentação saudável, ministrada por nutricionista; preparações e degustações de receitas saudáveis e nutritivas;
- (b) confecção de pirâmide alimentar;
- (c) produções artísticas com desenhos de alimentos;
- (d) acompanhamentos dos recebimentos de alimentos da merenda escolar na instituição, armazenamento e conferência;
- (e) orientações de cuidados com a horta escolar, colheita dos alimentos, higienização e preparo das hortaliças;
- (f) cuidado e troca de materiais/insumos de composteiras;
- (g) pesquisas com a comunidade escolar sobre alimentação saudável e não saudável e as suas consequências;
- (h) apresentação dos resultados de pesquisa;
- (i) confecção de murais com pirâmide alimentar e exemplos de alimentação saudável e não saudável;
- (j) promoção de debates e reflexões a partir de contação de histórias com conteúdo sobre alimentação;
- (k) teatro de fantoches sobre a temática de EAN;
- (l) promoção de campanhas informativas e orientações para as famílias sobre alimentação saudável e benefícios;
- (m) encontros dos Conselheiros Mirins com representantes do CAE durante as visitas técnicas nas

escolas;

(n) produção do semáforo dos alimentos;

(o) rodas de conversa com conselheiros mirins para planejamento de novas ações;

(p) exibição do documentário “Os segredos da alimentação” e promoção de debate;

(q) reestruturação de horta escolar;

(r) entrevista com agricultora familiar; apresentação de projeto “horta escolar” em parceria com empresa com orientações para preparação do terreno para plantio;

(s) combate ao desperdício alimentar e sobras de merenda escolar;

(t) reunião e seleção de receitas familiares com ingredientes saudáveis e naturais;

(u) aprendizagem solidária envolvendo outras escolas na disseminação de conhecimentos sobre a temática de EAN;



(v) envolvimento em campanhas para arrecadação de alimentos para os afetados pela enchente no Rio Grande do Sul;

(w) controle de estoque de merenda escolar, sugestão de receitas;

(x) história ilustrada com brincadeira das frutas e degustação de receitas.

## RESULTADOS:

As ações desenvolvidas no Projeto têm possibilitado aos participantes uma visão ampliada e transformadora sobre os conhecimentos que tinham antes do projeto, de modo que com apenas cinco meses de execução, os resultados já são exitosos e comprovado através do empenho e participação social de todos os envolvidos, do protagonismo

infantil dos conselheiros mirins e coordenadoras ao realizar as ações e disseminar conhecimentos além dos muros das instituições, do reconhecimento e valorização dos pais e responsáveis ao relatar sobre a importância do projeto e percepção de mudanças com hábitos alimentares mais saudáveis, dentre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Tendo em vista o registro e percepção dos resultados, o projeto está acrescentando e estimulando a participação social e protagonismo, a visibilidade das ações e autonomia do CAE, o aumento da articulação entre os atores sociais e a manutenção e criação de novas parcerias, além da aferição efetiva dos resultados provenientes pelo controle social.

Esses são fatores que reforçam a importância da continuidade das ações para os próximos anos letivos. Por fim, o projeto, pelas características inovadoras e por ser aberto às sugestões de atividades/ações relacionadas à temática, pode servir de referência ou ser aplicado conforme proposta original em outros espaços.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

COSTA, Liliâne Silva; MIRANDA, Nonato Assis de. Gestão escolar democrática e o Conselho Mirim: participação infantil e a aprendizagem política. Produto Educacional (Mestrado Profissionalizante em Educação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP. 2021.

EMEB DR. JOSÉ FERRAZ DE MAGALHÃES CASTRO. Conselho Mirim. Disponível em: <https://emebdrjoseferraz.blogspot.com/p/conselho-mirim.html>. Acesso em: 07 dez.2023.

FNDE. Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/>

[acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view](https://www.gov.br/educacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view). Acesso em 08 jan. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Conselho MIRIM em ação! Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/noticias/conselho-mirim-em-acao/24237>. Acesso em: 07 dez.2023

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em 02 jan.2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20232026/2023/decreto/D11821.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.821%2C%20DE%2012, que%20lhe%20confere%20o%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/decreto/D11821.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.821%2C%20DE%2012, que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em 02 jan.2023.

### FICA A DICA

O envolvimento de alunos no acompanhamento do PNAE ajuda o CAE e, sobretudo, coopera na formação da cidadania

Com uma população de 131.621 habitantes, o município de Conselheiro Lafaiete fica próximo dos centros mineradores de Minas Gerais. Conselheiro Lafaiete estava próxima dos grandes centros mineradores das Minas Gerais aurífera, e serviu de ponto de apoio para os povoados de Itaverava, Piranga, Ouro Preto e Mariana. A vegetação predominante é o cerrado, mas apresenta trechos de mata atlântica.

O nome da cidade é homenagem ao Lafayette Rodrigues Pereira, jurista, proprietário rural, advogado, jornalista, diplomata e político brasileiro que ali nasceu quando o nome da localidade era Queluz. Destacou-se pela publicação de obras em Direito de Família e direito das Coisas.

*O Relato de Experiência do CAE de Lafaiete fala sobre planejamento estratégico após uma revisão crítica nos processos de visitas às escolas para monitoramento sobre a execução do PNAE.*



## RESSIGNIFICANDO AS VISITAS ESCOLARES NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Conselheiro Lafaiete - MG*

Autores: Maria das Dores Silva Chaves, Artur dos Santos Felix

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Conselheiro Lafaiete/MG– gestão 2021 a 2025:**

Adriana Nazareth de Souza Vieira, Artur dos Santos Felix, Clinea de Carvalho Ribeiro Neves, Danielle Fernanda Paixão, Eliane Cristina da Silva, Janaína Magela Teles, Járlem Graciele da Silva, Joana D'Arc de Souza Dias, Maria Bernadete Vieira, Maria das Dores Silva Chaves, Rafael Gomes de Barros, Selma Lúcia da Silveira Pereira Tatiana Cardoso Barbosa, Valdirene Evangelista de Oliveira

(Fonte: SIGPNAE/2024)

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) foi criado no município de Conselheiro Lafaiete - MG através da Lei nº 3.742 de 17 de agosto de 1995. O município possui atualmente 51 unidades escolares.

Ao assumir o mandato em 2021, devido a situações adversas de gestões anteriores, o CAE enfrentou muitas dificuldades ao iniciar suas atividades. A primeira e maior delas foi fazer com que as merendeiras e os outros atores do PNAE seguissem as normas estabelecidas pelo PNAE e reconhecessem o CAE como um órgão fiscalizador, deliberativo e de assessoramento como lhe confere a Lei.

Por diversas vezes, o CAE não fora bem recebido

nas escolas e compreender a causa e superar essas dificuldades se tornou o principal objetivo do Conselho.

Um processo de avaliação e discussão interna permitiu que os conselheiros concluíssem que o CAE precisava ser ressignificado, mudar a forma de como era visto e transformar a realidade anterior, conquistando a confiança das merendeiras, dos alunos e demais atores do PNAE a fim de se fazer com que o trabalho gerasse credibilidade e resultado de uma atuação séria e efetiva.

Diante disso, o CAE elaborou um planejamento



timbrada foram utilizados, aumentando a visibilidade do Conselho.

Transformação da forma de trabalho e o respeito às normas sanitárias e de segurança alimentar:

- A equipe de nutricionistas, por sua vez, visitava a unidade, observava as inconformidades encontradas pelo CAE e, a partir disso, dava orientações e treinamento nas escolas e retornava ao CAE um relatório com observações e providências tomadas. Cada visita do CAE era seguida da visita de nutricionistas que cobravam mudança de comportamento, regularização das inconformidades e dava orientações para resolução dos problemas, o que gerou bons resultados, já que os problemas eram solucionados de imediato;
- O Setor de Alimentação elaborou procedimentos de segurança alimentar e os divulgou para toda comunidade escolar, através de panfletos educativos com os temas: permissão de acesso restrito a funcionários na cantina, higiene das mãos, orientações de higiene pessoal, controle

estratégico com medidas que pudessem reforçar essa confiança e a autonomia para realizar seu trabalho de controle social do PNAE:

- O Plano de Trabalho foi elaborado e aprovado em reunião;
- Estabeleceu-se um CRONOGRAMA de visitas semanais e de reuniões mensais pelos conselheiros, que iniciaram seu trabalho conhecendo a realidade de cada uma das 43 escolas do município, e do almoxarifado central da Secretaria de Educação;
- Foi elaborado um RELATÓRIO DE VISITAS, detalhando a situação de cada escola, com registro fotográfico, onde foram apontadas as inconformidades encontradas, que foram encaminhadas ao Setor de Alimentação Escolar da SEMED e ao Gabinete do Secretário de Educação do município;
- Criou-se uma Identificação visual, estabelecendo uma identidade exclusiva para o conselho e seus conselheiros, facilitando sua identificação nos espaços escolares e em atividades externas.

Uma camisa de uniforme com o logo do CAE, crachá de identificação do conselheiro e nova papelaria





de estoque, higienização de hortaliças, frutas e legumes, importância de não se oferecer açúcar às crianças. Esses panfletos foram colados nas cantinas, como forma de se assegurar que as normas fossem conhecidas e seguidas;

- Foram realizadas atividades de EAN pelas nutricionistas e seus relatórios enviados ao CAE;
- Foi criado pelo Setor de Alimentação um caderno de anotações de troca de cardápio, quando houvesse necessidade de substituição do cardápio.

Outras medidas foram adotadas pelo CAE:

- Elaboração do FORMULÁRIO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICAS-SANITÁRIAS DAS ESCOLAS ATENDIDAS PELO PNAE (adaptado da Cartilha para Conselheiros do PNAE, 6ª edição) com 85 itens a serem observados nas visitas e um formulário de VERIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PNAE com 20 itens criados de acordo com as experiências dos próprios conselheiros nas visitas a fim de se padronizar as inspeções;
- Elaboração da NOTIFICAÇÃO DE INCONFORMIDADES, que informa ao gestor escolar da existência de inconformidades e, anexada a ela, o QUADRO PARA ADEQUAÇÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA BASEADO EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (retirado da Cartilha para Conselheiros do PNAE, 6ª edição);
- Confecção de um panfleto com Informativo Institucional do CAE municipal, apresentando à comunidade seus objetivos, a data em que a escola fora visitada e informações do PNAE, que ainda hoje é deixado em todas as escolas visitadas;
- Integração do CAE com demais Conselhos

Municipais, participação em reuniões com outros conselhos da Casa dos Conselhos do município;

- Reunião com o CME-Conselho Municipal de Educação a fim de se discutir o Plano Anual de Atuação do Setor de Alimentação;
- Reunião na Câmara Municipal com a Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Patrimônio Histórico e Turismo com a finalidade de debater a situação da Casa dos Conselhos e do funcionamento dos Conselhos, especialmente o Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e CAE;
- Reunião com o Prefeito da cidade a fim de lhe apresentar os membros do CAE e informar sobre os trabalhos que estavam sendo realizados;
- Participação na inauguração de três novas escolas da cidade;
- Participação na chamada pública da Agricultura Familiar, onde pode conhecer e conversar com os fornecedores sobre os produtos oferecidos, a logística, suas aspirações e dificuldades;
- Participação na III Formação Virtual para Conselheiros da Alimentação Escolar oferecida pelo CECANE-Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, da Universidade de Viçosa-MG, órgão vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O CAE observou que foi possível obter vários resultados importantes de ações nas escolas, tais como conserto de vazamentos, reparos de pias e



torneiras, descongelamento correto dos alimentos, reposição de papel toalha e sabonete líquido, uso de lixeiras com tampa e pedal, substituição de armários enferrujados por outros de inox, utilização de mesas de inox, uso dos EPIs, organização dos alimentos, seguimento do cardápio, controle de recebimento dos alimentos, exposição do cardápio, paletes para que as caixas de alimentos não fiquem em contato com o chão, armazenamento dos alimentos fora das embalagens em que são entregues, recolhimento de inservíveis estocados em pátios de escolas, dentre outros.

Esse conjunto de ações fez com que o CAE se consolidasse, fosse reconhecido e o resultado foi que, mesmo ainda necessitando de ajustes comportamentais e de estrutura, as merendeiras e demais atores do PNAE da cidade têm seguido as normas do programa, bem como percebem a importância e a necessidade de um conselho atuante juntamente com a comunidade escolar.

A atuação do CAE colaborou para que a comunidade escolar tivesse a consciência da necessidade de uma evolução na alimentação escolar, com qualidade

nutricional e sanitária, com cardápio seguido e suprimentos recebidos com a regularidade necessária. Mostrou que, associada ao empenho e talento destas agentes tão importantes, as merendeiras, a alimentação escolar, nutritiva e saborosa, pode ser grande atração entre a maioria dos estudantes e isso pode fazer acontecer o tão obstinadamente perseguido objetivo do PNAE, quer seja contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos.

O CAE de Conselheiro Lafaiete entende que não só de grandes ideias e projetos inovadores se conseguem bons resultados; o que é ordinário, feito com qualidade e amor, é capaz de importantes transformações.

### **FICA A DICA**

O exercício de refletir em grupo sobre a atuação do CAE promove os ajustes necessários no planejamento das atividades a serem realizadas pelos conselheiros em busca de efetividade do controle social.

Limeira é uma cidade de São Paulo, com 300.728 habitantes, conhecida como a capital da laranja e berço da citricultura nacional. É um importante polo industrial de São Paulo, mas já foi um centro cafeicultor. Mais recentemente, a economia da cidade destaca-se pelo cultivo de cana-de-açúcar e pela produção de mudas cítricas.

A origem do nome do município envolve uma lenda popular que fala de um frei franciscano, João das Mercês, que acompanhava uma caravana de bandeirantes e teria morrido subitamente ao passar uma noite em uma localidade chamada rancho do Morro Azul. O religioso foi sepultado no local com a sacola de limas que carregava e que dizia curar febres, mas que supostamente estariam envenenadas. Diz lenda que no local do sepultamento brotou uma limeira que deu nome ao rancho e a cidade.

*O Relato de Experiência do CAE de Limeira descreve uma experiência que alia tecnologia às atividades práticas do controle social.*



## A IMPLANTAÇÃO DO RELATÓRIO DIGITAL DE VISITAS

### *Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Limeira/SP*

Autores: Eduardo Ferreira dos Santos, Marta Gazetta Moraes, Claudeir Germano de Oliveira, Ana Emilia da Silva Oliveira

#### **Conselheiros de Alimentação Escolar do município de Limeira/SP– gestão 2022 a 2026:**

Aline Mara Alves Moreira, Ana Emilia da Silva Oliveira, Claudeir Germano de Oliveira, Criscélia Monique Ferraz de Souza, Cristiane Maciel Bitencourt da Silva, Eduardo Ferreira dos Santos, Fidalma Chahine Martins da Silva, Gilza Aparecida Calderari Pellegrino, Hélio Augusto Gomes de Oliveira, Marciel Adriano Zeferino, Marta Gazetta de Moraes, Maurício Aurélio Oliveira Mendes, Michele de Moraes Santos, William da Silva

(Fonte: SIGPNAE/2024)

Considerando a configuração principal dos Conselhos de Controle Social, instituídos pela Constituição Federal de 1988, mas particularmente os concernentes às políticas públicas educacionais, destacamos neste projeto do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) da cidade de Limeira, no estado de São Paulo, criado pela Lei Ordinária Nº 2.716, de 25 de abril de 1995, alterado pela Lei Ordinária Nº 6.089, de 2 de outubro de 2018, que objetiva através do seu colegiado, acompanhar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Municipal de Limeira, bem como nas escolas que possuem convênio com o Município através do Programa Bolsa Creche. De acordo com o Censo Escolar 2023<sup>1</sup>, a cidade de

Limeira atende atualmente 12.813 matrículas no ensino fundamental, 10.457 na educação infantil, sendo 4.528 em creche e 5.929 na pré-escola, totalizando 23.270 matrículas em 80 Unidades Escolares (UE). Acrescenta-se ainda 1837<sup>2</sup> matrículas do Programa Bolsa Creche, que embora não sejam subsidiadas pelos recursos PNAE, cumprem por força contratual as mesmas exigências aplicadas as escolas públicas municipais.

Os valores repassados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do PNAE, ao município de Limeira, nos últimos anos, são de grande valia no desenvolvimento da alimentação



escolar, apesar de insuficiente, uma vez que a maior parcela dos recursos utilizados são do Tesouro e da Quota Salário Educação (QSE), sendo o valor total investido, e o repasse do PNAE, respectivamente:

2020 - Total: R\$ 9.526.839,74 / PNAE: R\$ 3.350.344,80;  
2021 - Total: R\$ 12.614.853,27 / PNAE: R\$ 3.352.175,20;  
2022 - Total: R\$ 14.899.842,40 / PNAE: R\$ 3.071.402,00;  
2023 - Total: R\$ 25.283.402,88 / PNAE: R\$ 4.142.371,40.

Importante também registrar que, nos últimos 4 anos, as contas da Administração Municipal foram aprovadas em 3 deles, e aprovada com ressalvas em 1 deles, devido ao não cumprimento da aplicação dos 30% em agricultura familiar.

A atual composição do CAE Limeira, eleita em 2022, com mandato vigente para o quadriênio 2023-2026, debateu em sua primeira reunião ordinária, a proposta que na opinião do Conselho é criativa e inovadora, de implementação de um relatório de visitas digital para a gestão atual.

Com aprovação de todos os conselheiros presentes, a primeira ação foi de estudar o relatório físico, composto por 10 laudas, que vinha sendo utilizado nos últimos 12 anos, e que passou, inicialmente, para uma reformulação de suas 120 perguntas e, após avaliação das questões que seriam pertinentes permanecerem no relatório, de acordo com o Roteiro de Visitas do PNAE, além da realização de alterações de algumas questões e supressão de outras, chegou-se ao modelo que consideramos ser universal, que avalia, durante as visitas, se todas as diretrizes do PNAE estão sendo atendidas e tem possibilidade de

aplicação não só nas escolas municipais de Limeira, mas em qualquer Unidade Escolar do Estado de São Paulo e, até em Unidades do Brasil.

Importante destacar que a proposta de implantação do relatório digital tem origem na própria eleição da atual gestão dos Conselhos Municipais de Educação da cidade de Limeira, pois, em 2022, de forma pioneira, a Comissão eleitoral do CAE, responsável pelo processo eleitoral que viria a eleger a atual composição, aprovou e implementou a eleição online dos conselheiros. Ação exitosa que trouxe maior oportunidade de participação aos votantes, o que pode ser confirmado com o maior número total de votos registrados em uma eleição do CAE.

A eleição online também adotada pelos outros 2 conselhos municipais da Educação: Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de



Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Cacs-FUNDEB) e Conselho Municipal de Educação (CME).

A segunda ação foi a escolha da plataforma utilizada para subir e arquivar os relatórios digitais de visita, pois, sem recursos financeiros disponíveis, o CAE Limeira precisaria optar por uma versão gratuita.

Desta forma, as duas opções viáveis encontradas foram: Google Forms e DataScope. A escolha foi pela plataforma DataScope, pois, além de gratuita, a plataforma, após a instalação em equipamento digital (celular, tablet ou notebook) e a criação de usuário, oferece o serviço de preenchimento offline. Este último quesito influenciou na escolha, porque os conselheiros não teriam que usar seus equipamentos eletrônicos pessoais para o preenchimento. O Conselho não possui tablets ou celulares para o trabalho em campo, nem recursos financeiros para aquisição. O preenchimento offline possibilita aos conselheiros o trabalho sem o uso de internet/dados móveis e a sincronização de dados ocorrendo na Sede dos Conselhos municipais da Educação de Limeira.

Entre as melhorias podemos destacar o fato de que o preenchimento do relatório deixou de ser realizado por meio de escrita cursiva. Em tempos onde as questões ambientais têm sido amplamente debatidas, a não utilização de papel é uma das contribuições deste Conselho ao meio ambiente. Além disso, as avaliações de itens (como eletrodomésticos) e temas (limpeza, cumprimento de cardápio, higiene pessoal, preparo dos alimentos, etc) passaram de avaliações subjetivas para avaliações quantitativas, com cada campo tendo uma nota registrada.

Há de se destacar ainda o fato de que 90% do relatório é composto por questões objetivas, com poucos campos para serem digitados. Ele também é dividido em áreas, como alternativas que visam constatar dados pertinentes à gestão escolar, cozinha, despensa, preparo, equipamentos, atividades pedagógicas, etc...

Vale ressaltar que além da informatização o relatório



digital de visitas passou a gerar um Processo Administrativo junto a Prefeitura Municipal de Limeira que, após protocolizado, é encaminhado ao Gabinete do Secretário Municipal de Educação, Supervisão de Ensino, Divisão de Alimentação Escolar, Divisão de Projetos e Infraestrutura e Unidade Escolar, para conhecimento e, se necessário, manifestações e atuação de cada um dos órgãos citados. Quando realizada nova visita, o relatório é juntado ao processo já existente, criando assim um documento único, com a situação da Unidade Escolar no período que compreenderá os 4 anos da gestão atual do CAE Limeira. Desta forma, o Conselho buscou descentralizar as responsabilidades que, normalmente, recaiam apenas sob a direção da Unidade Escolar.

O relatório digital foi efetivamente implantado no segundo semestre de 2023 e, mesmo sendo utilizado apenas no segundo trimestre do ano, propiciou ao CAE Limeira a realização de 43 visitas no segundo semestre de 2023 e 49 visitas no primeiro trimestre de 2024.

Cabe ressaltar que as visitas são realizadas em duplas e que, nos anos anteriores, a média de visitação foi de duas escolas por dupla em cada período, totalizando, em média, quatro visitas realizadas por dia.

Atualmente, as duplas têm conseguido, após a



otimização do tempo, realizar até três visitas por período, com um total de 6 visitas diárias. Desta forma, tornou-se possível que todas as escolas da rede pública municipal possam receber 1 visita por ano, possibilitando a execução de uma proposta de trabalho que é realizar, durante o mandato da atual composição do Conselho, 4 visitas por Unidade Escolar.

Ainda referente a questão temporal, a diminuição do tempo de visita com aumento da qualidade do relatório produzido, proporcionará aos Conselheiros a oportunidade de iniciar, no ano de 2024, as visitas nas escolas do Programa Bolsa Creche, que são unidades particulares que atendem a demanda municipal mediante um valor mensal pré-definido. Importante frisar que a visita nestas escolas será de extrema importância, pois a legislação municipal exige que o cardápio servido nas unidades de Bolsa

Creche seja idêntico aos servidos na rede pública, sendo o CAE um dos órgãos capazes de fiscalizar este ponto do contrato.

Por fim, o projeto da implantação do relatório digital,

apesar dos bons resultados empíricos coletados, ainda carece de melhorias, podendo algumas ações conjuntas a sua implantação, trazer outros bons resultados. Assim, para aperfeiçoamento da proposta, este Conselho seleciona 3 ações, que são (1) aquisição de dispositivos eletrônicos por parte do poder público para serem utilizados durante as visitas, (2) criação de uma rede social para dar mais visibilidade às ações desenvolvidas pelo conselho e; (3) realizar ações de conscientização junto aos educadores da rede municipal, para que o conselho transcenda a sua ação de fiscalização, instituindo práticas educativas e de orientação.

<sup>1</sup> INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica do ano de 2023. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília,DF: 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> . Acesso em: 17 de jul. 2024

<sup>2</sup> LIMEIRA. Secretaria Municipal de Educação. Sistema Integrado de Gestão Educacional. Gestão Escolar. Limeira, SP: 2024. Disponível em: <<http://www.smelimeira.gov.br/>> Acesso em: 19 jul. 2024.

### **FICA A DICA**

A tecnologia disponível de forma gratuita, disposição e criatividade podem auxiliar o trabalho do CAE e facilitar a circulação de informações relevantes.

Localizado na região sudeste, o Rio de Janeiro é uma das 27 unidades federativas do Brasil, composto por 92 municípios e tem 16.055.174 habitantes.

O estado do Rio de Janeiro é formado por enorme gama de etnias e povos de variadas procedências principalmente pelo fato de ter sido capital do Brasil por muito tempo.

Seu território faz parte do bioma da Mata Atlântica tendo um relevo de montanhas e baixadas localizadas entre a Serra da Mantiqueira e o Oceano Atlântico com paisagens diversificadas de lagoas, baías, florestas tropicais.

*O relato do CAE do estado do Rio de Janeiro revela que a articulação entre os conselheiros e a construção de parcerias com diferentes atores institucionais coopera com o trabalho do controle social e potencializa a ação do CAE.*



## O CEAE-RJ E A INTERFACE COM OS DEMAIS ATORES DO PNAE

### *Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do Estado do Rio de Janeiro*

Autores: Mcs Sandra Helena Pedroso

#### **Conselheiros de Alimentação Escolar do Estado do Rio de Janeiro – gestão 2021 a 2025:**

Alessandra da Silva Pereira, Cintia Daniele Souza de Andrade, Elismar Moraes dos Santos, Jorge Antonio Paes Lopes, Leila Souza de Andrade, Luciana Ribeiro Trajano Manhaes, Marcos Aurelio Aprigio da Silva, Nadia Moreira da Silva, Sandra Helena Gonzaga Pedroso, Silvia Cristina Moreira Armond, Thays da Silva Araujo, Valdenice Queiroz da Costa Oliveira, Vitor Ricardo de Azevedo Fonseca, Wander da Silva Freitas

(Fonte: SIGPNAE/2024)

O Conselho de Alimentação Escolar do Estado do Rio de Janeiro foi instituído pelo Decreto nº 22.077, de 25.03.1996, tendo tido uma alteração através do Decreto nº 42.287, de 09.02.2010 e, o primeiro mandato obedecendo a nova legislação aconteceu no período de 2000 a 2002 e está no oitavo Mandato: 2021 a 2025, tendo tido alterado sua denominação para Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Rio de Janeiro – CEAE-RJ.

Na gestão iniciada em maio de 2017 os conselheiros decidiram que poderíamos fazer uma gestão diferenciada e diversificada, haja visto que ocorreram algumas mudanças na legislação com relação a transparência e publicidade das ações.

Com isso traçamos estratégias para que pudéssemos





cumprir com nosso dever constitucional seja na ampliação da visitação das escolas, visando a orientação mais do que a fiscalização. E, de início, propor ao Governo Estadual uma parceria com os CAEs municipais para que pudessem relatar sobre a alimentação nas escolas ou realizando denúncias de a má utilização dos recursos públicos, já que estariam mais perto da localidade e poderiam estimular o alunado a estar mais atento a execução do PNAE e informar o CAE Estadual.

Na ausência de parcerias, a publicização das ações realizadas tem trazido uma boa repercussão constatada por meio do retorno por parte do alunado e seus familiares. O formato adotado tem proporcionado visitas a até mais de 400 escolas dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Tendo um canal de comunicação direta para os alunos denunciarem a falta de alimentação nas escolas.

A outra ação proposta foi fazer parcerias e estar mais próximo dos órgãos de controle como o FNDE, TCU, CGU, MPF, MPRJ, DEFENSORIA, CECANES, REABRA, Fórum Nacional de Conselhos de Alimentação Escolar, conselhos de direitos entre outros atores do PAE. Esta aproximação proporcionou a participação e a troca de experiências o que amplia o conhecimento e fortalece os laços entre às instituições.

Em relação a missão de fortalecer os laços institucionais, de capacitação dos conselheiros e de orientação sobre as boas práticas a serem utilizadas temos realizado seminários com a participação dos diversos órgãos de controle, de conselhos, de

conselheiros, de diretores escolares, professores, merendeiras, nutricionistas, e a sociedade civil entre outros nas seguintes cidades: Campos dos Goytacazes, Volta Redonda, Nova Friburgo, Petrópolis e Rio de Janeiro. Uma ação que se denominou de Circuito PAE (Programa de Alimentação Escolar), sendo realizado em parceria com o CECANE-UniRio e contou com outros parceiros tais como universidades e escolas da localidade onde o evento aconteceu.

O CAE realizou também CONECT CAE na cidade de Vassouras (04/2022) e o Encontro Nacional de Conselheiros no Rio de Janeiro (07/2023) em parceria com a SEEDUC e o Fórum Nacional de Conselhos de Alimentação Escolar visando sempre a formação dos conselheiros nos temas relacionados as atividades orientativas, seja nutricional, prestação de contas, o papel do controle social, agricultura familiar etc. Em todos os eventos houve uma participação expressiva de conselheiros e nutricionistas, agricultores familiares de diversas localidades do país,



do entorno de onde o evento se realizou, ampliando assim a possibilidade de trocas de experiências e *expertises* com os conselheiros e outros atores sociais do PNAE.

Cada um dos eventos teve um formato diferenciado, sempre com palestras informativas e balizadoras para que o público participasse e houvesse troca de



experiências.

Em alguns tivemos atrações culturais da região e feira de agricultura familiar que é o nosso principal ator no trabalho de inclusão efetiva da agricultura na alimentação escolar do ERJ. E ainda a participação de estudantes apresentando suas atividades culturais, palestras e trocas de experiências, sempre acompanhados de atividades correlatas e apresentação de trabalhos.

Esses encontros têm sido de grande valia para os conselheiros pois promovem o intercâmbio desses atores (secretários de educação, secretários de agricultura, nutricionistas, diretores de escolas, professores, alunos, conselheiros, agricultores entre outros) com os órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Conselho de Nutrição, FBSAN, CONSEA, CAZAN, SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e outros. Os participantes tiveram a oportunidade de tirar suas dúvidas e discutir os rumos da alimentação saudável, as compras de agricultura familiar, licitação, chamada pública, realização da prestação de contas, a verificação da regularização dos fornecedores, a responsabilidade fiscal e contábil dos diretores, ao assumir o cargo e entender melhor o que é o controle social e o papel do conselheiro.

Outra frente de atuação foi a organização administrativa do CEAE-RJ de forma a termos fluxos de processos e procedimentos para que tudo que aconteça esteja claro e transparente para todos. A implantação desses processos facilitou o dia a dia e possibilitou que os conselheiros sempre saibam sobre o andamento de todas as ocorrências, bem como qual o tratamento deverá ser dado a um determinado assunto.

Temos implantado um fluxo de entrada de documentação, de tratamento de denúncias e das reuniões. Temos dado publicidade às ações através da publicação de notícias, atas e relatórios no site da secretaria no qual temos uma página na internet com essas informações, demonstrando a solução das denúncias feitas diretamente para o CEAE-RJ. Esse fluxo de processos colabora para a celeridade das devolutivas dos inquéritos civis e para a Executora verificar as pendências de cada escola visitada.

Desde 2018 implantamos a elaboração do Plano de Ação que é publicado no Diário Oficial, tendo a SEEDUC incluído no PPA e na LOA para que tenhamos garantido a continuidade das nossas ações.

O Plano de Ação é construído de forma coletiva com os conselheiros e nele listamos as ações a serem realizadas e o calendário de reuniões mensais para

que todos possam se organizar e estar presentes. O CAERJ valoriza a participação de todos os conselheiros nas reuniões ou visitas independentes de sua situação de titular ou suplente.

Na gestão 2021-2025, onde as características dos conselheiros são diversificadas, possibilitaram termos avanços nas tratativas com a SEEDUC e o aumento da participação dos conselheiros em outros eventos para troca de experiência, como os encontros em Paragominas, Guarulhos, Macapá, João Pessoa, Cuiabá e Cabo Frio.

Um dos grandes desafios do CEAE-RJ (Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Rio de Janeiro) foi o período da pandemia, pois precisamos contribuir para que houvesse a distribuição dos kits para os alunos. Além de sensibilizar a gestão, elaboramos diversos questionários de monitoramento para

avaliar como estava se dando a ação e identificar as dificuldades encontradas e de visitas virtuais. O monitoramento acarretou uma maior aproximação com as escolas estaduais e seus dirigentes. O que foi muito importante para a atuação do CAE porque o modelo de gestão do Estado do Rio de Janeiro é descentralizado, ou seja, as unidades escolares têm autonomia de gestão, desde que sigam as orientações das resoluções da SEEDUC e da legislação do PNAE. Com essas ações conseguimos aumentar o valor dos repasses estaduais duas vezes e os recálculos do per capita.

Ainda há o grande desafio de ampliar a compra da agricultura familiar e a entrada de novos produtores. Por isso o CAE tem visitado as cooperativas e agricultores que ganharam a chamada pública e trabalhado em conjunto com a EMATER, MDA



entre outros, pois o Estado do Rio de Janeiro tem uma grande vocação agrícola e pode fornecer a alimentação às escolas. Essa é a nossa nova missão. Além claro de aumentar o valor do repasse estadual.

No dia a dia o CEAE-RJ tem uma agenda semanal de visitas às escolas, sejam por demanda espontânea ou a pedidos dos órgãos de controle (MPF, MPRJ, FNDE etc.). Essas visitas seguem um rito processual de

apresentar as demandas nas reuniões mensais ou, se for emergencial, por contato telefônico ou WhatsApp, ou e-mail, de forma que tudo seja compartilhado, com todas as informações em detalhes, para que os conselheiros se manifestem e se disponham a fazer a visita.

O CAE conta com a ajuda de uma secretária executiva, cedida pela Entidade Executora, que organiza a

questão do transporte e diárias de viagens se for o caso.

Os conselheiros que irão realizar a visita recebem um kit contendo: a denúncia, checklist para a visita, relatório de registro, termo de visita para ser entregue para a diretora ou diretor da unidade escolar visitada, cartaz do CAE-RJ (para ser deixado na escola visitada) e a relação de documentos que se fazem necessários obter com a direção. Todas as visitas têm registro fotográfico para comprovação das irregularidades e das ações de EAN.

Após a visita um dos conselheiros, o responsável pelo preenchimento do relatório, encaminha tudo para a secretária executiva do CAE que elabora os ofícios de encaminhamento para a SEEDUC e o órgão denunciante juntamente com os documentos comprobatórios da visita e um relatório fotográfico de todos os elementos apontados no ofício para que não haja dúvida da necessidade de pontos de

melhoria ou de correção da infraestrutura ou de providências de correção dos procedimentos, seja no modo de preparo ou de serviço da alimentação ao alunado.

O CAE RJ reconhece que ainda tem muito para aprender e fazer, mas as adversidades não serão impeditivas de se continuar na busca da transparência e nas boas condições de cumprir o mandato com uma gestão empreendedora. Para isso continuamos na busca de novos parceiros e participação ativa junto à ALERJ, Defensoria, FNDE entre outros. Tendo como uma grande aliada a Executora que acredita no controle social.

### **FICA A DICA**

Organização, planejamento, inovação e determinação são meios para a construção de um conselho de controle social eficiente.

Vitória, capital do estado do Espírito Santo, é uma das três capitais do Brasil localizada em uma ilha. De acordo com o site da prefeitura da cidade, é na verdade, formada por um arquipélago com 33 ilhas. Segundo o IBGE de 2022, há 322.869 pessoas residindo na cidade.

Com condições paisagísticas especiais, a cidade é assim apresentada no site da prefeitura: "Circundado pela Baía de Vitória e pelo estuário formado pelos rios Santa Maria, Marinho, Bubu e Aribiri, o município apresenta ilhas, encostas, enseadas, mangues e praias, elementos de grande recurso paisagístico".  
Convidativo, não é?

A cidade possui dois grandes portos: o Porto de Vitória e o de Tubarão que são considerados os melhores em qualidade do Brasil.

*O Conselho Alimentação Escolar faz um Relato de Experiência que descreve um processo evolutivo de ações de formação que buscam o aperfeiçoamento continuado da execução do PNAE.*



## FORMAÇÃO PARA AGENTES DO PNAE PELO CAE: INTEGRAÇÃO QUE GERA BENEFÍCIOS

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Vitória/ES*

Autores: Rita de Cássia Martins, Karla Veruska Azevedo

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do Estado do município de Vitória/ES – gestão 2021 a 2025:**

Almir Mendes Reis, Daniele da Silva Barcellos Oliveira, Dimitri Barreto, Erika Milena de Souza, Evanilton Candido Martins, Jocinelia Sacramento de Sousa, Julie Ferreira Macedo Moulin, Karla Veruska Azevedo, Lira Lucia Leite Teixeira, Michelle Ribeiro dos Santos, Rita de Cassia Martins, Rosinilda Justiniano, Trajano Conti Ferreira, Washington Felix Rocha

(Fonte: SIGPNAE/2024)

O presente relato tem como objetivo socializar o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Alimentação Escolar de Vitória/ES (CAE-Vitória/ES), entre os anos de 2023 e 2024.

Trata-se de um olhar reflexivo acerca de nossas ações, buscando tanto a sistematização de nossas práticas, bem como o apontamento das necessidades de aprimoramento, a saber: a formação da comunidade escolar, compreendendo a alimentação escolar como currículo, as assessorias e visitas técnicas os movimentos de articulação intersetorial.

Para participar da comemoração dos 30 anos do CAE





no Brasil, decidimos compartilhar esta experiência exitosa realizada pela atual gestão do CAE, que consiste na formação dos agentes do PNAE – merendeiras, diretores/as e coordenadores/as de turno, que atuam diretamente nas unidades de ensino.

É importante destacar que desde 2006, os/as conselheiros/as já participavam das formações semestrais desenvolvidas pela empresa terceirizada e a Coordenação de Nutrição e Alimentação Escolar (CANE) do município. Entretanto, o Conselho entendeu a necessidade de ampliar o público, o tempo e os objetivos do processo formativo oferecido às merendeiras e equipe gestora das unidades de ensino.

O CAE-Vitória/ES, criado pelo Decreto 9.676, em 1995, tem desempenhado um papel fundamental para o desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com o decorrer do tempo, o Conselho passou por modificações, que incluíram alterações em seu nome e em

sua composição. No entanto, mesmo com essas alterações, a sua finalidade enquanto controle social de deliberar, fiscalizar e assessorar a execução do PNAE sempre esteve presente. O CAE-Vitória/ES é um órgão importante na garantia da qualidade da alimentação oferecida nas escolas municipais contribuindo para o desenvolvimento e a formação integral das crianças e estudantes.

Isso se deve a avaliação das visitas realizadas pelo CAE em todas as unidades de ensino municipais, em que os membros concluíram pela necessidade de que houvesse uma mudança de perfil nas visitas que tinha como principal objetivo a fiscalização, passando a agregar a esta atividade regular um sentido de formação.

A partir dessa decisão, os conselheiros redimensionaram esses momentos utilizando as visitas para, também, promover a formação dos agentes do PNAE no caso as merendeiras e equipe gestora das escolas envolvidas diretamente em todo o processo da alimentação escolar. Isso é possível pelo fato de as visitas serem compostas por dois conselheiros, uma nutricionista da CANE e o assistente administrativo do CAE.

Os principais pontos de dificuldades identificados



e trabalhados durante as visitas às escolas foi o da falta de acompanhamento diário e das informações necessárias dos/as Coordenadores/as de Turno no processo de alimentação escolar; de manter o controle de estoque atualizado; das merendeiras terem conhecimento da rotina de fazer a adequação do per capita dos gêneros alimentícios de acordo com o cardápio; do recebimento e da saída dos itens do estoque e o descarte dos utensílios sem condições de uso, de acordo com as orientações do PNAE e da Política Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar (PMANE), publicada em 2020.

Para além dos problemas recorrentes, também foi



necessário tratar de questões como a apresentação da alimentação, o como servir e estimular as crianças e estudantes a consumirem a alimentação saudável, a limpeza do ambiente, dentre outros assuntos não menos importantes.

A postura assumida durante as visitas, pautada no respeito a todos/as os/as agentes do PNAE, garantido a fiscalização e advertências quando necessárias, desenvolveu uma relação de proximidade do CAE com esses/as agentes.

Paralelo às visitas de fiscalização e orientação, em diálogo com a firma terceirizada e a Secretaria de Educação (SEME), o Conselho qualificou e ampliou o tempo de participação na formação semestral oferecida a todas as merendeiras, que ocorrem no período de férias escolares de janeiro e julho. Nestes encontros que são distribuídos em quatro

turmas de teoria, onde o foco é a atenção diligente ao trabalho diário e seus protocolos, o CAE fez a opção de partir dos casos recorrentes identificados e tratados durante as visitas de fiscalização – como o controle de estoque, recebimento dos gêneros alimentícios, entre outros – para

propor uma reflexão junto às merendeiras das causas, consequências e decisões necessárias para evitar e/ou sanar essas situações.

Contudo, tendo a compreensão de que a oferta da formação para as merendeiras atinge somente parte dos agentes do PNAE que atuam nas unidades de ensino e de que o Programa prevê a oferta de capacitação a todos os recursos humanos envolvidos em sua execução, para que haja a promoção e desenvolvimento do PNAE, o Conselho solicitou à Secretaria de Educação, no final do ano de 2023, que fosse inserida como prioridade no calendário de 2024, formações para os/as diretores escolares e coordenadores de turno – servidor responsável diretamente pela equipe de merendeiras e do processo de produção e oferta da alimentação escolar, conforme as atribuições do cargo.

A ação foi realizada pelo CAE, em parceria com a Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar do município. O principal objetivo da formação, além do conhecimento e aprofundamento do PNAE e PMANE, é o de qualificar os agentes que atuam nas unidades de ensino, quanto ao processo de alimentação escolar desde a aquisição e recebimento dos gêneros alimentícios, até o preparo e oferta da alimentação aos beneficiários do Programa.

No município de Vitória/ES, faz parte das atribuições destes cargos o acompanhamento do recebimento e controle de qualidade dos gêneros alimentícios e da alimentação escolar oferecida às crianças e estudantes, além da gestão da equipe de merendeiras. Entretanto, absorvidos por outras demandas do cotidiano da escola, não menos importantes, esses profissionais, por vezes, se distanciaram de suas funções relativas ao PNAE. Diante deste cenário, foi realizado um primeiro encontro do CAE com os/as diretores da educação infantil e do ensino fundamental, em parceria com a CANE, no mês de



fevereiro de 2024, quando foram apresentados os principais pontos do PNAE, as implicações do não cumprimento de suas diretrizes pelos agentes que estão na unidade de ensino e uma reflexão sobre aspectos que precisam ser observados e qualificados no processo de produção da alimentação escolar e da responsabilidade do desenvolvimento do Programa.

Após o início do ano letivo, no mês de março de 2024, o Conselho realizou junto aos/às Coordenadores/as de Turno, tanto dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), quanto das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), também em parceria com a CANE, a formação específica sobre as atribuições do cargo, no que se refere à alimentação escolar. Os principais objetivos da formação foi apresentar o CAE e suas atribuições, o desenvolvimento do PNAE e, de forma específica, o que o Coordenador de Turno em seu dia a dia deve acompanhar em relação à alimentação escolar: recebimento e retirada dos gêneros alimentícios e registro no controle de estoque – que deve estar fidedigno e sem rasuras; a produção do cardápio de acordo com o per capita do dia e dos cardápios

especiais; a prova dos alimentos produzidos para controle de qualidade; garantir a exclusividade da alimentação escolar para os beneficiários do Programa; fiscalizar a limpeza do estoque, da cozinha e refeitório. A rotina de trabalho junto à equipe de merendeiras e o rodízio das atividades por elas desenvolvidas também foi trabalhado nesta ação.

A avaliação por parte dos agentes envolvidos tanto nas visitas de fiscalização quanto nos processos formativos destacou a importância da temática, considerando que deu visibilidade ao trabalho dos/as Coordenadores/as de Turno, quanto ao próprio CAE e ao PNAE. Foi sugerido que aconteça de forma continuada, nos próximos anos. A equipe de merendeiras destacou que as visitas de fiscalização têm contribuído para a melhoria do trabalho, devido à postura e as orientações do CAE.

A busca insistente por uma ação intersetorial e articulada tem produzido reconhecimento do Conselho e de sua importância nos diferentes processos formativos. Como resultado positivo identificamos os relatos das merendeiras e profissionais nas unidades de ensino, durante as visitas de fiscalização.

A ampliação dos convites ao CAE para participar em momentos formativos, dentre eles, a formação dos Conselheiros Escolares, ofertada no ano de 2024, aos 104 Conselhos de Escola, constituídos por pais, estudantes, comunidade local, magistério, servidores e diretores. Na oportunidade, em parceria com a CANE, foi apresentado o PNAE a esses atores que representam a participação social nas unidades de ensino e como o CAE tem realizado o controle social do Programa.

Outro resultado da ação intersetorial e articulada, bem como de reconhecimento do trabalho realizado enquanto controle social do PNAE e das ações de formação desenvolvidas, foi o convite para participar da formação intitulada “Encontro Capixaba de Atores Sociais do PNAE do Espírito Santo” realizada pelo CECANE-UFES, com o objetivo de apresentar as ações inovadoras desenvolvidas pelo Conselho aos demais participantes do evento, com o objetivo de inspirá-

los a também pensarem em práticas que colaborem efetivamente para o pleno desenvolvimento do PNAE.

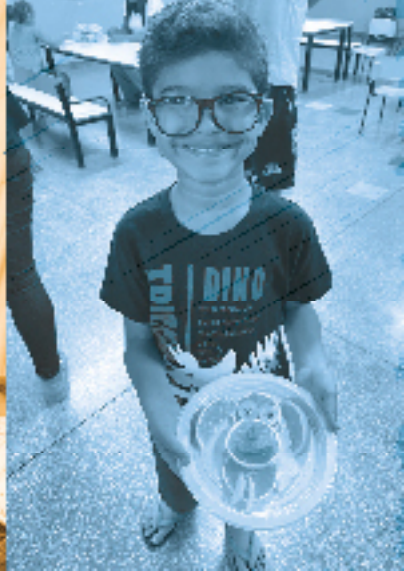
Nestes dois anos em que o Conselho se dedicou ao processo formativo dos agentes do PNAE é possível perceber e quantificar o quanto cada unidade de ensino teve condições de qualificar suas ações com base nas diretrizes do Programa. Ao assumir a postura de cuidado e atenção redobrados a cada detalhe do processo da alimentação escolar, os agentes que atuam na escola garantem às crianças e estudantes o direito humano à alimentação adequada e saudável, visando garantir a segurança alimentar e nutricional aos/às beneficiários/as do PNAE.

Ao avaliar os resultados satisfatórios das ações formativas desenvolvidas pelo CAE nestes dois anos, como a visita de fiscalização, formação das merendeiras, diretores/as, coordenadores/as de turno e conselheiros/as escolares, bem como a parceria com a Secretaria de Educação – em

especial com a Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar, e o CECANE-UFES, os conselheiros já apontam a necessidade de continuidade da ação, somando ao público da formação oferecida, os professores dos Centros Municipais de Educação Infantil. Tendo em vista que o momento da alimentação escolar, conforme a PMANE (2020) é um espaço/tempo de aprendizagem, de escolha, de prática educativa essencial à formação integral das crianças e estudantes, aliando a prática de hábitos alimentares saudáveis e autonomia, com a interação dos professores.

#### **FICA A DICA**

O planejamento de ações formativas fomentadas pelo CAE deve partir de um processo reflexivo de autoavaliação.



A área onde está localizado o município de Cambé era uma floresta grande onde habitavam diversos povos indígenas. A palavra cambé vem do tupi “caá” significa mata, árvore, e “mbê”, que quer dizer raízes aéreas. O lugar passou a se chamar Cambé em 1943 e a emancipação se deu em 10 de outubro de 1947.

Tem uma população estimada em 105.704 pessoas. O município tem agricultura voltada à soja e possui um rico parque industrial, mas o turismo também se destaca.

Na área rural de Cambé foram descobertos vestígios de uma missão jesuítica o que reforça o papel importante dos jesuítas no período de colonização do Brasil.

*O Conselho de Alimentação Escolar descreve em seu Relato uma experiência que possibilita a inclusão de pais no processo de alimentação escolar.*



## I ENCONTRO COM O CAE: DIÁLOGO COM AS FAMÍLIAS SOBRE SELETIVIDADE ALIMENTAR

### *Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Cambé/PR*

Autores: Ângela Cristina Alves de Melo, Renata Cristina de Souza, Aline Andreazi Fernandes, Francielly Caroline da Silva, Noemia Luiza de Souza, Vânia Eliza Marquezzi

#### **Conselheiros de Alimentação Escolar do Estado do município de Cambé/PR – gestão 2021 a 2025:**

Ângela Cristina Alves de Melo, Franciele Aline Andreazi Fernandes, Francielly Caroline da Silva, Ivone Aparecida de Souza, Jéssica Lorraina da Silva Gambaro, Kelly Hiramatsu Manganotti Castro, Liria dos Santos Paula Souza, Luciano Moraes Cardoso, Noemia Luiza de Souza, Renata Cristina de Sousa, Rosana Aparecida Fragatti Cristovam, Sandra Aparecida Pedroso, Sirlei Moreira da Rocha, Vania Eliza Marquezzi

(Fonte: SIGPNAE/2024)



O município de Cambé, localizado no norte do estado do Paraná, possui 47 unidades escolares, sendo 27 Centros Municipais de Educação Infantil, 17 Escolas Municipais de Ensino Fundamental. No âmbito da Prefeitura de Cambé, o PNAE atende essas unidades e 3 instituições Filantrópicas, com um total de 11.069 alunos matriculados.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de Cambé foi criado por meio da lei 1.467/2000. Desde então, entre o trabalho desenvolvido pelos conselheiros, destacam-se ações que: visam o zelo pela qualidade dos produtos oferecidos para as refeições escolares, a análise da prestação de contas referente ao Programa



Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o fato de indicar orientações sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios no depósito e nas unidades escolares, a elaboração e execução do plano de ação da atuação do Conselho e os informes produzidos pelo Conselho e enviados à Entidade Executora - Secretaria Municipal de Educação e Cultura acerca da ocorrência de irregularidades com os gêneros alimentícios. As principais ocorrências identificadas foram em relação ao vencimento do prazo de validade, sobre o risco de deterioração, desvio e furtos para que fossem tomadas as devidas providências.

O CAE atua no mandato referente ao período de 07



de abril de 2021 a 07 de abril de 2025.

Nesse período, mediante articulação de servidor disponibilizado pela gestão corrente, foram construídos entre os conselheiros o princípio do trabalho coletivo enquanto órgão de controle social, com uma atuação fundamentada em conhecimento, tanto com o uso dos materiais de estudo do próprio FNDE, de formações em nível estadual e municipal, além de uma formação oferecida em 2024 para os membros dos conselhos de políticas públicas pela própria rede municipal.

Entre as conquistas deste mandato para o fortalecimento da atuação do Conselho está o trabalho organizado e focado no conhecimento da realidade das escolas, do armazenamento ao servimento e da aceitação das refeições pelos alunos.

Por meio de reuniões, com visitas quinzenais ou mensais às unidades escolares, o CAE fiscaliza e acompanha também as condições higiênico-sanitárias das instituições e preenche um relatório sugerido pelo PNAE que é encaminhado à entidade executora.

Outro fato interessante, é o compartilhamento das ações do Conselho no Instagram da rede de ensino

para toda a comunidade.

Com a frequente presença do CAE no chão das escolas, destaca-se a compreensão do quanto a escola é um espaço de referência importante para as crianças, pois é nele que são formados e potencializados hábitos e práticas que vão incidir na promoção da saúde para as famílias dos alunos. Pensando nisso, em reunião, discutiu-se a dificuldade enfrentada atualmente para a criança aceitar alimentos saudáveis, e que por vezes, uma alimentação saudável não é praticada fora do ambiente escolar.

Considerando isso, o CAE buscou incentivar a participação dos pais ou responsáveis na alimentação dos seus filhos, para que tivessem a possibilidade de vivenciar parte do que é oferecido nas refeições da escola além de conhecer estratégias para contribuir com a superação da seletividade alimentar, por meio de um diálogo com as famílias.

Assim, o Conselho decidiu promover, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SMEC e a Associação dos Autistas de Cambé - ADAC, o evento "I Encontro com o CAE".

O encontro ocorreu em um Centro Municipal de Educação Infantil Nelson Florêncio Pizaia, localizado em uma região de vulnerabilidade social. Assim, participaram do evento, as gestoras da unidade, conselheiras, assessoras pedagógicas e nutricionistas da SMEC, 17 pais e/ou responsáveis e 17 crianças do infantil IV.

O encontro ocorreu em dois momentos, um teórico e outro prático, e foi dividido em atividades para responsáveis e para os alunos. Ao chegar no CMEI, os alunos foram direcionados a uma sala de aula para atividades pedagógicas (pintura, desenho e prática com massa de modelar), enquanto os responsáveis se dirigiram para o refeitório da unidade.

Para dar início às atividades com os responsáveis, foi feita a leitura do protocolo e a apresentação dos desenvolvedores e apoiadores da ação. Em seguida, a nutricionista da SMEC, convidada para explicar sobre o tema "seletividade alimentar", iniciou a conversa que abordou os seguintes tópicos: o que é



seletividade alimentar? Quando se inicia a construção de uma alimentação saudável? O que pode levar a seletividade alimentar? Como evitar que a criança desenvolva seletividade alimentar?

Ao final do diálogo, a nutricionista discorreu sobre técnicas para melhorar os hábitos alimentares. No decorrer da conversa, após finalizados os pontos abordados, foi aberto um momento para perguntas e foi possível esclarecer diversas dúvidas dos participantes e, ao mesmo tempo, por meio de troca de experiências relacionadas à seletividade alimentar e como esta circunstância foi superada em cada condição.

Ao fim desta etapa, iniciou-se a parte prática do encontro que consistia na montagem de um prato de forma criativa. Para este momento foi organizada uma mesa, com a disposição de frutas variadas, como: abacaxi, banana, laranja, maçã, mamão, melancia e melão, previamente higienizadas, cortadas em diferentes formatos. Também foram disponibilizadas

fotos de pratos lúdicos com os modelos a serem usados de inspiração. Foi feito o convite aos responsáveis para que cada um montasse seu prato de forma criativa e divertida usando as frutas disponíveis.

Posteriormente, os alunos uniram-se aos responsáveis e ambos puderam compartilhar e degustar os alimentos ofertados.

Observou-se uma intensa participação dos

familiares presentes na ação do CAE. Estavam atentos às falas das nutricionistas e interagiram por meio de perguntas. De posse das informações e conhecimentos recebidos, as famílias puderam confeccionar seus pratos saudáveis, juntamente com seus filhos, percebendo que foi uma forma diferente de saborear alimentos.

Além disso, foi uma forma de incentivar o consumo compartilhado das refeições e de mostrar aos responsáveis como a apresentação dos alimentos pode interferir na aceitação ou não, visto que as frutas ofertadas são as mesmas que estão rotineiramente no cardápio dos escolares e podem ser oferecidas em casa, que por vezes, não são bem aceitas.

### **FICA A DICA**

A atuação do CAE pode contribuir para o envolvimento das famílias na atuação reflexiva sobre alimentação saudável.

A história de Cruz Alta, município do Rio Grande do Sul, teve início no século XVII quando uma imensa cruz de madeira foi erguida a mando de um jesuíta logo após a fundação de São João Batista nos Sete Povos das Missões. A partir de então, a região passou a receber um grande fluxo de pessoas, de diferentes atividades. Tem hoje uma população de 58.913 habitantes.

Um importante escritor gaúcho de obra literária impressionante pela qualidade nasceu em Cruz Alta. Portanto, não é difícil imaginar que os cenários das histórias de Érico Verissimo sejam inspirados nos campos da região.

*O Relato de Experiência do CAE de Cruz Alta descreve uma experiência que valoriza os profissionais responsáveis pela preparação da alimentação escolar além de estimular a busca criativa por melhoria e qualidade.*



## RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONCURSO BIENAL DE CULINÁRIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Cruz Alta/RS*

Autores: Ana Cláudia Menezes, Elisabete Leiria dos Santos, Sirlei Medianeira Colvero, Luisa Moraes Rambo

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do Estado do município de Cruz Alta/RS – gestão 2022 a 2026:**

Ana Claudia Daltrozo Menezes, Elisabete Leiria dos Santos, Fatima Avani Pithan Villa Real, Heloisa Tavares da Silva, Joelma Giceli do Nascimento, Jucemara Costa da Silva, Larissa Lima dos Reis, Leonor da Rocha Ilha, Luisa Moraes de Oliveira Rambo, Patricia Land Abreu, Rosita Heringer, Sandra Bernarda Mantovani, Simone Nascimento Tavares, Sirlei Medianeira Colvero

(Fonte: SIGPNAE/2024)



Este relato apresenta o desenvolvimento de um projeto inovador que culminou na criação de um livro de receitas impresso, composto por receitas elaboradas por merendeiras das escolas públicas municipais de Cruz Alta no ano de 2023.

As receitas foram selecionadas por meio de um concurso aberto a todos os profissionais da alimentação escolar do município, seguindo as normas estabelecidas em edital\* com o lançamento do concurso ocorrendo em evento na Casa de Cultura no dia 31 de junho de 2023\*\*.

O projeto é uma iniciativa da Prefeitura de Cruz Alta através da Secretaria Municipal de Educação (SME) e está em conformidade com a Resolução nº 06/2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que impõe diretrizes para os cardápios escolares, incluindo a proibição de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcares para crianças até três anos de idade.

O projeto tem como principais objetivos:

- Promover a troca de informações técnicas e gastronômicas entre às merendeiras, incentivando a criação de receitas saudáveis que atendam aos padrões nutricionais estabelecidos, incentivando a criatividade e inovação culinária.
- Criar um livro de receitas intitulado “SABORES QUE ENCANTAM: Receitas do Cotidiano das Escolas da Rede Municipal de Ensino”, reunindo as melhores receitas desenvolvidas pelas merendeiras que fazem parte do cardápio das escolas municipais.

## METODOLOGIA

O Concurso Bienal de Culinária foi idealizado a partir da experiência de uma merendeira que, após se formar em pedagogia por meio do programa Parfor (plataforma Freire) e apresentar diversas propostas ao poder público, inclusive em seu trabalho de conclusão do curso, foi convidada a trabalhar na Secretaria de Educação, no setor de alimentação escolar.

Em diálogo com a prefeita municipal, secretário de educação, nutricionista e membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), foi apresentada a proposta do concurso culinário junto as merendeiras da rede municipal de ensino, oportunizando aprendizado e valorização profissional destas servidoras.

Após a aprovação do projeto, foi realizada uma reunião com as merendeiras e diretores das escolas municipais para o lançamento do concurso, que foi dividido em três etapas: inscrição por e-mail cumprindo os requisitos exigidos no edital. A seleção foi realizada por uma comissão julgadora composta por nutricionistas e membros do Conselho de Alimentação Escolar CAE.



Na segunda etapa, as receitas selecionadas receberam o convite para apresentar seus pratos para a degustação de uma comissão julgadora composta por um professor da rede pública municipal, dois nutricionistas, um aluno da rede municipal de ensino, um agricultor familiar residente no município, um chef de restaurante e um membro do CAE.

Na terceira etapa, ocorreu a premiação. Inicialmente, foi realizada uma degustação de 19 receitas em um grande evento aberto ao público ocorrido no dia 06 de dezembro de 2023. As seis receitas que obtiveram as maiores pontuações foram selecionadas para a degustação e, em seguida, premiadas individualmente. As merendeiras vencedoras receberam troféus e brindes \*\*\*.

O concurso culminou na publicação do livro de receitas digital, que inclui dicas e curiosidades, servindo como um recurso prático e inspirador tanto para as merendeiras quanto para as escolas. A publicação do livro impresso foi planejada para o dia 30 de outubro de 2024, dia da merendeira no município de Cruz Alta.

## RESULTADOS E IMPACTOS

O Concurso Bienal de Culinária teve diversos resultados positivos. Incentivou merendeiras a saírem de sua zona de conforto, estimulando a criatividade na criação de receitas saudáveis e saborosas, respeitando as diretrizes nutricionais do FNDE. Promoveu uma rica troca de informações e experiências entre as profissionais da alimentação escolar, fortalecendo a comunidade de merendeiras.

Cooperou na melhoria, qualidade, e na diversidade das refeições oferecidas aos alunos já que as receitas vencedoras foram incorporadas ao cardápio das escolas.

O modelo do concurso pode ser replicado em diferentes contextos, ajustando-se às especificidades variadas. O concurso fortaleceu a participação ativa do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e de outros atores da comunidade, como pais, alunos, nutricionistas, chefs de cozinha e autoridades municipais.

A realização bienal do concurso assegura uma constante renovação dos cardápios escolares e um contínuo aprimoramento das habilidades culinárias das merendeiras.



## CONCLUSÃO

O Concurso Bienal de Culinária da Alimentação Escolar mostrou ser uma ferramenta eficaz para a promoção de uma alimentação escolar saudável, para a valorização profissional das merendeiras e o fortalecimento da participação social na gestão da alimentação escolar. Sua metodologia, aliada à capacidade de replicação e adaptação a diferentes contextos, garante que o projeto continue a ser uma referência na promoção de uma alimentação escolar de qualidade em Cruz Alta.

Este projeto reforça a importância do compromisso com a educação alimentar e nutricional, bem como o papel central das merendeiras na construção de um ambiente escolar saudável e acolhedor. A participação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) faz com que as receitas desenvolvidas no concurso estejam alinhadas com as diretrizes nutricionais, visando a promoção de uma alimentação saudável nas escolas. Mobilizando a comunidade escolar para a importância da Educação Alimentar e Nutricional.

O livro de receitas "Sabores que Encantam" da Alimentação Escolar foi lançado inicialmente de forma digital no dia 22 de março de 2024 em evento ocorrido no auditório da EASA \*\*\*\*

O link para o livro na versão digital pode ser acessado em: <https://online.fliphtml5.com/aezsd/piuu/>.

\*( cf edital) <https://docs.google.com/document/d/15juZVifipGzXwUmlyjaUpSClhFBxUjys/edit?usp=sharing&ouid=116907263208056101004&rtpof=true&sd=true>)

\*\* <https://www.grupopilau.com.br/noticias/11908/concurso-vai-escolher-melhores-receitas-elaboradas-pelas-merendeiras-escolares/>

\*\*\* <https://www.grupopilau.com.br/noticias/13747/prefeitura-realiza-1%C2%BA-concurso-de-melhores-receitas-em-alimentacao-escolar/>

\*\*\*\* <https://www.grupopilau.com.br/noticias/14769/livro-de-receitas-sabores-que-encantam-foi-lancado-na-sexta-feira-22-na-easa/>

### **FICA A DICA**

O CAE deve cooperar para as iniciativas que valorizem os profissionais envolvidos no PNAE e que ampliem os espaços para a Educação Alimentar e Nutricional.

Maravilha é um município de Santa Catarina com 28.251 habitantes (Censo de 2022).

O nome do município é atribuído a expressão “que maravilha” ecoada por aqueles que chegavam à região por volta de 1940 ao vislumbrar as copas dos pinhais da paisagem.

A cidade também é conhecida por Cidade das Crianças porque no dia 07 de setembro de 1954, todas as crianças das escolas compareceram pela primeira vez uniformizadas e o povo que assistiu ao desfile se admirou com a fila de crianças. Então, o termo nunca mais mudou.

*O Conselho de Alimentação Escolar do município participou de uma iniciativa importante para a alimentação escolar da cidade, a criação de um centro de alimentos e culinária. A experiência é aqui relatada e ressalta a importância do trabalho colaborativo do conselho de controle social.*



## CENTRO DE ALIMENTOS E CULINÁRIA ESCOLAR

### *Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Maravilha/SC*

Autores: Vilmar Pandolfo, Patricia Tumelero, Marília Desbessel, Abigail Freitag, Leonice Castanha, Cleide Schossler

#### **Conselheiros de Alimentação Escolar do Estado do município de Maravilha/SC – gestão 2023 a 2027:**

Abigail Freitag, Aline Viceschi Zatt Hofstatter, Ana Paula Goelzer Tonkiel, Andre Luiz Lansing Schnorrenberger, Camila Mazzochi, Catia Agostini, Cleide Schossler, Leonice Mazetto Castanha, Marilia Dessbesell, Marli Maria Kraemer Detoni, Patricia Tumelero, Paulo Roberto Vina, Sandra Mara Pereira da Rosa Hermes, Vilmar Pandolfo

(Fonte: SIGPNAE/2024)

Com o objetivo de aprimorar substancialmente o sistema de alimentação escolar, adotando práticas mais saudáveis, sustentáveis, eficientes, que contribuam para o desenvolvimento econômico local aumentando para 100% a compra de produtos da agricultura familiar, o CAE – Conselho de Alimentação Escolar, a nutricionista e sua equipe bem como a Vigilância Sanitária do município de Maravilha, em parceria, idealizaram e colocaram em prática o CENTRO DE ALIMENTOS E CULINÁRIA ESCOLAR.

Para a realização e concretização de várias parcerias foram criadas e intensificadas pois sabemos que

unindo forças os resultados são melhores e mais fáceis de ser atingidos.

As parcerias envolvidas compreendiam as seguintes tarefas de cada parceiro: o CAE, responsável pela coordenação, fiscalização e acompanhamento de todas as atividades vinculadas ao PNAE; a Secretaria de Educação com a coordenação e supervisão; a Vigilância Sanitária com o controle de qualidade e segurança alimentar; o SEBRAE com a articulação e capacitações com agricultores e fornecedores; a Secretaria de Agricultura com apoio à produção local; a EPAGRI com apoio e orientações referente à produção local; as Cooperativas de agricultores com



o apoio e incentivo; o Sindicato de Trabalhadores Rurais com representação dos agricultores; a UNOESC (Universidade) na formação de merendeiras.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Maravilha atua sempre buscando fortalecer parcerias estratégicas para maximizar o impacto das ações realizadas. Reconhecendo a importância da colaboração, o CAE trabalha em conjunto com diversos atores, porque entende que a abordagem colaborativa permite a implementação de soluções integradas e eficazes, garantindo que as necessidades alimentares dos estudantes sejam atendidas de maneira abrangente e sustentável.

Queremos compartilhar tal experiência demonstrando que tal ação é fundamental para a realização de projetos bem-sucedidos, pois permitem a integração de recursos, conhecimentos e experiência de diversas entidades, possibilitando uma abordagem mais abrangente e eficiente na resolução de problemas, otimizando o uso dos recursos disponíveis e reduzindo a duplicação de esforços. Além disso, essas parcerias fortalecem a transparência e a responsabilidade, promovendo a confiança da comunidade escolar e local nos projetos desenvolvidos. Através da cooperação entre diferentes esferas do governo, organizações

não governamentais e o setor privado é possível alcançar resultados mais sustentáveis e duradouros, beneficiando a sociedade como um todo.

O público-alvo deste projeto são as crianças atendidas na rede municipal de Ensino, totalizando hoje 3365 crianças de berçário ao Ensino fundamental. Entretanto, é possível incluir ainda os agricultores familiares.

O município tinha limitações em relação à compra da agricultura familiar, além de não conseguir, ainda, fazer um trabalho de aproveitamento integral dos alimentos.

Com a criação do Centro de Alimentos e Culinária Escolar foi possível transformar esse cenário, e proporcionar uma experiência culinária sustentável, saudável e conectada com a comunidade local. Uma mudança de paradigma que reflete um compromisso em moldar o futuro da alimentação



escolar de maneira positiva e inspiradora a outros municípios do nosso país e demonstrando na prática que é possível fazer a diferença, SIM.

A iniciativa também demonstra que o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é um parceiro valioso,

desempenhando um papel crucial na promoção de uma alimentação saudável e de qualidade nas escolas, se destacando como um facilitador, trabalhando em sinergia com todas as partes envolvidas para alcançar resultados positivos e duradouros na promoção da saúde e bem-estar dos alunos da rede municipal de ensino.

Alinhado aos princípios do PNAE, o projeto busca promover a segurança alimentar e nutricional, respeitando a cultura alimentar local e valorizando a agricultura familiar. Com essa iniciativa, é possível garantir a oferta de refeições equilibradas, que



contribuem para o desenvolvimento e o desempenho escolar dos nossos alunos, ao mesmo tempo em que se fortalece a economia local.

O Centro de Alimentos, portanto, reflete o compromisso com a efetiva implementação das políticas do PNAE, garantindo que os benefícios do Programa sejam amplamente disseminados e percebidos na prática.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) expressa grande alegria em fazer parte deste projeto, o Centro de Alimentos e Culinária Escolar, pois este representa a materialização das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Participar da



idealização e da execução, ou seja, estar ativamente neste projeto permite ao CAE contribuir para a promoção de uma alimentação saudável e nutritiva nas escolas, impactando positivamente a vida de muitos estudantes.

A satisfação em ver as diretrizes do PNAE ganharem vida e fazerem a diferença no cotidiano escolar é imensa, e reforça o compromisso do CAE com a saúde e o bem-estar dos alunos.

A parceria e o envolvimento no Centro de Alimentos e Culinária Escolar são motivos de orgulho e celebração para o CAE, que continua empenhado em colaborar para o sucesso e a sustentabilidade deste importante projeto.

#### FICA A DICA

O Conselho de Alimentação Escolar pode cooperar com a execução do PNAE atuando em iniciativas e com medidas e projetos que reforcem as diretrizes do PNAE.



Massaranduba é uma árvore de grande porte da família *Sapotaceae*, originária das regiões tropicais da América. É, também, o nome de uma madeira que por ser resistente e versátil e possuir uma cor vermelha escura é uma opção muito atraente para projetos de construção e decoração. A presença abundante destas árvores no território que inspirou o nome da cidade catarinense de Massaranduba também conhecida como a “capital catarinense do arroz”

.As primeiras ocupações dos imigrantes alemães, poloneses e italianos se deram por volta de 1870. A principal cultura econômica é o arroz irrigado, sendo cultivado dentro do sistema de produção tradicional na região nas várzeas. Além do cultivo do arroz têm destaque também o cultivo da banana e da palmeira real. O município possui uma população de 17.162 habitantes.

*A experiência relatada pelo Conselho de Alimentação Escolar descreve uma atividade voltada a despertar nos alunos a consciência sobre a origem dos alimentos e consequentemente a valorização da alimentação ofertada na escola.*

## “DE ONDE VEM A MERENDA?”

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Massaranduba/SC*

Autores: Ariane Berri Riegel, Elisia Kasprowicz Stein

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do Estado do município de Massaranduba/SC – gestão 2022 a 2026:**

Ariane Berri Riegel, Dilva Ferrari Spezia, Douglas Jose Eccel, Eloisa Costa, Elisia Kasprowicz Stein, Helena Aparecida Koch, Jaime Melchiorretto, Leidiane Hass Hafemann, Lucio Stolf, Maicon Fabricio Naffien, Maria Luiza de Lima Cisz, Martinha Sadzinski Riegel, Rosangela Lopes, Sueli Feiler Hafemann

(Fonte: SIGPNAE/2024)

Sabe-se da importância e necessidade da participação da sociedade no acompanhamento das ações realizadas pela gestão pública e na execução das políticas públicas sociais. Resulta-se, desse cenário, as atividades do controle social que visa acompanhar os objetivos e os processos bem como avaliar a execução e os resultados.

O controle social sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é então realizado pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE que é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento.





No município de Massaranduba, o CAE foi instituído pela Lei nº 0629-1997 e nos dias atuais é atuante, cumprindo um plano de ação que vai além das reuniões periódicas, como acompanhar a distribuição dos gêneros alimentícios nas escolas e no estoque central da Entidade Executora - EEx, verificar a qualidade dos alimentos e a preparação ofertada aos escolares, realizar visitas às escolas que recebem o recurso do PNAE, visitar os fornecedores e agricultores familiares que fornecem os gêneros alimentícios à EEx, dentre outras.

Em algumas visitas às instituições escolares e por comentários de alguns conselheiros que são profissionais destas, percebeu-se que nem todas as crianças sabem ou conhecem a origem dos alimentos ofertados na merenda escolar, em especial, as escolas e centros de educação infantil localizados no centro da cidade.

Perguntas como “de onde vem o leite?” com respostas do tipo: “da caixinha” podem ser comuns em várias

realidades locais e regionais. Da mesma forma, quando a criança recebe o suco de laranja ou de tangerina para tomar na hora do lanche, pode achar que as frutas vêm do “mercado”.

Neste contexto, o CAE, alinhando a ação de visitar os agricultores familiares que fornecem os gêneros alimentícios à Entidade Executora e as observações/relatos trazidos pelos conselheiros em reunião, produziu um material contemplando fotos e vídeos com o objetivo de ser divulgado aos estudantes e à comunidade escolar. O material apresenta todas as etapas antes da merenda chegar à mesa do estudante na hora do recreio.

Portanto, três conselheiros do CAE, juntamente com a nutricionista da Secretária de Educação, reuniram-se em data específica e foram visitar os agricultores individuais que fornecem alimentos para a merenda escolar por meio da chamada pública da agricultura familiar. A visita foi realizada no dia 06 de agosto de 2024, no período matutino. No município citado, atualmente são seis produtores rurais individuais que participam desta ação. No entanto, o CAE visitou dois deles: um deles localizado na comunidade de Braço Costa, e o outro na Rua Terceiro Braço. Nas propriedades visitadas, foram realizadas fotos e filmagens do processo de plantio e colheita.

Os alimentos observados e registrados foram: banana, beterraba, couve manteiga, batata doce, pepino, tangerina, laranja, chuchu, repolho, couve-flor, brócolis, alface.

Porém, para que as crianças e a comunidade



entendam como a merenda chega até à escola, decidiu-se também registrar o momento de entrega destes alimentos ao centro de distribuição e, posteriormente, às unidades escolares. Os próprios agricultores familiares trazem seus produtos até o ponto de distribuição.

No centro de distribuição, os conselheiros estiveram presentes para fotografar e filmar o processo de entrega e, em seguida, acompanharam a distribuição dos produtos às instituições destinadas. Para esta ação ser realizada, a Eex. disponibiliza o transporte e os motoristas para a entrega.

Desta forma, com a visita aos agricultores, acompanhamento da entrega, distribuição e entrega dos produtos às unidades escolares, os conselheiros conseguiram acompanhar “de onde vem a merenda”, ou então, uma parte dela.

Porém, para que o entendimento dos estudantes ficasse mais completo, os conselheiros fotografaram e filmaram também as merendeiras preparando a alimentação que é servida. E, para finalizar o processo, as imagens apresentam também as crianças apreciando os “produtos estudados”. Com todas as imagens compiladas, o Conselho de Alimentação Escolar elaborou um vídeo explicativo intitulado: “de onde vem a merenda?”.

O vídeo foi editado e divulgado nos grupos de *WhatsApp* das escolas e centros de educação infantil para que todas as pessoas da comunidade escolar tivessem acesso. Também foi compartilhado com as unidades de ensino com o intuito de que seja repassado aos estudantes nas próprias salas de aula, sendo um material de apoio para o trabalho com o currículo municipal.

O objetivo deste movimento foi de mostrar às crianças que a merenda “não vem pronta do mercado” e requer o trabalho de muitas pessoas, como o agricultor que planta, cuida, colhe e entrega; profissionais



que recebem o produto no centro de distribuição e o deslocamento para a entrega nas instituições de ensino; a merendeira que recebe o produto e o armazena na cozinha deste estabelecimento para então realizar a sua preparação. O vídeo será disponibilizado às unidades escolares no final do mês de agosto.

Além de contribuir com o conhecimento dos estudantes, com o estudo do currículo municipal, o CAE também percebe que o material incentiva e motiva o trabalho dos agricultores visitados, valorizando o produto fornecido às escolas e centros de educação infantil.

## FICA A DICA

Os conselheiros do CAE também são agentes de educação alimentar e nutricional.

Perto da fronteira com a Argentina, no sudoeste do Paraná, está o município de Realeza, criado em 24 de junho de 1963. No início, o nome do município era “Realeza do Pinho”, dado pelos pioneiros por causa da abundância da espécie de araucária na região. O IBGE aponta a população de 19.547 habitantes. Em Realeza fica a Universidade Federal da Fronteira Sul.

*A partir das observações realizadas durante as atividades do Conselho de Alimentação Escolar os conselheiros decidiram criar um projeto que levasse para além das escolas as ideias criativas da alimentação escolar do município.*



## CADERNO DE RECEITAS SUSTENTÁVEIS: UM PROJETO DE APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS

*Relato de Experiência do Conselho de Alimentação Escolar do município de Realeza/PR*

Autores: Tamyls Caroline Christmann da Cunha Weizemann, Elisandra Maria Moreira, Patricia Winck Donadel, Elena Matilde Krause Maciel, Josicler, Andreia Mendonça, Mayara Priscila Borsa

### **Conselheiros de Alimentação Escolar do Estado do município de Realeza/PR – gestão 2021 a 2025:**

Carla Denise Renner; Dana Tais Klaesener; Elena Matilde Krause Maciel; Elisandra Maria Moreira Jarbás Polo; Jéssica Luana Pereira Back; Josicler Andreia Mendonça; José Alair dos Santos; Márcia Maria Locatelli da Silva; Ozani Salete Zanco Vieira; Patrícia Winck Donadel; Sandra Buffon Ramos; Shaienne Piton Hartmann; Tamyls Caroline Christmann da Cunha

(Fonte: SIGPNAE/2024)



A iniciativa de criar um caderno de receitas utilizando e aproveitando integralmente os alimentos surgiu de uma combinação de observações, necessidades e inspirações compartilhadas entre diferentes setores da comunidade escolar, incluindo os membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE. Portanto, este projeto é resultado de uma colaboração entre as cozinheiras escolares municipais, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Agricultura e Meio

Ambiente e o CAE, e teve como objetivo de promover a economicidade e a valorização ambiental.

Durante a participação dos membros do CAE em um encontro com o CECANE - PR realizado na cidade de Toledo - PR e no Encontro Sul Brasileiro dos Conselheiros da Alimentação Escolar em Florianópolis - SC, os conselheiros tiveram conhecimento do prêmio CAE de Participação Social



e voltaram motivados a participar do concurso. Na reunião mensal do CAE, uma conselheira que atua como professora do município relatou as receitas realizadas pelas cozinheiras da instituição em que trabalha que tinham como característica o fato de utilizarem os alimentos integralmente. Outra conselheira, que atua como cozinheira, também compartilhou sua experiência.

E assim, com a motivação necessária, surgiu a ideia para o compartilhamento dessas receitas entre as cozinheiras das instituições e também com toda a comunidade. A ideia do caderno de receitas foi pensada como uma maneira prática e educativa de formalizar o conhecimento sobre o aproveitamento integral dos alimentos, transformando-os em um recurso acessível para todos os municípios de Realeza.

Para o desenvolvimento do projeto foram realizadas algumas reuniões entre o CAE, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e as cozinheiras escolares.

A meta era não apenas ensinar técnicas de aproveitamento, mas também promover uma mudança cultural em relação ao consumo dos alimentos, além de buscar referências de sucesso para inspirar na criação das receitas, focando não somente na redução do desperdício, mas também na promoção de hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

Para dar início ao projeto as cozinheiras escolares passaram por evento de formação conduzido pela nutricionista responsável técnica pelo Programa

Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e realizada em parceria com o Sindicato Rural de Realeza e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, que disponibilizou instrutores para ministrar capacitações voltadas para a produção de receitas com diversos alimentos.

Uma das grandes motivações para a criação do caderno de receitas foi o anseio de reduzir o desperdício de alimentos, pois diariamente, uma quantidade significativa de talos, cascas e outras partes consideradas “não comestíveis” são descartadas, pois muitos desconhecem o potencial nutritivo e culinário dessas partes dos alimentos. As cozinheiras escolares diariamente lidam com a preparação das refeições dentro das instituições e perceberam o grande desperdício de talos, cascas, e outras partes dos alimentos que eram deixados de lado.

Outro ponto muito relevante que foi levado em consideração é a questão ambiental que é desenvolvida no município de Realeza. Através



da coleta seletiva, está sendo possível realizar o aproveitamento das partes de alimentos que normalmente seriam descartadas, pois essa coleta está sendo direcionada a composteira construída pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Desse modo, houve a redução do volume de resíduos, bem como a diminuição da pressão sobre os aterros sanitários, e conseqüente promovendo práticas mais sustentáveis no município.

O município de Realeza é um dos poucos na região Sudoeste do Paraná, que conta com aterro sanitário próprio e pátio de compostagem de resíduos orgânicos. Essas infraestruturas são realizadas pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e inspiraram diversos setores a refletirem sobre suas práticas e buscarem maneiras de contribuir para a preservação ambiental.

Outro fator importante a ser considerado é a “economicidade”, questão essencial quanto se refere às instituições públicas como são as escolas. O uso integral dos alimentos adquiridos representa uma economia significativa na organização da aquisição da merenda escolar. Ao aproveitar talos, cascas e outras partes é possível reduzir os custos com a

compra de ingredientes adicionais.

O aproveitamento integral de alimentos surgiu como uma solução viável para reduzir custos sem comprometer a qualidade das refeições oferecidas nas instituições, e também, nas residências dos munícipes.

A criação do caderno de receitas fortalece o vínculo entre o CAE, a escola e a comunidade, promovendo a troca de conhecimentos e o incentivo a práticas mais sustentáveis em casa. E além de gerar um resultado positivo na questão da educação alimentar e nutricional. Os alunos que fazem parte do projeto, consomem diariamente a alimentação escolar e realizam atividades sobre práticas de aproveitamento de alimentos, podem refletir sobre a importância da alimentação saudável e sustentável. Temos visto que muitas famílias começaram a adotar essas práticas em suas casas, estendendo os benefícios do projeto para além das instituições escolares, vindo de encontro com a Lei Municipal nº 2103/2023 que estabelece no Calendário Oficial de Eventos do Município de Realeza a “Semana Municipal de Combate e Prevenção à Obesidade”.

Para o desenvolvimento do projeto, as cozinheiras criaram receitas que aproveitam talos, cascas e outras partes dos alimentos. Foi um processo colaborativo, no qual cada participante pôde contribuir para a criação de uma receita por instituição escolar. Depois das receitas prontas, cada instituição escolar enviou para o CAE, de modo que estas fossem compiladas e organizadas em um caderno de receitas. O *design* do caderno foi pensado para ser atrativo e acessível, com ilustrações, dicas de preparo, informações sobre alergias alimentares, um tema muito atual e que precisa de atenção. Foi realizada a impressão desses cadernos e distribuído para todos os alunos matriculados na rede de ensino municipal.

Como forma de conclusão do projeto, foi realizado uma Mostra de Receitas Sustentáveis, em parceria com a Feira do Agricultor Rural, onde as cozinheiras prepararam as receitas e disponibilizaram para a população local, juntamente com o Caderno de Receitas digital, para uma divulgação maior do



trabalho realizado pelas cozinheiras do município e do CAE.

A criação do caderno de receitas sustentáveis demonstrou ser uma ação efetiva para promover a economicidade e a valorização ambiental. A colaboração entre o CAE, as cozinheiras escolares, a nutricionista, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente foi fundamental para o sucesso do projeto. Os resultados alcançados mostram que é possível unir esforços para criar soluções sustentáveis e educativas que beneficiem toda a comunidade. O caderno de receitas, agora disponível para a comunidade externa, é um legado que continuará a inspirar práticas de aproveitamento alimentar e sustentabilidade.



### **FICA A DICA**

Ações simples que promovem o desenvolvimento sustentável, uma diretriz do PNAE, podem ser ampliadas por meio da divulgação criativa do que é realizado.

## PARA FINALIZAR A CONVERSA

Ao final da leitura desta publicação, podemos concluir que todas as experiências que participaram do Prêmio CAE de Participação Social são exitosas e efetivas, com resultados!

Exigiram tempo, dedicação, muita articulação e principalmente, a convicção resistente de que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é importante e fundamental para os estudantes do nosso País. E agora, podem inspirar a ação de vários outros Conselheiros, Brasil afora.

Parabéns a todos os selecionados no Prêmio CAE de Participação Social!

Nos anos 1990 havia uma canção popular famosa do poeta Antonio Cicero que, cantada ainda hoje, pergunta:

“Pra começar  
Quem vai colar  
Os tais caquinhos  
Do velho mundo”.

Seria otimismo interpretar tais versos como uma convocação à ação? Poetas, filósofos, analistas da sociedade contemporânea podem estar habilitados a responder com propriedade tal dúvida.

Mas para a equipe da Coordenação Geral do PNAE, os Conselhos de Alimentação Escolar atuantes são também atores fundamentais na construção de um mundo mais justo.

Portanto, agradecemos a todos os conselheiros que, inscritos ou não no Prêmio CAE de Participação Social, não se omitem no seu papel cidadão de intervir e transformar a realidade em que vivem.

São trinta anos do CAE cooperando com a qualidade da alimentação escolar e com a educação. Não é possível parar.

Vamos em frente, firmes e fortes, pois há cacos a colar.



MINISTÉRIO DA  
Educação

MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES  
EXTERIORES

